



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 73

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 7 de Fevereiro de 1996

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 10.15 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Depois de mencionada a correspondência entrada na Mesa da ALRA, bem como a leitura de alguns requerimentos, procedeu-se de imediato à apresentação de intervenções de Interesse Político Relevante para a Região, em que foram oradores os seguintes Srs. Deputados:

José Maria Bairos (*PSD*), Carlos César (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Ricardo Barros (*PS*), Jorge Cabral (*PSD*), Rui Melo (*PSD*), Rogério Serpa (*PS*), Carlos Morais (*PSD*), Duarte Pires (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Homem de Gouveia (*PSD*), Álvaro Manito (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Juventude, Emprego, Comércio Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*) e da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*).

Período da Ordem do Dia

Neste período procedeu-se à leitura dos relatórios ao abrigo do artigo 119.º do Regimento da ALRA.

Foram oradores os seguintes Srs. Deputados:

C.O.L. - António Gomes

C.P.G.A.I. - Manuel Gil Ávila

C.J.A.S. - Fátima Oliveira

Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa *(PS)*.

C.E.F.P. - Rui Luís

Sobre este relatório usou da palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro *(PP)*.

Posteriormente, iniciou-se a apreciação das Propostas de Plano e Orçamento para 1996.

Proferiram intervenções e participaram nos debates os seguintes Srs. Deputados:

Fernando Lopes *(PS)*, Rui Luís *(PSD)*, Victor Evaristo *(PSD)*, Carlos César *(PS)*, Alvarino Pinheiro *(PP)*, Paulo Valadão *(PCP)*, Aurélio da Fonseca *(PSD)*, Dionísio de Sousa *(PS)*, António Gomes *(PS)*, Fernando Meneses *(PS)*, bem como a Sr.^a Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Berta Cabral)* e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores *(Madruga da Costa)* na prestação de esclarecimentos aos diversos Srs. Deputados.

Os trabalhos terminaram às 19.30 horas.

Presidente: Bom dia Srs. Deputados.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Eugénio Leal, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José*

Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Gomes, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Meneses, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Martins Goulart, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PCP - Paulo Valadão; Dep. Indep. - Manuel António Martins).

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início à leitura do expediente.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Cooperativa Porto de Abrigo, um ofício solicitando uma audiência à Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para expor a situação da pesca e dos pescadores e dar a conhecer o aparecer desta Associação sobre o Plano e Orçamento para 1996.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Deputado Regional do PCP um requerimento do seguinte teor:

"Exmo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores
Diversas notícias recentes trouxeram a público a possibilidade de haver um elevado número de navios de pesca estrangeiros a pescar em águas da ZEE dos Açores.
Tendo em conta a importância dessa questão requero ao Governo Regional, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, resposta urgente para as questões seguintes:

- 1) Quantas licenças de pesca foram atribuídas no ano de 1995 e para o ano de 1996?
- 2) Que tipo de pescarias foram alvo de licenças e que tipo de navios foram autorizados a pescar na ZEE dos Açores?
- 3) Que acompanhamento faz o Governo Regional desta questão?

Assembleia Legislativa Regional, 6 de Fevereiro de 1996

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Requerimento do Sr. Deputado Regional do PCP que diz o seguinte:

"Exmo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

É do conhecimento público que a SATA se apetrechou no sentido de poder realizar, com avião Boeing 737-300, operações tipo "charter" na Europa.

É também do conhecimento público, que a SATA e a TAP negociaram um acordo que visaria a utilização do atrás referido avião Boeing 737-300, em dois dos voos semanais que a TAP tem que assegurar na linha Lisboa-Horta.

Requeiro ao Governo Regional, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, resposta para as questões seguintes:

1º - Como avalia o Governo Regional, na qualidade de entidade a quem cabe a tutela da SATA, o modo como se tem desenvolvido as operações "charter" com avião próprio, lançadas em território europeu?

2º - Quais as razões que levaram a SATA a negociar com a TAP, a utilização do Boeing 737-300 por esta empresa na linha Lisboa - Horta? As negociações já estão concluídas e o respectivo convénio assinado?

3º - Pensa a SATA que o acordo estabelecido ou a estabelecer com a TAP viabiliza, ou ajuda a viabilizar a aquisição do Boeing 737-300?

4º - Tem a SATA como perspectiva de curto ou médio prazo o alargamento deste tipo de prestação de serviços à TAP, noutras linhas que utilizam este tipo de avião?

Assembleia Legislativa Regional, 6 de Fevereiro de 1996

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

Presidente: Está presente na Mesa uma Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre "Prevenção da Sida na Região que vem acompanhada do respectivo Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão"

O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ontem, no debate do Voto de Protesto sobre a "Rádio Televisão Portuguesa nos Açores", foram feitas declarações pelo Sr. Deputado Carlos César. O Partido Social Democrata tem fortes suspeitas de que estas não correspondem à verdade.

Hoje, a imprensa, nomeadamente o jornal "Correio dos Açores", traz declarações do Director do Centro a desmentir as afirmações proferidas nesta Casa pelo respectivo deputado.

Sendo assim, o Partido Social Democrata solicitava ao Sr. Presidente da Assembleia que, com a maior urgência possível, fornecesse-nos as transcrições do debate, designadamente a intervenção do Sr. Deputado Carlos César.

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa vai tomar as providências necessárias por forma a facultar aos Srs. Deputados a transcrição da gravação da intervenção do Sr. Deputado Carlos César.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Chamo a atenção do Sr. Presidente para que nos seja facultado no decorrer deste período legislativo.

É o bom nome das pessoas que está em causa.

São afirmações que põem em causa a honestidade de quem dirige um serviço público. Sendo assim, o Partido Social Democrata deseja que neste período legislativo esta matéria fique esclarecida.

Presidente: A Mesa vai ter em consideração o pedido do Sr. Deputado Rui Melo.

Vamos dar início às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, em geral, e Santa Maria, em particular, estão de parabéns, porque ao fim de 12 anos de luta contínua na defesa dos interesses açorianos e marienses, o Projecto do Atlântico, mais conhecido por NAV II, mais uma vez irá ser implementado e modernizado na Ilha de Santa Maria, onde desde há 50 anos presta um serviço internacional de apoio à navegação aérea.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a decisão anunciada pelo 1º Ministro, que saúdo desta tribuna, e conseqüente despacho instruindo a Empresa Pública, Ana-EP, surgiram de imediato, os heróis oportunistas que chamaram a si a responsabilidade e protagonismo da decisão.

Por considerar uma total mistificação da histórica luta pela manutenção do NAV II em Santa Maria e desta tribuna do órgão máximo da autonomia, vou repor a verdade dos factos, para que conste nos registos da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, possibilitando aos vindouros a consulta da verdade sobre este assunto, que tanto apaixonou a opinião pública Nacional e Regional.

Durante dez anos o assunto foi altamente politizado e vários protagonistas tentaram, individualmente, tirar proveitos políticos duma situação que era primordial para os Açores e para Santa Maria.

Durante dez anos dirigiram-se todas as baterias para o inimigo errado, ou seja, o Governo Regional e da República, deixando de lado o principal inimigo e mentor do projecto de transferência do NAV II para Lisboa, ou seja, a ANA-EP.

O "volte-face" desta situação, surge através duma intervenção proferida nesta Assembleia pelo anterior titular da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Natalino Viveiros, no dia 25 de Janeiro de 1993 fazendo o seguinte desafio ao Partido Socialista: citação **"o que eu pergunto é se o Partido Socialista está ou não na disposição de cerrar fileiras sobre esta matéria, de modo a que o NAV II não saia de Santa Maria"** Fim de citação.

Em resposta o Deputado do Partido Socialista, Carlos César responde:

Citação - "É inconcebível, é uma calúnia, é uma mentira sem vergonha, vir apelar a um partido que está há anos na primeira linha da defesa da Ilha de Santa Maria e, designadamente do projecto NAV II, que cerre fileiras com o Governo para defender uma coisa que o Sr., com certeza já sabe que não vai ficar em Santa Maria!

Ou seja, isto é uma hipocrisia do Governo que vem propor à Assembleia Regional que os deputados se unam em torno de uma causa com grande probabilidade perdida, para que percam outra causa no problema que agora estamos a discutir". Fim de citação.

Embora o PS tenha dado esta resposta, em termos de empenhamento e até de coragem em encarar o problema como supra-partidário e constituir uma frente comum, os responsáveis marienses, retiveram a mensagem e o que havia de positivo na mesma, independentemente de vir ou não a ser uma luta perdida, e através de um

acordo de cavalheiros o PSD e PS Marienses avançaram com as forças vivas, constituídos por diversas entidades com responsabilidades políticas e representantes de entidades privadas, públicas e pessoas ligadas ao sector de navegação aérea, que dariam o apoio técnico necessário para desfazer toda a informação que a ANA-EP durante anos tinha construído e enviado para a tutela.

Em termos operacionais, foi constituído um grupo mais executivo, encarregado dos contactos institucionais necessários para o encaminhamento da questão, sendo formado, pelo Presidente da Câmara, um deputado do PS, um deputado do PSD e um vereador do PSD.

Após muitas reuniões para montagem das acções a levar a efeito, chegámos à conclusão que o assunto teria que passar da discussão localizada na Região, para uma discussão mais alargada em termos do País, tendo sido escolhido o teatro da Assembleia da República e montado um esquema de contactos com os diversos grupos parlamentares, aliado à sensibilização de alguns deputados, sobre a importância do projecto para a Ilha de Santa Maria, de forma que no futuro constituíssem um ponta de lança na Assembleia da República, para as várias investidas que se prefiguravam no futuro.

A forma inicial de transpor o problema do NAV II para o plano nacional, mais propriamente para a Assembleia da República, foi através do direito de Petição, direito este previsto na Constituição da República Portuguesa no seu n.º1 do Artigo 52º.

Não dispendo Santa Maria, em termos populacionais, do número de assinaturas exigidas pela legislação em vigor, foram efectuados contactos com diversas autarquias de São Miguel, para que fossem colhidas as assinaturas em falta. Do Nordeste a Ponta Delgada, a resposta foi afirmativa.

Outro aspecto que era importante que a Petição transmitisse em termos de mensagem, era transformá-la num documento reivindicativo de todas as forças políticas e instituições regionais, reforçando a ideia de interesse regional, mas principalmente ser analisado em termos supra-partidários. Para tal, foi subscrita pelos 51 deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e todos os membros do Governo Regional dos Açores.

Assim, no dia histórico para os marienses que é 24/03/94, uma delegação composta pelo Presidente da Câmara, Alberto da Silva Costa, o vereador do PSD, Fernando Faria, o Deputado do PSD, José Maria Bairos, e o Deputado do PS José Humberto Chaves, em audiência marcada para o efeito, entregam a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, a Petição N° 255/VI subscrita por 5730 cidadãos e que preconizava a apreciação em Plenário "da questão da manutenção do centro oceânico e respectivos serviços de tráfego aéreo no Aeroporto da Ilha de Santa Maria nos Açores".

Factor importante para que o problema fosse levado à opinião pública do Continente e dos Açores, era a sensibilização dos órgãos de comunicação social sobre uma questão que para muitos era considerada um capricho e uma matéria que apenas aos marienses dizia respeito.

Felizmente a mensagem foi entendida e os órgãos de comunicação social da Região estiveram sempre presentes em todas as fases importantes do processo, principalmente a televisão. A todos, os agradecimentos devidos em nome da população de Santa Maria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As forças vivas lutavam contra o tempo, tendo em conta as iniciativas e contratos efectuados pela ANA-EP para equipamento a instalar em Lisboa e sendo conhecedores da pouca celeridade que era dada às petições que davam entrada na Assembleia da República, tornou-se necessário encontrar pessoas, ou seja, deputados que defendessem as nossas reivindicações com firmeza e ao mesmo tempo sensibilizassem os componentes da Comissão de Petições, da necessidade de, rapidamente, ser relatada e agendada para discussão em plenário.

Cabe aqui enaltecer o trabalho efectuado pelos Deputados Mário Belo Maciel do PSD e Martins Goulart do PS, cujo empenhamento concertado sobre a questão, levou a que a Petição tivesse de imediato tratamento prioritário, tendo sido enviado à Região o Deputado José Reis do PS, relator da Comissão.

Aqui surge o primeiro percalço e tenta-se politizar de novo a questão. O Deputado José Reis, aconselhado por aqueles que não desejavam o sucesso e a forma supra-partidária como estava a ser encaminhado o processo, profere declarações de índole

político/partidária desfasadas da realidade. Felizmente, em Santa Maria e no seio das Forças Vivas, prevaleceu o interesse global e não partidário.

A 23 de Junho de 1994, o relatório e parecer da Petição é aprovado por unanimidade e enviada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento e apreciação em plenário.

De referir o empenhamento pessoal do Presidente da Comissão de Petições o Deputado do PSD, Dr. Pais de Sousa, que desde a primeira hora se tornou um aliado incondicional pela manutenção do NAV II em Santa Maria.

Em tempo recorde, cerca de 100 dias após a entrega da Petição, esta baixa ao plenário da Assembleia da República, no dia 7 de Julho de 1994, e digo recorde porque a rapidez processual e análise da Petição é caso único na Assembleia da República, e por outro lado convém relevar que o assunto NAV II, pelo interesse que despertou junto dos grupos parlamentares, órgãos de comunicação social e público em geral, teve fases em que foram quebradas práticas parlamentares há muito instituídas pela Assembleia da República, mudanças estas que serão facilmente apreendidas ao longo desta intervenção, sendo o resultado de todos considerarem o problema de grande magnitude social e política, mas principalmente, por congregar à volta dele várias entidades democraticamente eleitas, mas ideologicamente díspares, ou seja, a grande vantagem de ter sido tratado em termos supra-partidários, tendo como único objectivo, defender o interesse regional e nacional, como mais tarde se provou.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os intervenientes na discussão da Petição em plenário, nomeadamente, o Deputado do PSD, Mário Belo Maciel, do PS Martins Goulart e do PCP, João Amaral, trataram o conteúdo da petição de uma forma veemente, na defesa dos interesses dos marienses, aliada à vertente geográfica e estratégica da Região, acusando as sucessivas administrações da ANA-EP da sua fraca visão no que concerne ao interesse nacional na área do controle de tráfego aéreo.

Na nossa função de deputados, sabemos que uma petição após a sua discussão em plenário, não tem resultados práticos na satisfação do problema apresentado pelos peticionários, acabando o seu processo de análise, na discussão e conseqüente votação.

Esta era uma realidade com que se confrontava o Grupo das Forças Vivas, que o assunto morresse no esquecimento mais uma vez, tornando inglório todo o trabalho e algum sucesso no despertar da opinião pública sobre o assunto.

Felizmente, o interesse dos parlamentares em continuarem com o processo NAV II, era real e em sede de discussão da Petição e, através do Deputado do PCP João Amaral, é lançada a hipótese proposta de ser elaborada uma proposta de resolução sobre o assunto.

Era assim quebrada a primeira praxe instituída na Assembleia da República, no que diz respeito à análise de Petições.

Assim, é apresentada na Mesa da Assembleia da República, a 13 de Julho, a Proposta de Resolução n.º 64/94 - Manutenção na Ilha de Santa Maria do Centro de Controle Oceânico e demais serviços nele sediados, subscrita por todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e solicitado o seu rápido agendamento, visto tratar-se de matéria muito relevante para a Região Autónoma dos Açores, e em termos estratégicos, de grande relevância para o País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo de todo este tempo, as Forças Vivas produziram vários dossiers de natureza técnica que demonstravam que o NAV II era possível implementar na Ilha de Santa Maria, desfazendo toda a argumentação construída pela ANA-EP, ao longo de dez anos, que apontava a impossibilidade de tal desiderato.

Toda a documentação produzida era de imediato enviada aos deputados do PSD, PS, CDS e PCP, que tinham o assunto entre mãos e constituíam a nossa linha da frente na Assembleia da República, na defesa pela manutenção do NAV II em Santa Maria.

Entretanto, dá-se outro acontecimento importante para a nossa luta, que foi a visita aos Açores de uma delegação de deputados da Assembleia da República e que no dia 12 de Setembro coube à Ilha de Santa Maria receber a mesma.

Em Santa Maria, puderam os deputados sentir de facto a importância da manutenção do NAV II, sentimento este transmitido pelo grupo das Forças Vivas e Autarquia, mas principalmente pela população que se concentrou em frente à Câmara Municipal e através de uma manifestação ordeira, transmitiram as suas preocupações em relação ao futuro.

Todos os deputados ficaram sensibilizados e assumiram ali mesmo a sua inteira e total disponibilidade para a defesa dos interesses marienses.

Santa Maria ganhava mais adeptos para a luta que se avizinhava na Assembleia da República.

Por outro lado, fomos informados que a Resolução n.º 64/94 estava agendada para o período da ordem do dia da Sessão Plenária do dia 2 de Novembro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia 2 de Novembro é posta à discussão a Proposta de Resolução, e mais uma vez os parlamentares do PSD, PS, CDS e PCP, através de intervenções políticas e técnicas, demonstram em plenário as justas razões dos marienses e o incumprimento por parte da ANA-EP de vários despachos do Governo da República, que ordenava a instalação em Santa Maria do Controlo Oceânico.

Por outro lado chamam a atenção do erro estratégico que seria recuar a fronteira Atlântica de Portugal, para a Península Ibérica, correndo vários riscos, entre eles o interesse de Espanha na área do controlo aéreo.

Durante a discussão e pelo teor das intervenções, ficamos convencidos de que a Proposta de Resolução seria aprovada sem grandes dificuldades no dia seguinte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa convicção de que a Proposta de Resolução seria aprovada no dia 3 de Novembro, sem grandes discussões, era puro engano. Esquecemos a força que os lobbies internos da ANA-EP sempre tiveram e tinham no interior do Ministério, lançando constantemente o fantasma do interesse nacional e a possibilidade da perda do reconhecimento de Portugal como o país prestador de serviços de tráfego aéreo do Atlântico, caso ficasse instalado em Santa Maria.

Surgem as pressões sobre o Grupo Parlamentar do PSD, no sentido de se alterar o conteúdo da Proposta de Resolução, de forma a esvaziar o seu conteúdo afirmativo e apenas indicar que devia ser ouvido o Ministro da Tutela e a Administração da ANA-EP, em sede de comissão.

Assiste-se então a uma longa discussão em plenário, com o Grupo Parlamentar do PSD, dividido. Pela segunda vez, quebram-se as praxes há muito instituídas na Assembleia da República e o que devia ser apenas uma votação, torna-se uma

discussão de cerca de 90 minutos, com grande parte dos deputados que não estavam dentro do assunto e da sua importância, a questionarem-se sobre o que estava a acontecer.

O impasse estava instalado, quando o deputado do PS Jaime Gama propõe que a segunda proposta apresentada fosse incluída na proposta inicial, como aditamento.

Quem assistia à discussão pode "sentir" no ar o sentimento de alívio e aceitação do Grupo Parlamentar do PSD que estava encurralado numa situação complicada e que queria acima de tudo aprovar a Proposta de Resolução com o conteúdo inicial.

De imediato, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade e aclamação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando que no futuro haveria um despacho do Governo da República e entendendo que esta forma não era suficiente para que a ANA-EP viesse a cumprir as instruções do Governo, foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, uma Ante-Proposta de Lei que preconizava a manutenção em Santa Maria do Projecto NAV II.

A sua discussão teve lugar no dia 1 de Dezembro de 1994, tendo sido aprovada por unanimidade e remetida à Assembleia da República. Através de contactos com o Presidente da Comissão de Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente, ficou acordado que seria agendada para plenário da Assembleia da República no "timing" mais oportuno e sempre dependente do resultado da audição do ministro da tutela. Mais uma vez, se relewa o espírito de colaboração e certa cumplicidade, no bom sentido, entre as Forças Vivas, os deputados dos Açores e do Continente, principalmente os que integraram a Delegação que se deslocou à Região Autónoma dos Açores, no tratamento de todo o processo de análise e conclusão do caso NAV II. Cabe aqui realçar toda a compreensão e apoio prestados pelo Presidente da Comissão de Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente, o Sr. Deputado Jorge Lacão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de audições às Forças Vivas, que se fizeram acompanhar de técnicos conceituados na área do Controlo Aéreo, do Secretário Regional dos Transportes e Comunicações, a Comissão Parlamentar de Administração do Território,

Equipamento Social, Poder Local e Ambiente, ficou na posse de toda a informação técnica para se proceder à audição do ministro da tutela e conselho de gerência da ANA-EP, o que veio a acontecer no dia 14 de Dezembro de 1994.

É nesta audição que se dá o "volte-face" na posição do ministério que confrontado com o esclarecimento e o desmontar de toda a informação que tinha recebido da ANA-EP, chega, interiormente à conclusão, que a argumentação durante anos vinculada pela ANA-EP para a não manutenção do NAV II em Santa Maria, tinha muitas lacunas e no fundo não correspondia à realidade dos factos.

Assim, no dia 16 de Dezembro o Ministro emite o despacho XII/94, instruindo a ANA-EP **"para reequacionar o Projecto do Atlântico, dando o prazo de 180 dias para apresentação à tutela da reformulação do referido projecto equacionando exaustivamente todas as possibilidades e alternativas, por forma a manter em Santa Maria, dimensão semelhante à actual"**.

O principal objectivo pelo qual lutavam as Forças Vivas, estava alcançado, ou seja, o ministério já não considerava a posição da ANA-EP incontestável e mandava elaborar um estudo, posição esta que de imediato teve como resultado a suspensão dos trabalhos em curso, na montagem dos equipamentos já adquiridos para o Projecto do Atlântico em Lisboa.

Afirmo sem a mínima dúvida, que senti que a luta estava ganha e o NAV II iria ficar em Santa Maria, embora ciente de que os lobbies defensores da sua instalação em Lisboa não iriam desistir da ideia e começariam de imediato a utilizar outras formas de luta para levarem a sua avante, como mais tarde se veio a verificar através da utilização de artigos no jornal, cartas anónimas, etc, desacreditando os responsáveis locais e toda a população em geral, chegando ao ponto de deixarem no ar a acusação de práticas de xenofobismo em relação aos continentais, acusação esta despropositada, se tivermos em conta a vivência saudável e normal que os marienses sempre proporcionaram a todos os que vivem e trabalham na ilha, independentemente do seu local de nascimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento do despacho XII/94, o Conselho de Gerência da ANA-EP, reunido a 29 de Dezembro com todos os seus membros, nomeou o Director de Navegação

Aérea do Atlântico, Sr. João Sequeira, para desenvolver o estudo solicitado pelo Governo, coadjuvado por quem entendesse conveniente. A nomeação deve ter tido em conta o facto de o Sr. João Sequeira ser responsável e profundo conhecedor desta área de negócios da empresa, e o valor da sua longa e prestigiada ligação internacional aos grupos que tratam das questões técnicas e operacionais da navegação aérea no Atlântico.

O argumento histórico dos lobbies da ANA-EP, também usado em declarações públicas do Ministro Ferreira do Amaral, era o perigo da perda de delegação. O vasto espaço aéreo adjacente aos Açores controlado pelo Centro Oceânico fica fora da soberania do Estado Português e os serviços são prestados por delegação da Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO).

O Director do Atlântico considerou prioritário esclarecer, sem margem para mais dúvidas, que a reformulação se poderia fazer sem afectar os compromissos de Portugal com a ICAO. Tratava-se de um passo prévio essencial para a análise posterior das alternativas da reformulação e estava de acordo com o despacho do Ministro sobre as **"precauções no sentido de que não possa, em qualquer circunstância, ser posta em causa, a curto e a médio prazo, a delegação dada a Portugal pela ICAO"**.

Por isso, preparou uma consulta oficial junto da ICAO para esclarecer até que ponto se poderia reformular o Projecto sem pôr em causa a delegação. A consulta, por razões protocolares, deveria ser formalizada pelo Presidente da ANA-EP. Os custos dos serviços são suportados pelos utentes, o lhes dá influência em alterações de delegação: o Director do Atlântico iniciou também contactos com representantes dos utentes, já informados da transferência integral para Lisboa. No passado, uma das associações representativas foi até persuadida a dar parecer favorável à ANA-EP sobre a mudança de serviços dos Açores para Lisboa. As diligências para obter o esclarecimento da ICAO estavam ultimadas em 25 de Janeiro, faltando apenas formalizar a consulta.

No dia seguinte, 26 de Janeiro de 1995, entrou para o Conselho de Gerência da ANA-EP o Eng^o Pedro Rosa, ex-director na empresa, que durante anos organizou e liderou a transferência do Centro Oceânico dos Açores para Lisboa.

A posição do Eng^o Pedro Rosa sobre a modernização do Centro Oceânico em Santa Maria era sobejamente conhecida. Ele próprio declarara em entrevista que o equipamento necessário, "**extremamente complexo do ponto de vista tecnológico, pressupunha um apoio logístico efectuado através de redundâncias sucessivas, o que era impensável**", na ilha de Santa Maria.

Esta posição era contra os passos transparentes do Director do Atlântico. A consulta à ICAO nunca seria formalizada. As ideias do Eng^o Pedro Rosa conflitaram com a isenção pretendida pelo Sr. João Sequeira, a quem mandou apresentar por escrito a metodologia para o desenvolvimento do estudo, no mesmo dia que entrou para o conselho de gerência. Tudo indica que o Director do Atlântico não quisesse prestar-se a colaborar em fantasmas da delegação, na análise prioritária da (in)viabilidade das comunicações entre os Açores e Lisboa, na interpretação do despacho do Ministro ou em atrasar os resultados do estudo para evitar o embaraço de uma decisão ministerial próxima da campanha para as eleições legislativas seguintes.

Em 2 de Fevereiro o Director do Atlântico apresentou a metodologia por escrito, mantendo o cumprimento e isento da resolução da Assembleia da República e do despacho do Governo. Esta resistência não agradou. A 16 de Fevereiro "o estado actual do Projecto Atlântico" foi invocado para incumbir o sucessor do Eng^o Pedro Rosa na transferência do centro para Lisboa de estudar "as alternativas possíveis para a instalação dos equipamentos e infraestruturas deste projecto", tendo em conta as telecomunicações e "os custos correspondentes às diferentes formulações do projecto".

A 16 de Março, o Conselho de Gerência da ANA-EP aprovou uma proposta externa para estudo **independente** da reformulação do Projecto do Atlântico. Invocou a sua própria isenção para pretexto para recorrer aos serviços **inequivocamente independentes** de um técnico estrangeiro. Essa proposta foi apresentada pelo Sr. Keith Mack, das relações pessoais do Eng.^o Pedro Rosa seu director no EuroControl antes de se aposentar. A opinião publicamente manifestada pelo Sr. Keith Mack em defesa da concentração de Centros e do encerramento de Centros Oceânicos era oposta à resolução da Assembleia da República e dos despachos do Governo. A proposta previa a conclusão do estudo em Outubro, caso encontrasse a tempo

especialistas para o assessorarem. Os detalhes fulcrais propostos pelo Sr. Keith Mack eram exactamente os mesmos que, um mês antes, o Conselho de Gerência determinara para o estudo, ao sucessor do Engº Pedro Rosa no projecto de transferência do Centro.

O afastamento do estudo foi o princípio das acções contra o Director do Atlântico. No dia em que contratou o Sr. Keith Mack, o Conselho de Gerência suspendeu-lhe várias competências alegadamente para, face às sensibilidades existentes, salvaguardar actuações na Direcção do Atlântico que fossem entendidas como afectando a independência da empresa. Os naturais interesses em presença neste caso não prejudicariam a credibilidade da isenção dos resultados do estudo.

Ainda na mesma reunião, o Conselho de Gerência aprovou uma comunicação à Direcção Geral da Aviação Civil, interlocutora do Estado Português com a ICAO, propondo a desnomeação do Sr. João Sequeira como representante de Portugal num prestigiado grupo da Organização Internacional da Aviação Civil. O Sr. João Sequeira era membro regular nas actividades desse grupo durante longos anos e fora recentemente designado como representante de Portugal.

Em Abril houve mudanças no Conselho de Gerência. A ANA-EP passou a ser presidida pelo General Mendes Dias e continuou o recém nomeado vogal Engº Pedro Rosa. A resistência do Director do Atlântico à manipulação não estava esquecida. Era de esperar um exemplar ajuste final de contas em melhor oportunidade. É fácil entender a importância de afastar os políticos do caso. O ingrediente principal seriam algumas medidas de descrédito e isolamento. Depois uma encenação fazendo crer tratar-se de puras questões internas, iludindo os políticos para evitar tomadas de posição e para que o ajuste de contas não funcionasse como mais uma prova das verdadeiras intenções do Conselho de Gerência sobre o Centro Oceânico.

Em 27 de Julho, o Conselho de Gerência continuou o processo persecutório contra o Sr. João Sequeira, exonerando-o do cargo de Director do Atlântico. Escolheu uma forma indigna de o fazer para que não se percebesse cá fora tratar-se de mais uma represália contra a imparcialidade e firmeza no cumprimento de decisões legítimas com que a ANA-EP não concordava. Este novo Conselho de Gerência, com 3 meses na empresa, pretendeu fazer crer que as sucessivas nomeações e confirmações do Sr.

João Sequeira para cargos idênticos, ao longo de 16 anos consecutivos, foram um erro das anteriores administrações.

A exoneração foi seguida de um inquérito. Esta ordem, exoneração e depois então o inquérito, mostra que se pretendia era afastar de qualquer forma o Sr. João Sequeira. Passaram-se já mais de 6 meses e o Conselho de Gerência não sai da situação que, precipitadamente, criou. Semelhante a outras situações graves que criou no Projecto Atlântico com o objectivo de que não podem continuar a ser mascarados.

Estes desenvolvimentos frustraram o Conselho de Gerência da ANA-EP e dos seus lobbies que, entretanto, arriscaram medidas irresponsáveis de sentido contrário, como a construção separada de uma nova Torre de Controlo a um mês da conclusão do estudo sobre a dimensão dos serviços da empresa em Santa Maria. Uma forma desesperada de obstrução que empola os custos da decisão e compromete os preços para os utentes.

Embora isso possa não dar jeito ao Conselho de Gerência da ANA-EP, a honorabilidade do Sr. João Sequeira é conhecida, e o Presidente da empresa já reconheceu publicamente tratar-se também de um técnico competente e com relevantes serviços prestados. É intolerável manter nesta situação uma pessoa cuja falta mais grave foi resistir a cumplicidades que punham em causa o cumprimento de decisões dos órgãos de soberania. Decisões que iam ao encontro das posições da Assembleia Legislativa dos Açores.

Esta é a forma de trabalho de alguns elementos do Conselho de Administração da ANA-EP, que na ideia fixa de transferirem o Centro de Controlo para Lisboa, usam todas as armas possíveis para contornarem as decisões governamentais que já por diversas vezes deram instruções específicas para a instalação dos serviços em Santa Maria, indo ao ponto de porem em causa a idoneidade das pessoas e seu grau de profissionalismo.

A acção contra o Senhor João Sequeira foi um processo persecutório e, neste momento, já se sabe que nenhuma das acusações formuladas foi provada e não havendo da parte da ANA-EP nenhum esclarecimento sobre a matéria e num assunto sobre o qual muito se escreveu e comentou em sentido negativo, não sendo reabilitado após a conclusão do inquérito, seria de bom tom que esta Assembleia

exigisse à tutela que o Conselho de Gerência reabilitasse a pessoa em causa, tanto na opinião pública, como na empresa, e tendo em conta que em todo este nebuloso e difícil processo, a única pessoa que não se envolveu em tomadas de posição quanto à localização do NAV II, foi a sacrificada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a entrega do estudo e pelo conhecimento das ligações existentes entre o técnico escolhido e membros do Conselho de Gerência, tudo indicava que o mesmo não seria isento.

Assim, o Governo Regional solicita um estudo em 12/04/95 ao Departamento de Engineering Research Institute, da Universidade da Islândia, deslocando-se aos Açores os dois técnicos encarregados da recolha de dados sobre as infraestruturas existentes em Santa Maria, estudo este que é entregue ao Governo Regional em finais de Agosto de 1995, sendo por sua vez entregue ao Secretário de Estado e Presidente do Conselho da Administração da ANA-EP em 16/11/95, pelo Sr. Secretário Regional das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O resultado do estudo era inequívoco nas suas conclusões, afirmando que o NAV II poderia ser instalado em Santa Maria, não resultando do facto qualquer prejuízo na sua total operacionalidade, antes pelo contrário, tal localização resultaria em mais valias para o País, do que se fosse instalado em Lisboa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante todo o período de pré-campanha e campanha eleitoral, foi fácil deduzir que seria impossível haver uma maioria absoluta nas eleições legislativas para a Assembleia da República, independentemente do partido que ganhasse estas eleições. Tendo isto em conta, a Ante-Proposta de Lei 6/94, oriunda da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e a pedido do Grupo das Forças Vivas, não foi agendada, devendo constituir uma reserva em termos legislativos a utilizar logo que o quadro político da Assembleia da República se constituísse, sendo a altura ideal para o seu agendamento e quase certeza da sua aprovação pela Assembleia da República, independentemente de qualquer despacho que viesse a surgir no sentido do NAV II permanecer em St^a Maria, o que veio a acontecer sendo anunciado aquando da visita do actual Primeiro-Ministro. Só que um despacho não era suficiente, se tivermos em

conta que despachos da mesma natureza já tinham sido emitidos. Para melhor referência, é ver o DR 1ª Série, de 12 de Março de 1980, a Proposta de Resolução n.º 86/80 da Presidência do Conselho de Ministros e o despacho conjunto de 14 de Abril de 1983, todos no sentido da ANA-EP modernizar o Centro de Controle Oceânico em Stª Maria. Os resultados práticos são conhecidos de todos nós.

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)

O Orador: Já vais ter resposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os resultados eleitorais vieram a confirmar a não existência de maiorias parlamentares, criando-se o clima político ideal para o agendamento da Ante-Proposta de Lei n.º 6/94, a qual foi apreciada em plenário no dia 20 de Dezembro de 1995, estando todos os partidos de acordo na sua aprovação, com excepção do PP que através do Deputado Lobo Xavier e na defesa de uma política puramente economicista, levantou algumas objecções à sua aprovação, tendo recuado no dia seguinte, do que resultou na aprovação por unanimidade da Lei 2/96, publicada no DR 1ª Série A, de 2-2-1996.

Encontrava-se encerrado todo o processo legislativo que preconizava a manutenção do NAV II em Stª Maria.

Como é normal nestes casos, há sempre a tentativa de alguns políticos em chamarem a si a resolução de assuntos quentes como foi o NAV II e assiste-se a declarações daqueles que anteriormente acreditavam não ser possível ganhar esta luta, virem para a praça pública reivindicarem em termos pessoais a vitória, quando de facto apenas se aliaram ao processo quando vislumbraram que a resolução final seria favorável aos Açores. São práticas políticas repetidas em diversos assuntos de relevante importância para a Região. As últimas semanas têm sido pródigas nesta postura com grandes cambalhotas políticas, como foi o caso da RTP e das verbas da O.G.E. para a Região. Ouvir da boca do líder da oposição "que o endividamento ainda é o melhor processo para garantir verbas para o desenvolvimento da Região" é de bradar aos céus e dá-nos a real dimensão política destes líderes.

A actual política de "caixeiro viajante" protagonizada pelo líder do PS é totalmente contrária às declarações do Primeiro-Ministro, António Guterres, que apostava no diálogo aberto e franco entre instituições,...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Pois claro!

O Orador: ...nomeadamente com os órgãos de Governo próprio da Região. Só que na prática tem-se assistido às tentativas contínuas do líder do PS em partidarizar as decisões do Governo da República, vendendo a qualquer preço as prerrogativas da Autonomia conseguidas ao longo de 20 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O NAV II teve os resultados que teve, até ao momento, não devido a tomadas de posição de qualquer partido ou líder partidário, mas sim ao esforço que todos os partidos puseram na questão, tratando-a em termos supra-partidários por um lado, e por outro ao empenhamento dum grupo de pessoas de Santa Maria que nos bastidores trabalharam com afinco e convicção, na feitura dos diversos dossiers que aos poucos puseram em causa toda a argumentação sustentada pela ANA-EP. É ver o teor do Despacho 13/XII/95 do Ministro do Equipamento Social, o qual se baseia em toda a informação técnica recebida e não por questões de "coração".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Situações caricatas como a protagonizada pelo Sr. Deputado Dionísio Sousa,...

(Risos do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: ... na passada semana numa conferência de imprensa, onde afirmava que o NAV II era assunto resolvido, porque tinha um documento com a calendarização do projecto, apenas revela ignorância total da complexidade do dossier NAV II, aplicando-se neste caso a máxima de que "a ignorância é atrevida".

O documento referido pelo Sr. Deputado Dionísio Sousa, em vez de confirmar as boas intenções da ANA-EP é antes pelo contrário o documento que prova na realidade a intenção de não tornar credível a execução do projecto em Santa Maria. Felizmente, no mesmo dia, o Presidente da Câmara punha em causa as declarações do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, ao deslocar-se a Lisboa para alertar o Secretário de

Estado sobre as verdadeiras intenções da ANA-EP na calendarização e execução do projecto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projecto NAV II, mais uma vez foi decidido ficar em Santa Maria, mas os marienses têm que estar muito atentos ao seu desenvolvimento no local, porque as acções já desencadeadas pela ANA-EP, indicam que mais uma vez se vai tentar não credibilizar a sua instalação em termos de futuro, senão vejamos:

1- Os custos dos serviços da navegação aérea são recuperados através das taxas de rota. Um argumento de grande peso para obstar à reorganização do espaço aéreo no Atlântico Norte e à redução do número de Centros Oceânicos e a prestação adequada desses serviços a baixos custos.

2 - Os serviços prestados pelo Centro Oceânico em Santa Maria, têm sido elogiados pelos utentes e os preços são baixos. Este é um forte argumento contra a perda de delegação da ICAO a Portugal e ao consequente encerramento do Centro. Os preços são baixos, em grande parte devido à actual integração dos diferentes órgãos da navegação aérea, todos co-localizados.

3 - Contando abandonar o Centro, a ANA-EP não investiu em Santa Maria, enquanto investe já pela segunda vez na renovação dos sistemas do Centro de Lisboa. Não é tecnicamente concretizável que o controlo oceânico seja feito pelo Centro de Lisboa. A integração do Centro Oceânico no Centro de Lisboa, invocada para a transferência, seria um Centro ao lado do outro e obrigava ao gasto adicional de centenas de milhar de contos em estações de ondas curtas, que existem nos Açores e alcançam todo o espaço à responsabilidade do Centro Oceânico.

4 - Uma das razões principais dadas pela ANA-EP para transferir este Centro para Lisboa, era a integração de serviços que traria menores custos aos utentes. O mesmo critério de integração de serviços, aliás existente, é válido para Santa Maria, critério que deveria ser sempre aplicado como meio de continuarem as economias daí derivadas, quando o governo decidisse sobre o estudo em curso com vista à manutenção de serviços da navegação aérea nesta ilha.

5 - A pouco mais de um mês de serem conhecidos os resultados do estudo que o Ministro da tutela lhe mandou apresentar, a ANA-EP começou a construir um novo

edifício destinado à Torre de Controlo, sem esperar pela decisão do Governo. Com tantos espaços vagos, a ANA-EP escolheu um sítio onde teve de começar por demolir edifícios já lá existentes.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: 6 - Agora prepara terreno para que aconteça uma de duas coisas: manter os serviços integrados continuando a demolir edifícios num lado e a reconstruí-los noutra, para que o novo Centro Oceânico faça parte do mesmo complexo da Torre, ou construir o novo Centro Oceânico num sítio afastado. Em ambos os casos, os custos são muito superiores ao que seria normal se tivesse havido uma gestão responsável por parte do Conselho de Gerência da ANA-EP. Além do maior investimento inicial provocado, serão também aumentados de forma permanente os futuros encargos com a exploração no caso de os edifícios ficarem separados.

7 - As economias da actual integração dos serviços, a forma com o estão sendo conduzidos, não terão resultado.

8 - Para que o empolamento dos preços a pagar pelos utentes não contrarie a continuidade da delegação a Portugal e ponha em causa a correcção das decisões mandadas executar a ANA-EP pelos órgãos legitimados para o fazerem, o Ministério da tutela devia mandar instaurar urgentemente um inquérito ao Conselho de Gerência da ANA-EP e apurar responsabilidades nas indiciadas formas de obstrução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Conselho de Gerência da ANA-EP encontrou uma nova forma de contrariar a decisão governamental, principalmente em termos de futuro do projecto em causa, a qual tem de ser denunciada.

As Forças Vivas não podem de forma nenhuma virem a desmotivar-se, perdendo desta forma todo o capital político reivindicativo conseguido ao longo dos dois últimos anos.

Para terminar, faço um apelo a todos os componentes das Forças Vivas, independentemente da sua cor partidária, para um esforço de união numa luta que é acima de tudo a defesa dos interesses dos marienses, mas principalmente no cumprimento por parte da ANA-EP das decisões do Governo e da Assembleia da República, obediência esta própria dum estado de direito.

Disse. Obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para reiterar o seguinte:

O Partido Socialista sempre esteve e sempre estará na linha da frente da luta pela manutenção do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo do Atlântico Norte NAV II, em Santa Maria.

Sempre esteve e sempre estará!

Sempre esteve convencido que com o anterior Governo da República esse Centro não ficaria em Santa Maria. Sempre esteve e continua convencido que com o Governo do PS ele ficará.

De permeio entre as muitas e muitas pessoas e personalidades que se envolveram na luta pela manutenção do NAV II em Santa Maria, estiveram as forças vivas e personalidades de vários partidos políticos. Mas a questão na sua essência, não foi como se viu, ou seja, uma questão supra-partidária.

O PSD nacional não queria o NAV II em Santa Maria e o PS nacional queria.

Nessa medida, as últimas eleições legislativas e os seus resultados eram determinantes para se apurar uma vontade política definitiva nessa matéria.

De permeio ficou também quem se empenhou, quem escreveu o programa eleitoral do Governo do PS para a Assembleia da República e quem lá deixou escrito a defesa da manutenção na Ilha de Santa Maria do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo do Atlântico Norte, NAV II (página 80).

Quanto à intervenção propriamente dita do Sr. Deputado, gostei, excepto no que ela teve de vingativo, de insultuoso e de desconsideração pessoal.

Não vi necessidade para isso, quando ele próprio se recusou ontem a não celebrar a congratulação pela aprovação do NAV II naquela ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do historial aqui apresentado pelo Sr. Deputado José Maria Bairos sobre a situação e o processo do NAV II em Santa Maria, para publicação - e presumo que deve ser essa a intenção - falta-lhe muito pouco e felicito-o por isso. Acho que é um trabalho interessante.

Há um aspecto que foi aqui referido que, na nossa óptica, deve ser objecto de reflexão, isto é, do conjunto de personalidades, de instituições, de todos aqueles que se envolveram nesse processo da manutenção do NAV II em Santa Maria, nomeadamente aqueles que por comissão técnica e isenta - acreditamos - acabaram por estar do lado da Região, houve de facto, pelo que se sabe, uma vítima no caso humano, e o Sr. Deputado José Maria Bairos falou nisso, e que afecta a pessoa do Sr. João Sequeira, ex-Director Regional da ANA.

Sendo esta uma Casa de debate político, reconheço que não é fácil resolver-se, apoiar-se ou dar-se solidariedade a quem eventualmente no meio desse processo tenha sido vítima dele e vê a sua honra posta em causa, ou alguém a pretende pôr em causa.

Nós gostaríamos, através desta modesta intervenção, fazer ressaltar do conjunto da intervenção do Sr. Deputado José Maria Bairos esse aspecto que está lá dito e, na nossa opinião muito bem dito e denunciado, relativamente ao ex-Director da ANA e fazer um apelo para que eventualmente de forma política, alguém que tenha influência em Lisboa junto do Governo da República, por sua vez actuar junto da ANA no sentido de se fazer justiça relativamente a este Sr. que pelos vistos foi atingido nesse processo.

Portanto, faço um apelo ao Partido Socialista - que no caso em apreço parece ser a entidade vocacionada para isso - para interceder junto do Governo da República a fim de falar com a administração da ANA para pôr cobro a essa perseguição ao Sr. João Sequeira.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, o período destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante foi prorrogado por mais uma hora a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas com muita celeridade para responder a duas questões levantadas pelo Sr. Deputado Carlos César.

Com certeza que não vou dizer que não é verdade que o Partido Socialista sempre teve e lutou pela permanência do NAV II em Santa Maria. Mas gostaria também de dizer que não é verdade aquilo que disse, ou seja, que o PSD não esteve ao lado dessa luta.

O PSD sempre esteve ao lado dela e na Assembleia da República as constantes votações que foram efectuadas por unanimidade, provam que os Deputados do Partido Social Democrata, após tomarem conhecimento da verdade dos factos e de toda a informação que não era real da ANA-EP, ficaram ao lado desta luta. Como prova disso, temos as constantes votações que foram efectuadas na Assembleia da República.

Deputado Fernando Fonte (PS): Mas o Governo não era do PSD!

O Orador: Com certeza que todos sabemos que não fez parte do programa.

O que referi na minha intervenção foi que estas posições foram tomadas quando tudo indicava que, de facto, no futuro esta seria a decisão final, independentemente do Governo que estivesse lá, porque os estudos técnicos existentes iriam obrigar nesse sentido. E se nós virmos esta situação actual, quando houve as eleições, é uma situação diferente dos anos anteriores.

Toda a informação foi enviada e foi elaborada exhaustivamente por um grupo de pessoas na Ilha de Santa Maria e, de facto, veio a esclarecer o Governo que toda aquela informação da ANA-EP não tinha grande credibilidade.

Foi esta mais valia que se encontrou e de imediato deu direito a um despacho que se baseia em toda a informação recolhida e nos dois estudos apresentados.

Foi isto que baseou uma decisão política, porque tinha por base muito conhecimento técnico recolhido nos últimos dois anos.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Quanto a referir que eu fui insultuoso, a minha intenção não era essa, porque considero que quando se diz a verdade, esta não insulta ninguém. A minha intenção não era ser insultuoso. Apenas referi factos reais e esses factos não podem insultar ninguém, porque foram atitudes exercidas pelas próprias pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me que comece a minha intervenção lendo uma carta de um jovem que ao tomar uma atitude condenável, não deixou de apelar à divulgação das causas motivadoras de tão tresloucado acto.

Reza assim a curta missiva escrita poucas horas antes do Ricardo se suicidar conjuntamente com a namorada e um dos seus maiores amigos:

"Hoje é o meu último dia, peço desculpa por este acto, mas não podem levar a mal.

Eu não aguento este sofrimento e confusão, a minha cabeça explode. Eu queria apenas confiança mas todos diziam que quando eu já a tinha recuperado estragava tudo.

Mas não era estragar tudo era apenas um fracasso, mas como todos dizem perde-se uma batalha mas não a guerra.

O meu pai até dizia para eu não assaltar a loja dele. Pai por favor!!!

Eu tenho pena de deixar muitas coisas boas para trás. Mãe, Ana, Tiago, amigos coisas desse género.

Uma coisa exijo um bom Funeral.

Mas a falar a sério eu evitei este acontecimento por muito tempo, têm que compreender que eu sou uma pessoa muito fraca.

O meu problema foi a droga mas não só ela, mas sim derivado à droga trouxe-me milhões de problemas, ela destruiu-me a vida.

É apenas uma pessoa que tenta avisar a todos os jovens que pensam que controlam a droga pois não é verdade. Deixem de consumir isto. Fica como um **exemplo**.

Eu não morri por descuido ou ACIDENTE.

EU SUICIDEI-ME"

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Não posso deixar de me interrogar se a carta que acabei de ler, apesar de relatar um acontecimento tão longe da nossa Região, não reflecte uma realidade tão perto de nós que só a cegueira de quem teimosamente se recusa a ver a pode distanciar no tempo e no espaço, como se fosse impossível algum dia acontecer algo de semelhante no seio da nossa comunidade.

Infelizmente, a dimensão do consumo e tráfico de droga na nossa Região atingiu já proporções de tal ordem que, só por cobardia, esta Assembleia podia aligeirar as suas responsabilidades no tratamento exaustivo de tal matéria e nenhum dos ilustres colegas pode ou deve alegar desconhecimento dos dramas gravíssimos que acontecem todos os dias nalgumas ilhas dos Açores, sem que as famílias vislumbrem uma réstia de esperança para a angústia que as consome e para debelar o flagelo que as martiriza.

Pobres pais e desditosos filhos que são confrontados com tamanha cruz.

E tudo isto acontece sem uma explicação plausível, quer para os erros de uns quer para a injustificada atitude de outros, a não ser que queiramos assumir conjuntamente a corresponsabilidade de nem tudo fazermos para ajudar a construir uma sociedade mais justa e mais fraterna, onde a esperança prevaleça sobre o desânimo e o ódio seja vencido pela concórdia.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Há cerca de dois anos, apresentei a esta Assembleia uma Proposta de Resolução recomendando que se procedessem às diligências necessárias à instalação de secções da Polícia Judiciária nas cidades de Angra do Heroísmo e Horta que apesar de votada por unanimidade, e das declarações posteriores dos mais altos responsáveis políticos da Região não foi até hoje concretizada.

Não quero, aqui e agora, questionar o que falhou, quero apenas renovar o apelo para que nos unamos nesta luta comum que a todos deve empolgar, para que se reparem os erros do passado e se concretize rapidamente o que então entendíamos ser o interesse imediato da Região, por forma a debelar um mal que queremos banir da nossa sociedade. Por isso, o Grupo Parlamentar do PS enviou ontem um memorandum a S. Ex^a o Ministro da Justiça para que, de imediato, se averigue o que falhou e se repare

rapidamente esta grave lacuna que apenas aproveita aos inimigos da estabilidade e dos que querem subverter os valores que sabemos a todo o custo defender.

Porém, estou certo de que não basta ao poder instituído apoiar programas de prevenção quanto ao uso de estupefacientes. É preciso ir mais longe neste combate que a todos deve mobilizar.

Em primeiro lugar, entendo que a prevenção deve ser feita em dois sentidos: educando os cidadãos e combatendo os traficantes.

Educar significa ensinar os jovens e adultos que a droga não é a panaceia para os males de que enferma a sociedade, porque não há memória, individual ou colectiva, de que a fuga ou refúgio em tal método tenha alguma vez produzido efeitos positivos ou sequer minorado o sofrimento de quem, incautamente, recorreu a tão nefasto e devastador procedimento.

Combater o tráfico, significa actuar contra meios poderosos que se não podem debelar com meros actos administrativos ou sequer com a simples actuação das forças policiais. Esta é uma luta que a todos deve envolver e à qual não podemos nem devemos dar tréguas.

Em segundo lugar, devemos tratar e depois reinserir os que caíram nesse vício e não foram capazes de responder às acções de prevenção.

Tratar, utilizando os meios de terapia ao alcance da medicina e disponibilizando as verbas necessárias para que se criem as condições efectivas para a recuperação integral dos toxicodependentes. Não bastam tentativas parciais e se não regateiem meios. É preciso criar condições reais para a recuperação dos que foram apanhados nas intrincadas teias do sub-mundo da droga e por isso, confesso não compreender que uma Lei Nacional que instituiu a criação de Centros de Atendimento em todas as capitais de distrito, ainda não tenha sido adaptada à Região.

Creio que se torna urgente que, pelo menos em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, se criem rapidamente Centros de Atendimento, nem que para isso se tenham de desviar meios técnicos e humanos de outros programas de menor eficácia ou importância relativa.

Todavia, o tratamento por si só não é o remédio para todo o mal que a droga provoca. É igualmente necessário reinserir na sociedade, através de programas criados para o

efeito, todos aqueles que se conseguirem libertar de tal flagelo. Consideramos essencial esta componente, sob pena de se não completar o ciclo que, em nosso entender, tem estas quatro vertentes: educar, combater, tratar e reinserir.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me que termine como o fiz em 27 de Janeiro de 1994:

"Estou certo de que não será apenas com estas atitudes que conseguiremos irradiar definitivamente este mal tão tenebroso, mas julgo que será um passo importante, no sentido de proteger a nossa juventude de uma praga que, tenho a certeza, todos repudiamos e desejamos banir da nossa sociedade."

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Segui com muita atenção - com excepção da parte final, porque recebi um telefonema urgente - a intervenção do Sr. Deputado Ricardo Barros com a qual, manifestamente, me congratulo.

É bom que de vez em quando, para não dizer todos os dias, esta Assembleia se sinta chocada e despertada para este problema gravíssimo, ou seja, o consumo de droga na Região Autónoma dos Açores.

Nós próprios, numa anterior legislatura, tentámos fazer algumas diligências para que se constituísse uma comissão especial - e o Sr. Deputado Manuel Serpa acompanhou-me nesta diligência - para que o problema da droga nos Açores fosse devidamente equacionado e apontasse medidas, pelo menos, para a sua prevenção e para o acompanhamento daqueles que não conseguiam libertar-se deste vício.

É com satisfação e até com algum descanso de espírito, que notei que na campanha eleitoral - e já depois disso - o Sr. Primeiro-Ministro António Guterres, fez do combate ao tráfico de droga uma das suas bandeiras.

Espero que a sua diligência tenha eco na Região Autónoma dos Açores e que o nosso Governo, governo autónomo, do pouco que existe sobre esta matéria, incremente, por

forma a que se minorize tanto sofrimento, se evite tanta desgraça e se consolide ao fim e ao cabo, aquela célula que é base de todas as sociedades, ou seja, a família.

Porém, Sr. Deputado, se por um lado a gente se regozija com estas diligências, por outro lado, ficamos tristes quando altas figuras tidas da política, da filosofia e da sociologia, defendem quase que a medo, mas em fóruns mais ou menos restritos, a liberalização do consumo de drogas leves. Não vou pelo caminho que está a pensar, sinceramente, não vou.

É pena que por um lado hajam vítimas do consumo da droga que envolvem pais, irmãos, familiares, etc., e por outro lado, quem não sente na carne e na pele este problema encare isso como um "dolce fare niente", uma brincadeira de rapazes ou raparigas e não têm consciência do drama real que é este problema que aflige praticamente todas as sociedades modernas.

Era apenas este testemunho que queria deixar ao Sr. Deputado Ricardo Barros e dizer-lhe que comungo inteiramente das suas preocupações.

Na anterior legislatura tentei fazer alguma coisa nesse sentido e por razões que não vêm aqui ao caso, não foi possível avançar, mas estarei disponível para apoiar qualquer tipo de iniciativa que haja nesse sentido para evitar tanto sofrimento e tanta degradação dos homens e das mulheres que amanhã nos irão suceder.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu também quero associar-me aos aspectos referidos pelo Sr. Deputado Ricardo Barros, no que se refere a essa doença de autêntico flagelo, ou seja, a droga.

Ela preocupa-nos de uma forma desapaixonada no que se refere aos aspectos de natureza política, mas de uma forma bastante real, em relação a autênticos dramas que de alguma forma chegam até nós.

Essas preocupações - e conforme teremos oportunidade de ver, aquando do debate do plano e orçamento - levaram o Governo a dotar com verbas significativamente

superiores àquelas que tivemos no último ano, o combate ao problema das toxicodependências.

Com efeito, não bastam somente esse tipo de medidas. Há outros aspectos que nos dizem respeito, independentemente dos quadrantes políticos em que nos situamos, no que se refere a uma mobilização geral e completa de toda a nossa sociedade.

Quando digo toda, penso inclusivamente em toda a comunicação social que debate, e muito bem, essas questões na praça pública através das suas informações e notícias e ela também tem que estar de alguma forma bastante mobilizada para esses aspectos.

Tive a oportunidade - e com certeza que os Srs. Deputados também tiveram - no passado fim de semana, de ler em pormenor uma notícia sobre uma droga que ultimamente tem estado muito em voga, numa leitura feita a um suplemento de um semanário nacional.

Li essa informação em pormenor, mas há um aspecto na forma como ela é transposta que também deve ser preocupação de todos nós e de todos os responsáveis, inclusive da comunicação social.

Esta informação, de alguma forma, tem uma componente muito forte, até de cariz publicitário, mas os efeitos que essa droga pode transpor nas pessoas, a forma como eles são referenciados, deixam-me algumas dúvidas.

Julgo que eles podem ser motivo do despertar da curiosidade de alguns jovens, sobretudo aqueles de maior risco, para que possam de facto experimentar esse tipo de droga que tem um nome muito pomposo e que é conhecida por "Ecstasy", com certeza que os Srs. Deputados já ouviram falar.

Apenas para referenciar esses aspectos que considero importantes.

Tem que haver alguma preocupação por parte de quem elabora esse tipo de informação para que, sem perder as responsabilidades que também tem no campo informativo, a informação não tenha uma componente de despertar curiosidades que possam também fazer motivar as pessoas de mais alto risco para a experiência desse tipo de drogas.

Quero também sublinhar aqui que a preocupação do Sr. Deputado Ricardo Barros é a nossa.

A mobilização tem que ser de todos, sem qualquer tipo de exclusão da sociedade, envolvendo sobretudo os pais e os jovens nas componentes de prevenção, no que se refere à componente primária e depois também na secundária e terciária e no que se refere à reinserção.

É óbvio que há muito a fazer e sobretudo numa luta desta natureza que também evolui nos seus aspectos nefastos, conforme referi aqui, em relação a esse outro tipo de droga que agora está muito em voga sobretudo no espaço nacional.

Não temos elementos que ela já esteja na Região, pelo menos nos contactos que temos mantido a nível do nosso núcleo regional do "Projecto Vida", da qual faz parte a própria polícia judiciária. Não temos informação que esse tipo de droga, pelo menos até ao momento, possa estar a ter alguma profusão à semelhança do restante território nacional.

De qualquer modo, é uma preocupação nossa.

Temos que registar e sublinhar de uma forma veemente e de uma forma conjunta, todas as aporções em relação ao combate a esta doença para que possam ser positivas, porque está em jogo a sobrevivência de todos nós e, sobretudo, da nossa juventude que é o futuro da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero felicitar o Sr. Deputado Ricardo Barros pela sua intervenção.

Gostaria também de lembrar que, neste momento, na Comissão de Juventude e Assuntos e Sociais, encontra-se um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Prevenção e Tratamento da Toxicodependência", sobre o qual gostaria de fazer-lhes o ponto da situação dos nossos trabalhos.

Na Comissão temos contado com o empenhamento de todos os Deputados dos Grupos e Representações Parlamentares, para encontrar soluções que contribuam com a iniciativa legislativa que vêm de encontro a algumas das nossas preocupações.

A Comissão decidiu em tempo oportuno ouvir mais de uma centena de instituições e de técnicos ligados a essa área.

Nós estamos a receber pareceres dos centros de saúde, dos hospitais, dos estabelecimentos prisionais, da universidade, dos institutos de acção social e reinserção social, da polícia - não só de segurança pública, como também da polícia judiciária - das associações de pais, das escolas, de diversas entidades, para tentarmos envolvermos em comunidade na procura das melhores soluções para esse problema.

Esta iniciativa dos Jovens Sociais Democratas, iniciativa que representa a JSD neste hemiciclo, é felicitada nos pareceres que já recebemos. Ela veio despoletar esse problema traduzindo-se em proposta para dar conteúdo em forma de lei.

Nós estamos muito empenhados em encontrar soluções que têm aplicabilidade. Não queremos fazer aqui qualquer exercício de retórica ou produzir um documento que não vá de encontro às necessidades da juventude ou das famílias que têm este problema.

Por isso, queria testemunhar em nome da Comissão, que tenho a honra de coordenar o empenho de todos os deputados de todos os partidos, no sentido de se encontrar uma solução digna e que venha de encontro à minimização deste problema.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No seguimento de tudo aquilo que já foi dito, gostaria de lembrar a todos os Srs. Deputados, o grave problema que existe na Ilha das Flores e que foi trazido por mim a esta Casa em Setembro.

A semana passada redigi um requerimento, o qual fiz chegar ao Ministro da República, em que menciono um gravíssimo problema, ou seja, o posto aduaneiro e a GNR existente situam-se a 20 Km do porto daquela ilha. Este problema tem que ser resolvido por todas as forças vivas e todas as pessoas de boa vontade.

É o 3.º porto na Região a receber iatistas em quantidade e as pessoas que estão no cais apercebem-se que estão a chegar iates, encostam a outros que já lá estão

ancorados, trocam encomendas que não se sabe o que é que contêm e há iates que muitas vezes nem chegam a ancorar.

A GNR faz a fiscalização da parte da manhã. Ora, um iate que chegue da parte da tarde ou da noite não tem absolutamente fiscalização nenhuma. Isto é inconcebível e peço a todos os Srs. Deputados e Membros do Governo que façam tudo o que for possível para mudar este estado de coisas.

Também quero dar o meu voto de protesto o mais veementemente possível à Rádio Televisão Portuguesa que sobre este assunto não se dignou fazer a mínima referência. Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, trago aqui a situação que aflige os principais clubes de futebol dos Açores.

Ao longo dos últimos anos, as equipas açorianas que participaram no campeonato nacional de futebol, apresentaram-se numa situação que se traduz num insustentável problema financeiro. Este é praticamente ponto comum de todas essas equipas que participaram na II e III Divisão Nacional.

Ultrapassaram de forma imprudente as respectivas capacidades de endividamento, de tal forma que, na maioria dos casos, as actuais direcções, ou mesmo comissões administrativas como é o caso de uma delas, estão adoptando políticas de grande austeridade.

Estão incapazes de dar continuidade e, nalguns casos, manter e fazer subsistir essas equipas, sendo elas quase todas consideradas colectividades de utilidade pública e com relevantes serviços prestados à Região e às suas próprias comunidades.

Portanto, numa análise objectiva e para que a maior parte dessas colectividades possam sobreviver, é indispensável encarar-se uma situação de saneamento financeiro.

Os clubes, ao fim e ao cabo, estão como a Região. Foram vítimas de políticas irresponsáveis, foram vítimas de actuações aventureiras, ultrapassaram as suas capacidades próprias, viveram além das suas possibilidades e chegaram a uma situação tal como a Região, em que é indispensável saneá-los financeiramente, à

semelhança do que está a acontecer à nossa Região. Porém, a Região pelo menos já tem quem pague metade dos juros. Os clubes ainda não têm.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo anterior mostrou-se sensível a essa matéria, pediu às colectividades, individualmente, dossiers, julgo que dialogou com essas colectividades.

Eu próprio ouvi o ex.-Secretário Regional da Educação e Cultura, publicamente, dar conta de que o assunto ia ser encarado e, nomeadamente, estaria previsto e avançar-se-ia ao nível de subsídios reembolsáveis. Segundo creio, grossomodo, seria esta a situação prevista: apoios após estudo e que envolviam atribuição de subsídios reembolsáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O papel e a posição que queremos hoje assumir, prende-se com a necessidade de que consideramos fundamental que a administração regional se pronuncie sobre essa matéria; consideramos fundamental que o Governo Regional tome decisões sobre essa matéria e que hoje o Secretário Regional competente nos elucide sobre essa matéria.

Se a intenção do Governo é atacar este problema com meses de desfasamento, nalguns casos pode ser tarde demais e noutros pode encontrar as colectividades que fazem parte do historial associativo desta Região, de porta encerrada ou alguns de porta aberta, mas impossibilitados de a manterem mesmo com apoios governamentais.

Na nossa opinião, sob o ponto de vista desportivo e associativo, esta é uma questão relevante para os Açores.

Gostaríamos que ela não fosse ignorada e que a postura do Governo não fosse de adiar, com o pretexto de estar a estudar dossiers, quando inclusivamente as colectividades foram recebidas pelo Presidente do Governo.

Realmente houve muito diálogo e pouca acção.

Gostaríamos de saber a posição do Governo e também gostaríamos de sensibilizar esta Câmara para uma situação que nos parece digna da melhor atenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, torna-se imperativo que eu dê alguma informação a esta Câmara, em relação a esta matéria.

Ao tomar posse em Outubro passado, o meu antecessor passou-me este dossier.

De facto, é um dossier complexo na medida em que todas as verbas enquadradas na lei, foram transferidas para os clubes e orientavam-se para a solução dos encargos globais, quase totais, dos clubes, com despesas referentes a passagens, transferências, equipamentos e outras despesas relacionadas com as actividades dos mesmos.

Logo, o compromisso por parte do Governo estava honrado.

Não são certamente dívidas do Governo, mas sim dívidas de entidades particulares, de entidades privadas que, indiscutivelmente, têm uma actividade e um dinamismo importante para a nossa sociedade até porque mobilizam na sua maioria jovens que na prática salutar do desporto estão a desenvolver-se dignamente para melhor servirem esta sociedade.

No momento, temos 11 equipas no âmbito do futebol a militarem em campeonatos nacionais. Uma na II Divisão B e 10 na Série Açores integrada na III Divisão.

Desde logo, tentei conhecer o mais fundo possível esses dossiers e verifiquei que havia um conjunto indiscriminado de documentos de despesa que foram remetidos à Secretaria Regional da Educação e Cultura, alguns deles pouco esclareciam quanto à natureza das despesas.

Recebi alguns clubes. Com eles e a eles foi-lhes dito que da minha parte ia haver atenção e a obrigação de apreciar esse processo com o maior pormenor possível.

Entretanto, fizemos internamente essa apreciação, elaborámos um documento de reflexão, troquei impressões com os membros do Governo e apresentei um documento base de reflexão ao Conselho do Governo.

É nesta fase que os clubes entenderam contactar com diversas entidades, nomeadamente com o Presidente do Governo.

Aqui surgem dois aspectos que devem ser referidos e que são distintos um do outro.

O primeiro, refere-se à perca de apoio financeiro que as equipas que militam na Série Açores deixaram de receber da Federação Portuguesa de Futebol quanto às suas

deslocações ao Continente. Não obstante essas deslocações já estarem assumidas nos contratos programa, haveria subsidiariamente mais uma verba que andaria por volta dos 250 mil escudos por cada deslocação.

Sobre essa matéria, nós, Secretaria Regional da Educação e Cultura, já temos um documento preparado para compensar os clubes, para os restituir dessas receitas usando a mesma filosofia, isto é, não se trata de deslocações ao Continente, mas sim de deslocações entre as ilhas dos Açores.

Presidente: Sr. Secretário, agradeça que procurasse terminar porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: O documento está preparado e dentro de poucos dias esse aspecto fica resolvido.

Quanto à outra matéria que é muito mais complexa, o representante dos clubes entregou-me um documento de trabalho e eu já tive uma reunião com o mesmo.

Nos próximos tempos essas reuniões e debates vão continuar a existir.

Trata-se de uma verba elevada e que em termos de subsídios não reembolsáveis ou reembolsáveis, não vejo que seja a melhor saída.

Poderá eventualmente haver outra saída que possa satisfazer as preocupações dos clubes e que seja exequível por parte do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Agradeço as informações do Sr. Secretário e como é óbvio, todos percebemos e ficámos na mesma.

Eu compreendo que se o Sr. Secretário tenha um dossier em apreciação em Conselho de Governo e por isso não nos vai dar informações, mas deixa-nos a ideia de que, ao contrário do Governo anterior que apontava - pelo menos o seu ex.-Secretário - para eventuais subsídios reembolsáveis, o Sr. vem agora dizer que essa não será a melhor forma de saneamento financeiro, haverá outra forma.

Queria também referir, Sr. Secretário, que a situação dos clubes é tão grave que muitos deles com tradições no futebol nacional, acederam em última instância a

integrar a Série Açores sem qualquer reacção, porque tinham a perspectiva de que iriam ser saneados.

Aliás, foi um processo que - reconheço - foi bem conduzido pela Direcção Regional na altura, ou seja, sabendo da fragilidade dos clubes e sabendo da relutância que alguns deles tinham em integrar a Série Açores, "amoleceram" com a contrapartida que os iria compensar.

Uma colectividade desequilibrada financeiramente é uma colectividade fraca e, como tal, eles acederam, só que até agora eles não têm tido uma compensação.

O Sr. Secretário deu algumas informações sobre a Série Açores que são importantes, mas já agora permita-me sugerir mais uma, isto é, o pé de desigualdade em que estão as equipas dado a companhia de transportes aéreos que temos.

Há determinadas ilhas que têm o privilégio de jogar e não terem deslocações fora da sua ilha e outras, invariavelmente, têm que pernoitar fora da sua ilha, porque a SATA, infelizmente, no deporto está pouco ao serviço da Região e ficam já a saber que é muito mais caro pernoitar na Terceira ou em São Miguel do que pernoitar em Lisboa.

Este é um dado assente e quem anda no mundo do desporto sabe disso. É muito mais barato passar duas noites em Lisboa do que passar uma noite em qualquer ilha dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fica-nos a palavra final, ou seja, a intenção de sensibilizar o Sr. Secretário Regional e o Governo para a necessidade de resolver rapidamente esta matéria, porque se ela for protelar por alguns meses pode ser tarde.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de me congratular, embora não esteja de acordo na totalidade com a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, sobre a matéria trazida a esta Câmara e que nos últimos dias tem sido alvo de análise e de primeiras páginas de todos os órgãos de comunicação social da Região Autónoma dos Açores.

Em segundo lugar, acho que algo mudou nesta situação e ainda há pouco o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura falou disso aqui.

O Sr. Presidente do Governo, e agora pela voz do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, anunciou que a Série Açores é para viabilizar financeiramente.

Isto já é um dado adquirido que saiu da reunião entre Sr. Presidente do Governo e todos os Presidentes dos Clubes da Série Açores e da II Divisão B.

Os 250 mil escudos que anteriormente eram dados quando os clubes estavam na Série E nas deslocações dadas pelo INESP, agora passarão a ser suportados pelo Governo Regional dos Açores.

Havia também questões de outras verbas, nomeadamente da palavra AÇORES da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, que desapareceram com a Série Açores e que segundo me é dado saber, até final desta época e muito provavelmente nos próximos meses - porque a época termina a 12 de Maio deste ano - serão restituídas todas essas verbas aos clubes.

O Sr. Deputado levantou aí uma outra questão em relação ao pernoitar em Lisboa ser mais barato do que pernoitar nos Açores.

Todos os clubes, neste momento - à excepção da Ilha do Faial que ainda não tem, mas creio que em breve, no espaço provavelmente de dois ou três anos irá ter uma Pousada da Juventude - estão a ficar nas Pousadas da Juventude e é mais barato do que ficar no Centro de Estágio em Lisboa.

Portanto, esta é uma informação que eu queria deixar clara.

Em relação à SATA, se há clube que é mais penalizado em relação aos transportes aéreos, é de facto o clube da Ilha do Faial que milita na III Divisão Série Açores, porque é um clube que tem algumas dificuldades em termos de escalonamento da SATA.

De qualquer maneira, eu gostaria de ressaltar aqui que a SATA tudo tem feito para tentar salvaguardar a situação desse clube e ainda hoje, por exemplo, tudo fez para que o Sporting da Horta jogasse com o Angrense por volta das 15.00 horas.

Este problema dos clubes é um problema muito complexo, porque há dívidas e há situações contraídas pelas direcções dos clubes que levantam algumas suspeitas.

É preciso que hajam ou os subsídios reembolsáveis, ou outras linhas acerca das quais o Sr. Secretário não quis aqui "levantar o véu", mas que estão a ser equacionadas - há boa vontade quer da parte do Governo, quer da parte dos partidos que foram ouvidos pelos presidentes dos clubes - mas torna-se necessário que os clubes, a partir do momento em que o saneamento financeiro ou outra modalidade seja encontrado, tenham de facto os pés no chão e não partam novamente para outras situações que daqui a dois ou três anos façam com que estejamos aqui novamente nesta Câmara a falar no mesmo assunto.

Isto foi um assunto também levantado na reunião com os clubes, no sentido de ser equacionado e para que as direcções - que são responsáveis e que pegaram nos clubes nesta situação - não voltem a debater-se com os mesmos problemas daqui a dois ou três anos e também para que nós próprios não voltemos, daqui a algum tempo, a tocar neste assunto.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para complementar um pouco mais a informação que há pouco prestei e que só não terminei por imperativos de tempo.

Para iniciar gostaria de referir que só no apoio às mais diferentes associações e clubes, sendo a maioria deles do futebol, o Fundo Regional de Fomento ao Desporto concede apoios que ultrapassam meio milhão de contos, 555 mil contos é o que está apontado para este ano.

De facto, algumas dessas despesas de que a Secretaria Regional tomou conhecimento não foram legitimadas pelos conselhos fiscais, não foram legitimadas pelas Assembleias Gerais, mas sim, são diluídas num conjunto de despesas que não se conhece bem. Portanto, qualquer atitude que seja necessário tomar por parte do Governo, importa que essas despesas fiquem devidamente claras.

Devo acrescentar também, que aquilo que me parece mais viável perante esta situação, será evoluir-se para uma hipótese de solução que passará pela bonificação

de juros de empréstimos que seriam contraídos pelos próprios clubes na banca, para corresponderem aos objectivos de saneamento financeiro.

Estamos nesta fase de trabalho. Há pouco contactei com o Director Regional de Educação Física e Desporto e na próxima semana ele vai trabalhar comigo em relação a esta matéria.

Compreendo a preocupação que os Srs. Deputados levantaram, nomeadamente o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, ou seja, de que esta matéria, pelo menos da parte do Governo carece - e vamos fazer o possível - de uma resposta clara e o mais breve possível.

Obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi o que foi dito e de facto não posso deixar de tecer algumas considerações, nomeadamente naquilo que penso que perspectivei ser uma forma algo habilidosa de tentar fugir à questão de fundo.

Se na primeira intervenção do Sr. Secretário Regional percebi que despesas de equipamento e outras do género não faziam parte da administração regional, agora também ouvi de certa forma voltar a referir que algumas dessas despesas não tinham o aval do conselho fiscal, das respectivas assembleias gerais, etc..

O Sr. Deputado eleito pelo círculo eleitoral do Faial fez uma referência às dívidas dos clubes.

Quanto a esse aspecto, eu gostaria de deixar claro aqui que a vida interna dos clubes pertence exclusivamente às respectivas colectividades e não temos nada que nos imiscuir nessas questões.

O que temos que avaliar são os grandes princípios que levaram a determinada situação. Não pode haver qualquer tipo de dúvida de que é verdade que o Governo Regional, a determinada altura, tinha uma verba definida para as colectividades que participavam nas provas nacionais.

O que aconteceu posteriormente, foi uma aumento das respectivas participações e o bolo continuou a ser o mesmo e foi sendo subdividido por todas as equipas que passaram a ter a sua participação em provas posteriores.

Aliada a essa situação, existe naturalmente uma situação de crise à qual os Açores não podem fugir e existe também uma outra realidade que é fundamental, ou seja, a nossa pequenez.

Nós temos pouca população e por vezes em centros populacionais pequenos existem várias colectividades logo, existem poucos sócios e poucas maneiras de viabilizar essas colectividades.

É essa a realidade que tem que ser encarada, para termos as coisas como elas devem ser e deixarmo-nos de arranjar subterfúgios que não podem ser senão maneiras de iludir e adiar as grandes questões e no fundo fazer com que passemos este ano crucial, que é um ano de eleições, para elas terem uma solução razoável e equilibrada e ganharmos algum tempo afim de que elas efectivamente continuem na mesma.

Encaremos de facto as grandes questões que levaram a que as colectividades nos Açores estejam de determinada forma e deixemos as questões de pormenor que essas não ajudam as colectividades da Região Autónoma.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dar mais uma achega no sentido de lembrar a esta Câmara que com a adopção da Série Açores e com todo o conjunto de vantagens, não só de índole financeira decorrentes dessa mesma implementação, estava implícito que continuaria por parte do Governo da República a haver um contributo para a dita série.

Esta série é mais uma do campeonato nacional com os mesmos direitos e deveres e julgo que não é justo a Região estar a arcar com todas as despesas, quando a Série Açores trouxe algumas economias de escala - no caso da Região foram tornadas públicas, com a maior transparência e celeridade - e por acordo entre as partes, tinha-se chegado a um consenso de que prioritariamente seriam investidas em escalões de formação.

Da parte do Governo da República anterior sempre houve abertura no sentido de a Região continuar a ter uma quota parte significativa dessa tal economia de escala que se verificou não só na Região como também em relação ao Continente.

O Sr. Secretário Regional provavelmente nos seus contactos manterá este dossier em aberto e acho que se deveria questionar o Governo da República sobre a sua participação ou não nesta responsabilidade, porque efectivamente as nossas equipas não são nem melhores nem piores que as nacionais, são outras tantas equipas de uma mesma série com igualdade de direitos e deveres das outras do campeonato nacional. Acho que aqui o Governo da República não se pode demitir, não pode pecar por omissão. Deve dar algum contributo.

O último reparo tem a ver com um comentário que o Sr. Deputado Duarte Pires fez acerca da dimensão dos clubes.

Os nossos clubes têm uma dimensão muito pequena.

O que me aflige é ver que mesmo com a Série Açores - um dos objectivos da Série Açores era tentar ver se se tinha um outro posicionamento em relação à forma como os clubes geram o seu destino - alguns clubes persistem nos erros do passado, isto é, a dimensão que têm não lhes permite tomar determinadas atitudes e essas atitudes continuam a manter-se, nomeadamente com a contratação de jogadores a preços que não vale a pena aqui referir. São e outras situações semelhantes que depois conduzem à tal problemática da insolvência financeira.

De facto, quando as coisas ficam más, "quando a bota aperta", como o nosso bom povo diz, grita-se por Santa Bárbara, grita-se por aqui d'el-rei.

Dizer-se que ninguém tem que se imiscuir nas contas ou na gerência interna dos clubes é verdade e nunca se procurou ter esse tipo de atitude.

Agora, quando se vem pedir dinheiro para colmatar situações que são nalguns casos advenientes de menos adequada ou de muita má gestão, julgo que quem tem que administrar os dinheiros públicos somos nós. Portanto, não se pode meter as mãos à bolsa sem ao menos se saber um certo e determinado tipo de coisas.

É um direito que assiste à administração e em determinadas circunstâncias está previsto fazerem-se auditorias, mas não queria chegar a tanto.

Queria apenas alertar que não é só pedir. Antes, é preciso apresentar as tais contas e apresentar a tal transparência ou a tal vontade de não voltar a cometer determinados erros e pelo vistos em alguns casos isso não teve muito efeito, porque as pessoas voltaram a fazer exactamente a mesma coisa ou pior.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria manifestar a minha absoluta concordância com as palavras que o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca acaba de referir e que é preocupante neste conjunto.

Por não ser fácil, é que o assunto eventualmente não foi resolvido e talvez é por isso que ele está aqui a ser colocado com transparência e acho que é muito positivo o que se está a falar nesta Casa, até porque pode ser útil a quem decide algumas das balizas que ficam aqui. Porque se se traz este assunto a esta Casa e se se faz um apelo para que a administração decida, faz-se simultaneamente uma exigência para que decida bem.

Ninguém nos ouviu nem ouvirá dizer que se apoia por apoiar. Apoia-se com critérios, com regras, com exigências.

O Sr. Secretário referiu há pouco que há dúvidas relativamente aos dossiers, nomeadamente aos montantes apresentados pelos clubes. Nós estamos certos disso.

Talvez a maior parte deles não tenham tido ainda a coragem de definir e avaliar o que são compromissos do clube e o que são situações de irregularidades que por hora estão sob a responsabilidade dos clubes, mas as pessoas conscientes sabem que não são deles.

Eu estou fora do futebol há 8 anos, mas ainda me lembro como é que essas coisas se fazem por parte dos responsáveis e também me lembro como é que essas coisas se corrigem por parte dos dirigentes capazes de corrigir e de ter a coragem de fazer com que os responsáveis por decisões e atitudes que são tomadas à margem do clube fiquem com elas, isto é, assumam essas atitudes. Aquelas que são e devem ser assumidas pelos clubes são tratadas à parte.

Sr. Secretário, parece-nos que não são precisos 8 ou 9 meses para resolver esse problema, porque conversando com os clubes ou pedindo os documentos que são necessários, quando há vontade de resolver os assuntos, uma vez que os dossiers foram entregues, é uma questão de trabalho e dentro de poucas semanas as pessoas sabem o que é que é dos clubes e o que é que é dos responsáveis que passaram pelos clubes, assumiram dívidas em nome pessoal e agora querem transferir para os clubes, mas nesse campo é preciso ter cuidado porque alguns deles foram políticos de relevo nesta Região e têm influência sob o Governo Regional e sob o partido do Governo. Cuidado, porque algum vai querer aliviar as costas através da forma mais fácil que for encontrada para resolver os problemas dos clubes.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Quanto à situação de se utilizar a bonificação de crédito, quero chamar a atenção para uma situação.

Há clubes em que a sua situação real é bem menor do que os dossiers que foram apresentados à Secretaria.

Feita a separação do "trigo do joio" Sr. Presidente, Srs. Deputados, há clubes que não têm a curto prazo nenhum crédito junto da banca, a não ser que o Governo se preste a dar avales aos clubes já que dá às empresas públicas.

Ao ter pessoas responsáveis que fiquem à frente desses clubes, uma das consequências de muitos gestores assumirem pessoalmente as dívidas que lá fizeram fora dos estatutos dos mesmos, o que se verifica agora é que ninguém responsável quer assinar letras em nome dos clubes. Isto é óbvio.

Portanto, aquele dinheiro que era destinado às agências de viagem e o Governo, imprudentemente, quis ser demasiado democrático e entregou o dinheiro aos clubes para estes pagarem às agências, isto foi "entregar o ouro ao bandido".

Se o Governo tivesse continuado a pagar às agências, tinha sido menos democrático eventualmente, mas a situação dos clubes talvez não fosse tanto má e as agências tinham o seu dinheirinho - eu agradeço a benevolência do Sr. Presidente da Mesa, mas parece-me que é bom que se diga isto.

Por conseguinte, ninguém terá a capacidade de endividamento junto de um banco, nenhuma instituição de crédito financia um clube de futebol para pagar às agências de viagens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aqueles clubes que têm créditos, que têm financiamentos, uma bonificação pode ser útil. Mas aqueles que não têm financiamentos bancários, a bonificação de juros empurra-os para financiamentos bancários e eles não têm crédito junto da banca, porque esta actua hoje de forma diferente e racional do que actuava há anos atrás.

Obrigado, Sr. Presidente, este era o contributo que queríamos dar.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero-me associar ao que foi dito na intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca e a grande parte do conteúdo da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Permita-me não estar totalmente de acordo com a sua intervenção em relação a dois aspectos, em que o primeiro refere-se à morosidade deste assunto.

Devo dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que só há pouco tempo é que houve da parte dos clubes uma proposta que possamos classificar como razoável, realista sob o ponto de vista técnico e também séria sob o ponto de vista da proposta.

Anteriormente havia apenas o somatório, não muito claro, de listagens de dívidas. Não vou obviamente mencionar que tipo de natureza de dívidas, porque não seria elegante da minha parte.

Só agora é que estão reunidas condições para em ambiente claro, de trabalho sério e em grupo - já está constituído e já há um interlocutor por parte dos clubes - poder-se analisar a questão com o maior pormenor possível.

Em relação às passagens e às agências de viagens, devo informar o Sr. Deputado que isto é um imperativo da lei.

Foi criada legislação nacional que foi entendida ser aplicada na Região por este órgão e na sequência do mesmo foi regulamentada pelo Governo.

Eu compreendi o que referiu entre aspas, porque os contratos programa abarcam todas as despesas com os clubes e, se de facto os clubes ao receberem aquele dinheiro, sabendo que parte dele seria canalizado para as despesas com as passagens, se não o fizeram, não é responsabilidade do Governo. É responsabilidade de alguém, mas intrinsecamente não é responsabilidade do Governo.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Duarte Pires, eu não posso concordar de forma nenhuma que o Sr. Deputado venha considerar que a posição do Governo é de subterfúgio.

Não é de forma nenhuma!

A posição do Governo tem sido sempre uma posição correcta, de acolhimento dos problemas!

O Governo está a cumprir o seu dever. Atribui-o as verbas que determina a lei aos clubes. Entretanto há essa dificuldade que é grave.

Estamos perante dívidas que não são nem 20, nem 30 mil contos. São para cima dos 200 mil.

Não há aqui nenhum subterfúgio, há apenas o encarar com algum realismo, com alguma preocupação esta matéria.

Em relação à transparência das despesas, obviamente que o Governo não se quer imiscuir nos assuntos internos das instituições particulares, mas não é lícito que o Governo possa dar o seu aval, o seu apoio, possa bonificar despesas com juros de empréstimos contraídos, sem saber qual a dívida respeitante a quê.

Onde é que estão os documentos que o comprovam?

Não é pôr em causa a idoneidade das pessoas, mas uma coisa é um clube dizer que deve 40 mil e outra coisa é ele dizer quanto deve e apresentar os documentos que o comprovam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, como frisei há pouco, este é um assunto melindroso e quando toca nas dívidas dos clubes acho que o Governo tem que averiguar o que diz o Sr. Deputado

Duarte Pires, porque não quero trazer a esta Câmara situações que foram explanadas na última semana sobre algumas dívidas contraídas por alguns clubes que de facto nunca mais poderão ter cabimento para que o Governo as pague.

Eu vou mencionar uma conversa que ouvi à entrada da Presidência do Governo no dia em que o Sr. Presidente do Governo recebeu e muito bem, os Presidentes dos clubes da II Divisão B da Série Açores.

Um senhor que também estava lá à espera de ser recebido pelo Sr. Presidente do Governo dizia:

" - Os clubes querem dinheiro?!"

Mas há jogadores nesses clubes que recebem mais dinheiro que o Sr. Presidente do Governo e agora o Governo vai pagar as dívidas desses senhores?!"

Este é um assunto melindroso e muito complicado.

Quando eu frisava há pouco que é preciso salvaguardar situações futuras, saber como é que será no futuro, o que é que se pode estipular em relação a novas contratações, foi para que daqui a três anos não voltemos a estar aqui a discutir a mesma situação, ou seja, as dívidas dos clubes.

Em relação a alguns clubes poderem ou não recorrer à banca, nós não temos que meter os clubes todos no mesmo saco, porque existem clubes que deram passos acertados, que se encontram na situação em que estão na tabela classificativa, mas há outros que deram o passo maior que a perna antes da Série Açores, na altura da Série E ou se calhar quando andaram na II B, porque este é um processo que se arrasta desde 1976 salvo erro, e o que é preciso agora é que o passo seja do tamanho da perna, para não voltarmos ao mesmo assunto.

É preciso, acima de tudo, transparência, como disse o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, muita transparência em tudo isto para sabermos concretamente o que é que se vai pagar aos clubes.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até parece que eu disse aqui aquilo que não devia.

A vida dos clubes é a vida dos clubes.

Situei as coisas numa perspectiva que me parece correcta, ou seja, o aumento que teve a participação de colectividades regionais nos campeonatos nacionais enquanto o montante se manteve. Aí começou de facto a grande crise dos clubes e começou o endividamento.

É óbvio que percebo a facilidade. Quando se quer dizer que sim, toma-se uma determinada posição, quando se quer eventualmente criar dificuldades é fácil começar a falar nos ordenados que ganham alguns atletas, porque isso é uma realidade com a qual ninguém pode concordar e tem fácil incremento na opinião pública.

Agora, uma coisa são situações artificiais, outra são as situações referentes à insularidade, ao direito que as colectividades têm em participar por direito próprio, o direito de participar em provas nacionais e o respectivo aumento de despesas.

Por outro lado, também temos que ver que certamente na maioria dos casos, as dívidas das colectividades seriam bem maiores se nós víssemos e fizéssemos toda a contabilidade às horas gastas em serviço, em transportes, etc..

Também temos que mencionar que os clubes prestam serviços ao País e à Região substituindo o estado em termos da pouca educação física que ainda se vai tendo nalguns sítios.

Essa temática já é objecto de apreciação a nível nacional e também terá, efectivamente, a nível regional.

O que eu quis deixar claro foi que não tomássemos a parte pelo todo e não nos limitássemos aqui a apurar eventualmente uma dívida pequena e mal contraída.

Todos nós sabemos que houve alguns erros. Mas não podemos pegar em erros pontuais para tentarmos culpar o passado. Essa situação tem que ser analisada com seriedade e é isso que todos esperamos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

Recomeçamos os nossos trabalhos às 12.30 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 12.20 horas).

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 12.35 horas).

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Quando o Plenário desta Assembleia aprovou o relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais sobre a deslocação de doentes julgámos que da parte do Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social havia a recta intenção de cumprir e fazer cumprir o que aqui estávamos a aprovar e de pôr em execução o que vem consignado na Portaria 68/94, sem as alterações depois introduzidas com o Protocolo e a Circular Normativa, com que veio a desestabilizar a deslocação de doentes em algumas ilhas.

Mas, julgámos mal, porque os doentes de algumas ilhas continuam a ser mal tratados, desrespeitados e vilipendiados pela Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social e pelos seus serviços externos; isto deve-se exactamente às instruções que são dadas por escrito e depois postas em prática pelos executores das ordens que recebem do Director Regional de Saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Uma das conclusões aqui aprovadas diz e cito "**que os doentes com tratamentos em curso, aquando da entrada em vigor do novo regulamento da deslocação de doentes, quer na Região, quer no Continente, possam continuar os seus tratamentos nas unidades de saúde que lhes vinham prestando a referida assistência**".

Acontece que o Sr. Secretário Regional achou por bem interpretar na sua Circular Normativa nº 22 de 27/11/95, o que aqui aprovámos, do seguinte modo e cito "**nas situações clínicas em que, à data da publicação da Portaria, o doente se encontrava já referenciado a determinado serviço de saúde da Região ou do**

Continente, deve ser privilegiada essa orientação na decisão das juntas médicas, excepto se em absoluto se não justificar".

Afinal, depois, entende-se que quando por exemplo, existe uma especialidade na Horta, os doentes das Flores devem vir para essa especialidade, porque "**em absoluto não se justifica**" que sejam enviados ao serviço de saúde que lhes vinha prestando assistência médica, às vezes, há anos. Não foi nada disto que aqui aprovámos e o Sr. Secretário Regional sabe-o bem, mas desrespeitando esta Assembleia, continua a maltratar, desrespeitar e vilipendiar os doentes que devia tratar com humanidade, respeitar e ter em consideração, porque eles têm direitos inalienáveis que o Sr. Secretário também devia respeitar e não respeita.

Se o Sr. Secretário existe como tal, é porque os cidadãos têm direito à saúde, e a saúde nalgumas Ilhas desta Região, em especial nas Flores, tem-se degradado, como todos os que lá vivem sabem e sentem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Conforme ficou consignado no relatório que referi aqui e foi aprovado, e cito "**a Comissão verificou existirem nestes documentos** (refere-se ao protocolo e à Circular Normativa) **normas contraditórias às constantes na Portaria nº 68/94...**"

A Direcção Regional de Saúde na sua circular nº22 manda e cito "**mantêm--se em vigor as orientações constantes do Protocolo e da Circular Normativa acima citados, quando não contrariem esta Circular**". Ou seja, o Sr. Secretário preocupou-se, fundamentalmente, em reafirmar que o Protocolo e a Circular eram para cumprir; pelo menos, esta é a mensagem que se conclui e é o que tem sido concluído pelos serviços dependentes da Secretaria Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: A Saúde é um bem inalienável.

O Direito à Saúde está consignado na Constituição da República Portuguesa no seu Artigo 64º, a qual também determina que "**cabe ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação**".

É este direito que reclamamos e para todos os açorianos, independentemente das suas condições económicas ou da Ilha onde residam.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Valadão sobre essa matéria, porque as informações que nos chegam é de que essa situação em todas as restantes ilhas do arquipélago, depois das instruções do Sr. Director Regional da Saúde, foram sanadas.

É preciso identificarmos claramente se isso não são casos pontuais ou se de facto há um atropelo às instruções da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social. O meu pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão é se tem de facto identificado as situações como sendo uma orientação genérica ou se não são questões pontuais.

Nós juntámos a nossa voz nesta Casa ao protesto e propusemos alterações ao Regulamento sobre a Deslocação dos Doentes. Posteriormente o Governo acatou essas recomendações.

Em várias ilhas do arquipélago foi alterada a prática que vinha sendo implementada e agora o Sr. Deputado volta novamente com o mesmo assunto.

É preciso identificarmos claramente as situações e o Sr. Deputado terá que informar o Sr. Secretário desses casos pontuais que está a detectar.

Presidente: Tem a palavra para mais esclarecimentos o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Melo:

Da minha parte não pus em causa, nem ponho, o trabalho desenvolvido pela Comissão da qual V. Exa. é Presidente.

Penso que foi um trabalho excepcional.

Em segundo lugar, tenho na minha posse uma dezena de fotocópias de processos que me foram oferecidos por doentes e pelo respeito que tenho por eles, não os faculto nem a V. Exa. nem ao Governo Regional, mas são fotocópias de processos que estão no Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores, aos quais tem acesso o Sr. Presidente do Governo Regional, o Sr. Secretário Regional e o Sr. Director Regional da Saúde.

Estes processos dizem respeito a doentes cujas histórias clínicas remontam algumas há vários anos.

Tenho, por exemplo, aqui um que remonta a 1978 e cujo doente foi acompanhado pelo mesmo médico desde essa data.

Também tenho aqui uma fotocópia do parecer do médico especialista do dia 21 de Setembro de 1995, porque este doente foi nesta altura à sua custa a este médico para continuação do tratamento.

Neste parecer, o médico em causa determina que o doente, em inícios do corrente ano, deve voltar para continuação do tratamento e, no entanto, há uma semana, pura e simplesmente, foi considerado que não é necessário ir ao seu médico em S. Miguel, porque na Horta lhe podem fazer o mesmo tratamento.

Na minha opinião, não foi isto que ficou decidido aqui.

Tenho aqui um outro conjunto de documentos de um doente que há 6 anos anda a ser tratado no cardiologista.

Portanto, este doente há 6 anos tem um problema cardíaco e foi sempre tratado com o mesmo médico, no mesmo hospital e nas mesmas condições.

A semana passada o seu processo foi cortado!

Este doente, porque tem condições económicas, embora com sacrifícios, na próxima segunda-feira vai embarcar das Flores para a Terceira para ser visto pelo especialista e durante a próxima semana vai ter tratamentos no Hospital público de Angra do Heroísmo, pagando a deslocação à sua custa!

Outro caso que tenho aqui refere-se a um doente do foro psiquiátrico.

Há 4 anos que este doente tem tratamentos em S. Rafael na Terceira.

O seu processo existe no Centro de Saúde das Flores e vem à Horta e daqui dizem que ele deve vir a este Hospital para ser visto por um psiquiatra.

Para quê, se o doente todos os anos tem tratamentos em S. Rafael?

Será que a solução é vir aqui a uma consulta de psiquiatria?

Não é isto que o doente necessita!

É evidente que poderia continuar a mencionar estas situações, porque elas têm vindo a repetir-se.

Não é um caso esporádico. São muitas situações, são muitos casos que se têm verificado na Ilha das Flores.

Mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há um outro caso que tenho aqui de um doente que tem necessidade de ir a uma consulta de um especialista que só existe em São Miguel e vão mandá-lo a esse especialista.

No entanto, já lhe disseram que não vão requisitar outras consultas de que ele tem necessidade, porque depois de ir a esse especialista a São Miguel vai ir a outros especialistas se tiver necessidade.

Isto quer dizer que inclusivamente no aspecto financeiro, não se está a respeitar nem a ter em causa aquilo que, em nosso entender, deve ser feito, ou seja, se um doente se desloca a um sítio onde há um conjunto de especialistas, na mesma vez poderia fazer tudo.

Não são casos esporádicos em relação à Ilha das Flores, são casos que nos últimos dois meses têm sido multiplicados por muitas vezes.

Um outro aspecto que penso que é importante realçar é que o Sr. Director Regional de Saúde recentemente esteve nas Flores a dar as suas instruções, a **reafirmar** as suas instruções.

O Centro de Saúde e a sua direcção foram nessa altura contactados por pessoas interessadas em dialogar com o Sr. Director Regional de Saúde e nesses dias nem a chefia do Centro de Saúde, nem o Sr. Director receberam um cidadão que fosse.

Esperemos que pelo menos a Comissão da especialidade desta Assembleia, quando vier a analisar o documento que entrou sobre esta matéria, possa ter a disponibilidade de receber estes cidadãos.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu queria confirmar isso.

Deduzo da sua intervenção que estamos perante uma situação localizada na Ilha das Flores - esta é a interpretação que faço.

Queria apenas dizer a V. Exa. que quando diz que não disponibiliza as informações que tem nem ao Presidente do Governo, nem ao Governo, então o Sr. não tem interesse nenhum em que elas sejam resolvidas.

Se o Sr. Deputado tem vontade e está de boa fé nesse processo, deve também ajudar na procura das soluções.

Se tem elementos que pode facultar ao Governo que permitam uma rápida resposta, também deve colaborar na disponibilização desses meios, a não ser que V. Exa. não esteja de boa fé e esteja a tentar fomentar uma coisa que é possível sanar.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quem está de facto a desestabilizar este processo é o Governo Regional na pessoa do Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social e as pessoas que com ele colaboram.

É evidentemente que aquilo que aqui disse mantenho, isto é, que tenho documentos privados, documentos do foro íntimo das pessoas, que me foram confiados e não fui autorizado a divulgá-los a quem quer que fosse.

No entanto, posso-lhe garantir que depois de ouvidas essas pessoas, se elas me autorizarem a passar esses documentos para quem quer que seja, eu passá-los-ei.

Desde já, devo garantir dar a minha palavra de honra e, logo que chegue à Ilha das Flores, terminados os trabalhos do plenário, vou colocar o problema a essas pessoas.

Para além disso, há um caso concreto cuja identificação da pessoa entreguei ao Sr. Secretário Regional e até ao momento ele não me disse absolutamente nada. O que soube é que essa pessoa ainda ontem continuava com o seu processo cortado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como devem calcular, eu ainda não conheço em pormenor todo este esquema que se refere à situação de transferência dos doentes dos Centros de Saúde para os hospitais.

Li com atenção o parecer que foi feito pela Comissão da Assembleia que se debruçou sobre esta questão e julguei que o assunto teria possibilidade de ficar sanado com os caminhos que ali se apontavam.

Posteriormente, pela conversa tida com alguns Srs. Deputados, verifiquei que havia num ou noutro caso interpretações menos correctas daquilo que seria o espírito das conclusões da Comissão.

Recentemente, com o Sr. Deputado Paulo Valadão, tivemos uma conversa sobre este assunto e procurei intervir nele de acordo com aquilo que me parecia que era justo e razoável.

Admito que haja, numa ou noutra situação, interpretações menos próximas daquilo que foi o espírito saído dos trabalhos da Comissão.

Também admito que nos casos citados pelo Sr. Deputado, nalguma solução de continuidade no acompanhamento dos doentes pudesse tomar-se uma interpretação no sentido de que se o doente já há um ano ou dois não se trata com um médico, isto não será motivo para se chamar acompanhamento do doente.

O que posso e vou fazer perante esta Câmara, é empenhar-me pessoalmente nesta questão, por forma a que na próxima sessão da Assembleia este assunto não venha a ocupar os nossos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Eu queria acreditar naquilo que V. Exa. acaba de afirmar, mas aguardaremos.

No entanto, aquilo que eu e o meu partido desejaríamos, era tão somente que o documento aprovado fosse cumprido tal qual como aqui foi aprovado.

Um direito que os açorianos têm é que o Governo Regional, sob a presidência de V. Exa., acate as decisões que foram aprovadas nesta Casa por unanimidade, pelos representantes do povo dos Açores, tal qual como aqui foram aprovadas e não ao sabor dos desejos ou dos pareceres dos Srs. Secretários Regionais, Directores Regionais, gerentes dos Centros de Saúde ou alguém que se equipare a directores de hospitais. Este é o nosso desejo.

Por outro lado, não nos parece que haja duas interpretações.

Um doente que é tratado por um médico, vai a esse médico várias vezes por ano, no dia 21 de Setembro de 1995 teve um parecer desse médico para ir lá em Janeiro ou

Fevereiro, é evidente que aqui não pode haver duas interpretações. Esta é a realidade e os papéis é que o dizem!

Outro doente que tem um documento assinado pelo médico diz: "deve estar no meu consultório daqui a 6 meses"; estes 6 meses demonstram um acompanhamento da doença. Aqui também não há duas interpretações!

Se se põe o problema que esse médico não curou o doente, esse problema não é meu, não é um problema político, é um problema do médico e do doente e que a meu ver nem tão pouco é do foro dos serviços públicos.

Pode-se pôr em causa que o doente anda há muitos anos com o mesmo médico e não se cura, mas todos sabemos que há doenças que não têm cura. Todos sabemos que há uma infinidade de doenças que têm que ser acompanhadas e eu respeito a deontologia médica e a orientação que o médico dá.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Homem de Gouveia.

Deputado Homem de Gouveia: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou usar da palavra apenas para dar uma sugestão ao Sr. Deputado Paulo Valadão, porque ao fim e ao cabo, o Sr. Deputado apenas tem os depoimentos ou os pareceres dos doentes, mas, Sr. Deputado, nós deveríamos saber os motivos pelos quais o presidente do Centro de Saúde das Flores recusou a ida do doente.

Isto implica problemas do foro ético, ou seja, o segredo profissional, mas esses pareceres podem ser enviados à Direcção Regional de Saúde.

O Sr. traz aqui apenas a queixa do doente e não nos diz quais as razões que levaram o Conselho de Administração do Hospital a recusar a ida.

O Sr. apenas está a ver por um lado.

Julgo que se o Conselho de Administração recusou-se a fazê-lo é porque teve motivos para o fazer.

Nós gostaríamos de saber qual a razão que levou o Conselho de Administração do Hospital a recusar a ida do doente depois dos esclarecimentos dados pela Direcção Regional de Saúde e pela Secretaria Regional de Saúde.

Deputado Jorge Cabral (PSD): O que é que o papelinho diz?!

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Homem de Gouveia:

Parece que adivinhei que o Sr. ia fazer essa pergunta, porque tenho aqui um ofício datado do dia 9 de Outubro de 1995, em que um doente da Ilha das Flores pede ao Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores - note, 9 de Outubro de 1995 - que o informe das razões por que não pode ir a um especialista que pensa que tem direito ir.

Ontem, depois de sair daqui, estive telefonicamente a falar com esse doente e ele ainda não tinha recebido a resposta do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores.

Penso que em casos destes, eu fiz o máximo que podia fazer, o doente fez aquilo que devia fazer e a resposta, na minha opinião, tem que ser dada nesta Casa, pelo Sr. Secretário Regional.

Em relação aos pareceres dos doentes, eu não os tenho Sr. Deputado.

Além das opiniões dos doentes, eu tenho fotocópia de pareceres, de informações clínicas que os doentes me facilitaram, porque estão no seu direito de o fazer, onde especialistas desta Região, num parecer enviado e cujo original está arquivado no Centro de Saúde das Flores, dizem que este doente tem que voltar a nova consulta, novo tratamento, novos meios de diagnóstico em determinada época.

Perante documentos destes, emitidos e assinados por médicos responsáveis e especialistas, estas pessoas vêm-se obrigadas a ir à sua custa fazer o tratamento.

Como há pouco frisei, há um caso concreto na próxima semana no Hospital de Angra do Heroísmo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito. Chamo atenção, porque o Sr. tem 1 minuto para falar.

Deputado Álvaro Manito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dar uma achega a esta situação.

Eu acho que ninguém põe em causa as intenções do Governo em relação a esta matéria, isto é, a circular normativa n.º 22, de 27/11/95, em que o Governo libera todas as suas responsabilidades neste aspecto.

Penso que a situação, neste momento se põe mais em relação a uma questão de ética e de deontologia médica, de relacionamento entre os médicos dos Centros de Saúde, os Hospitais e os seus médicos.

Na minha opinião, é aqui que está o cerne da questão, ou seja, o Governo já transferiu todas as suas responsabilidades.

Sendo assim, cabe aos profissionais de saúde entenderem e darem cumprimento àquilo que o Governo disse, porque quando um médico de clínica geral de um Centro de Saúde referencia um doente seu a ir a uma determinada especialidade não existente no hospital, e a junta médica existente nesse hospital não autoriza e referencia de forma diferente esse doente, este problema já é um problema médico, é um problema de deontologia médica e não do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para mais esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Álvaro Manito:

Mais uma vez, o Sr. com honestidade traz o problema à colação, embora procurando retirar culpas a quem as tem.

O Sr. põe o problema exactamente como ele é.

O Sr. põe o problema e aponta os factos como eles se têm passado, isto é, o médico do Centro de Saúde referencia a um doente seu um determinado especialista e em seguida há administrativos, ou outros médicos, que entendem que ele não deve ir.

Sr. Deputado, o Sr. Secretário Regional da Saúde responde perante nós!

O Sr. Secretário Regional da Saúde tem um Director Regional de Saúde que responde perante ele!

Perante o Director e o Secretário Regional de Saúde, respondem os Centros de Saúde, os Hospitais etc., etc.!

Eu não admito que depois de determinados conceitos em que todos participámos, defendemos e dissemos que eram justos, o Sr. Secretário Regional permita que existam pessoas que pura e simplesmente não cumpram aquilo que ele se comprometeu, nesta Casa, a cumprir.

Isto está mal! Não pode ser! Isto não pode continuar assim!

Que haja coragem da parte dos responsáveis para porem as coisas a funcionar como deve ser ou se não podem demitam-se.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que este assunto foi trazido a esta Assembleia, porque de há tempos a esta parte, as pessoas que vivem intensamente os problemas dos doentes nas suas ilhas, perceberam que qualquer coisa de errado estava a acontecer.

Como o Sr. Secretário não está presente, eu não vou apontar nada, apenas queria deixar aqui uma mensagem importante para o Governo, para o seu Presidente que já falou e para a própria Comissão, ou seja, a falada portaria diz que:

"1 - Nas situações clínicas em que, à data da publicação da Portaria, o doente se encontrava já referenciado a determinado centro de saúde da Região ou do Continente, deve ser privilegiada essa orientação na decisão das juntas médicas, excepto se em absoluto se não justificar.

2 - Nos casos em que o hospital de referência não possua capacidade própria de atendimento ou se preveja uma resposta não compatível com a urgência pretendida, podem os órgãos competentes dos centros de saúde activar os dispositivos do Regulamento que lhe permitem solucionar o atendimento dos seus doentes noutra hospital da Região."

Gostaria de saber, como deputado de uma ilha, onde não se cumpre a portaria, - que fique bem claro - o que é que se passa?

Porque se a portaria emanada do Governo diz que deve ser assim, porque é que não é assim?!

É preciso saber onde é que está a culpa nesse circuito?

Nós queremos saber com honestidade, eu não quero culpar ninguém!

Há uma portaria emanada do Governo, clara, com orientações específicas, não se cumpre porquê?!

É necessário que esta Assembleia saiba porque é que não se cumpre e eu como deputado também quero saber, evidentemente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, aquilo que está escrito e que o Sr. Deputado Manuel Serpa acabou de ler - eu já tinha lido na minha intervenção - dá uma porta aberta propositada, porque diz, "... excepto se em absoluto se não justificar."

A interpretação que é dada pelos responsáveis dependentes da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, é que o "excepto se em absoluto não se justificar" é se tiver no hospital de referência a especialidade.

Isto não foi aquilo que aqui foi aprovado!

Isto não tem nada a ver com aquilo que foi aqui aprovado!

Porque é que não se transcreve pura e simplesmente aquilo que aqui foi aprovado?!

Porque é que não se dão instruções no sentido de cumprir aquilo que foi aqui aprovado?!

Porque é que no parecer que foi dado através da Comissão de Juventude - e dizemos que há contradições entre a portaria, a circular e o protocolo - diz-se no último ponto desta circular normativa, que o protocolo e a circular são para cumprir?! Embora se diga no que não estiver de acordo, mas é evidente que aquilo que ressalta - e foi reafirmado pelo Sr. Director Regional de Saúde nas reuniões, conforme fui informado por pessoas que participaram - é que as orientações anteriores são para cumprir.

Presidente: Não havendo mais intervenções, estão encerrados os nossos trabalhos pelo período da manhã.

Recomeçaremos às 15.00 horas.

Pedia aos Srs. Vice-Presidentes da Mesa para juntarmo-nos às 14.30 horas.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 13.05 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradeia que retomassem os vossos lugares.

Eram 15.20 horas.

Srs. Deputados, vamos passar ao **Período da Ordem do Dia** com a leitura dos relatórios ao abrigo do Artigo 119.º.

Peço o favor ao Sr. relator da Comissão de Organização e Legislação proceder à leitura do seu relatório.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação, a que se refere o artigo 119.º, do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Janeiro de 1996)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Organização e Legislação tem, nesta data, a seguinte composição:

a) DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (P.S.D.)

- Deputada Ana Carolina
- Deputado Carlos Silva
- Deputado João Cunha (Secretário)
- Deputado José Manuel Nunes
- Deputado José Maria Bairos
- Deputado Jorge Valadão
- Deputado Rui Melo

b) DO PARTIDO SOCIALISTA (P.S.)

- Deputado António Gomes (Relator)
- Deputado António Silva Melo (Presidente)
- Deputado Duarte Pires

- Deputado Martins Goulart
- Deputado Ricardo Barros
- Deputado Rogério Serpa

CAPÍTULO II

GENERALIDADES

- 1 - Durante o ante-período legislativo de Janeiro, a Comissão reuniu em Plenário nos dias 15 e 16 do supracitado mês na cidade da Horta, na Sede da Assembleia.
- 2 - O Senhor Deputado do PSD Jorge Valadão bem como o Senhor Deputado do PS Rogério Serpa fizeram-se substituir, respectivamente pelos Senhores Deputados Victor Cruz e Hélio Pombo.
- 3 - O Senhor Deputado António Silva Melo faltou justificadamente.

CAPÍTULO III

EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS ARTIGOS 56º E 180º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

- 1 - Ao abrigo das competências previstas no nº 2 do artigo 180º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a Comissão analisou e emitiu parecer sobre as Propostas do Plano e Orçamento para 1996, apresentadas pelo Governo Regional.
- 2 - De acordo com o estipulado na alínea j) do artigo 46º a Comissão analisou e emitiu parecer sobre a Proposta de Resolução apresentada pela Mesa da Assembleia "Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores relativa a 1994".

CAPÍTULO IV

TRABALHOS PENDENTES

A Comissão tem pendente para apreciação a Proposta de Resolução da autoria do PS "Alteração ao Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Horta, 16 de Janeiro de 1996.

O Relator em Exercício, Duarte Pires.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente em Exercício, António Neves Gomes.

Presidente: Algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este relatório?

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar ao relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Pedia ao relator da respectiva Comissão o favor de apresentar o seu relatório.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período legislativo de Janeiro de 1996)

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

1 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

- Do Partido Social Democrata (PSD)

- Deputado José Maria Bairos (Presidente)

- Deputado Manuel Gil Ávila (Relator)

- Deputado Artur Martins

- Deputado Carlos Morais

- Deputado Jorge do Nascimento Cabral

- Deputado José Aguiar

- Deputado Rui Carvalho e Melo

- Do Partido Socialista (PS)

- Deputado Duarte Pires

- Deputado Fernando Meneses

- Deputado José Humberto Chaves

- Deputado Rui Pedro Ávila (Secretário)

- Partido Popular (PP)

- Deputado Alvarino Pinheiro

- Partido Comunista Português (PCP)

- Deputado Paulo Valadão

2 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, reuniu nos dias 15, 16, 17, 18 e 19 de Janeiro na sede Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta.

3 - O Deputado do PSD, Rui Melo faltou justificadamente os dias 15, 16, 17, 18 e 19.

4 - O Deputado do PSD, Carlos Morais, faltou justificadamente os dias 15 e 16.

5 - O Deputado do Partido Popular, Alvarino Pinheiro faltou justificadamente no dia 15.

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais procedeu à eleição da Mesa, que ficou assim constituída:

Presidente - Deputado José Maria Bairos (PSD)

Relator - Deputado Manuel Gil Ávila (PSD)

Secretário - Deputado Rui Pedro Ávila (PS).

2 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais e na área da sua competência, analisou o Plano e Orçamento para 1996, tendo procedido às seguintes audições.

- Presidente do Governo Regional dos Açores (Cooperação Externa).

- Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (Protecção Civil).

- Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Administração Regional e Local).

- Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Cooperativismo).

- Director do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.

CAPÍTULO III

TRABALHOS PENDENTES

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais tem pendente para apreciação, o seguinte:

a) Projecto de Decreto Legislativo Regional "Processo de Pronúncia, Acompanhamento e Apreciação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores sobre a Participação da Região na Construção Europeia " .

b) Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Regulamento Policial da Região Autónoma dos Açores".

c) Ante-Proposta de Lei "Aditamento ao Artigo 99º do Código de Estrada, Aprovado pelo Decreto-Lei nº 144/94, de 3 de Maio".

CAPÍTULO IV

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no âmbito das suas competências, efectuará uma visita de trabalho ao Concelho de Angra do Heroísmo, durante o mês de Março.

Horta, 18 de Janeiro de 1996.

O Relator, *Manuel Gil Ávila*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *José Maria Bairos*.

Presidente: Algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este relatório?

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar ao relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Pedia à Sra. relatora o favor de apresentar o seu relatório.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(Ante-Período Legislativo de Janeiro de 1996)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- Rui Carvalho e Melo - Presidente
- Fátima Oliveira - Relatora
- Ana Gomes da Silva
- Jorge Homem de Gouveia
- Mark Marques
- Rosa Machado
- Aurélio da Fonseca

b) PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Nélia Figueiredo - Secretária
- Francisco Sousa
- Fernando Fonte
- Hélio Pombo
- José Nascimento Ávila

c) PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Comissão deslocou-se a Coimbra de 20 a 22 de Novembro de 1995, a fim de participar no Encontro Internacional de Educação para os Media.

No dia 23 de Novembro a Comissão visitou o Serviço de Acolhimento de Doentes (SAD) da Região Autónoma dos Açores, em Lisboa.

3. Nesta deslocação os deputados Jorge Cabral e Aurélio da Fonseca substituíram, respectivamente, os deputados Rui Melo e Homem de Gouveia, do PSD.

Faltaram, justificadamente, os deputados Mark Marques, Ana Gomes da Silva e Fátima Oliveira, do PSD e Hélio Pombo, do P.S..

O deputado Dionísio de Sousa substituiu o deputado Francisco Sousa, do P.S..

4. A Comissão reuniu, em plenário, a 18 de Dezembro, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada, e de 16 a 19 de Janeiro, p.p., na Sede da Assembleia.

5. Na reunião de 18 de Dezembro o deputado Mark Marques foi substituído pelo deputado Gonçalo Botelho, do P.S.D., tendo faltado, justificadamente, a deputada Fátima Oliveira, do P.S.D..

O deputado Dionísio Sousa substituiu o deputado Francisco Sousa, do P.S. e a deputada Nélia Figueiredo, do P.S., faltou justificadamente.

Nas reuniões de 16 a 19 de Janeiro o deputado Martins Goulart substituiu o deputado José do Nascimento Ávila, do P.S..

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

- A Comissão participou, em Coimbra, no Encontro Internacional de Educação para os Media, de 20 a 22 de Novembro.

A 23 do mesmo mês visitou os serviços de Acolhimento de Doentes (SAD), em Lisboa, onde se inteirou da forma do seu funcionamento.

A deputada Nélia Figueiredo, do P.S., elaborou um relatório desta deslocação, o qual se anexa.

- A Comissão apreciou e emitiu parecer sobre os seguintes diplomas:

1- Projecto-Lei nº 30/VII - "Difusão Televisiva nas Regiões Autónomas".

2 - Propostas do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1996.

3 - Proposta de Decreto Legislativo nº 18/95 - "Alteração às Normas que Regulamentam os Concursos de Pessoal Docente dos Ensinos Básicos (2º e 3º Ciclos) e Secundário".

CAPÍTULO III

TRABALHOS PENDENTES

A Comissão tem pendentes, para emissão de parecer, os seguintes diplomas:

- 1 - Proposta de Resolução nº 17/95 "Concurso Público para Atribuição de Frequências da Radiodifusão - Rádios Locais", do P.S..
- 2 - Projecto de Decreto Legislativo Regional nº 6/95 - "Prevenção e Tratamento da Toxicodependência", do P.S.D..
- 3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 14/95- "Aplicação à Região do Regime de Organização e Funcionamento das Actividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Estabelecido pelo Decreto-Lei nº 26/94, de 1 de Fevereiro".

CAPÍTULO IV

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão visitará durante o mês de Fevereiro a ilha Terceira.

Horta, 19 de Janeiro de 1996.

A Relatora, *Fátima Oliveira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Rui Carvalho e Melo.*

Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, sobre a deslocação ao Continente para participar no Encontro Internacional de Educação para os Media e visita de trabalho aos Serviços de Acolhimento de Doentes (SAD), nos termos da alínea d) do artigo 120.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, ao abrigo da alínea d), do artigo 120º, do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deslocou-se ao Continente de 19 a 24 de Novembro, com o objectivo de participar no Encontro Internacional de Educação para os Media, tendo visitado o Serviço de Acolhimento de Doentes (SAD).

Os deputados Francisco Sousa do P.S., Homem de Gouveia e Rui Melo do P.S.D., foram substituídos nos trabalhos da Comissão, respectivamente pelos deputados Dionísio Sousa, Aurélio Fonseca e Jorge Nascimento Cabral.

Os deputados do P.S.D., Mark Marques, Ana Gomes Silva e Fátima Oliveira faltaram justificadamente.

CAPÍTULO II

ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA

A Comissão participou nos dias 20, 21 e 22 de Novembro, no Encontro Internacional de Educação para os Media, que ocorreu na Universidade de Coimbra, por iniciativa da Licenciatura em Jornalismo.

No decurso destes três dias, professores dos diferentes graus de ensino e profissionais da Imprensa, Rádio e Televisão debateram o papel e a importância que os media detêm na Sociedade em geral e no mundo escolar em particular.

Uma das preocupações manifestadas, foi a de que dada a omnipresença dos media, sobretudo da televisão, no nosso quotidiano, se torna imperativo, que a escola desempenhe um papel activo, na formação e desenvolvimento da consciência crítica e

analítica dos alunos, face aos conteúdos divulgados pelos mesmos, impedindo assim que a passividade individual e o espírito acrítico se instalem.

No contexto da Escola, como uma das responsáveis pela "Educação para os Media", foram apresentados testemunhos do modo como esta função tem sido levada à prática em alguns países europeus, nomeadamente na Grã-Bretanha, Alemanha e França.

Um dos problemas que se tem colocado é o de fazer a opção entre a leccionação de Educação para os Media, como disciplina específica ou como actividade interdisciplinar.

No caso português a Educação para os Media não adquiriu ainda um cariz sistemático, havendo, no entanto, projectos desenvolvidos por alguns estabelecimentos de ensino, nomeadamente com a iniciativa o "Público na Escola" e com a adesão a projectos apoiados pelo Instituto de Inovação Educacional (IIE).

VISITA AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE DOENTES (SAD)

No dia 23 de Novembro, a Comissão deslocou-se ao Serviço de Acolhimento de Doentes Açorianos, existente em Lisboa, tendo sido recebida, para uma reunião de trabalho, pelo seu Coordenador, Dr. Luciano Cordeiro, que se fez acompanhar por duas técnicas do referido Serviço.

Após a apresentação dos elementos da Comissão, o Coordenador informou, que o SAD é um Serviço dependente da Direcção Regional de Saúde e que por sua vez, se articula funcionalmente com os Hospitais da Região, os Centros de Saúde e os Serviços de Segurança Social.

O seu quadro de pessoal é constituído por 1 Coordenador, 7 Técnicos de Serviço Social, 4 Administrativos, 1 Chefe de Secção e 1 Motorista.

As actividades desenvolvidas pelo SAD, no período compreendido entre 1991 e Novembro de 1995, foram descritas, de forma exaustiva, pelo Dr. Luciano Cordeiro, que para um melhor acompanhamento da exposição, forneceu a cada elemento um dossier contendo, entre outros, os dados estatísticos relativos ao período supracitado a nível de:

- Deslocações acompanhadas pelo SAD:

(1971-1743; 1992-1724, 1993-1665; 1994-1582; 1995-1362).

- Média de permanência:

(1991-18 dias; 1992-17 dias, 1993/95-19 dias)

- Número de casos de internamento por ano:

(1991-319; 1992-301; 1993-290; 1994-365; 1995-312)

- Especialidades com maior procura:

- (Oncologia - 1317; Cardiologia - 723; Ortopedia - 605; Cirurgia - 438 e Cirurgia Cardio Vascular - 339).

- Percentagem de deslocações com acompanhantes:

(1991 - 81%; 1992 - 83%; 1993 - 82%; 1994 - 87%; 1995 - 84%).

Ao comentar os elementos estatísticos referenciados, o Coordenador chamou a atenção para o facto dos números apresentados, não corresponderem ao valor global dos doentes deslocados, dado que não existe a obrigatoriedade de comparência nos Serviços.

Aqueles que comparecem são atendidos por uma técnica de Serviço Social, que lhe presta todo o apoio solicitado, nomeadamente, na marcação de consultas ou exames complementares. No entanto, parece haver um conhecimento deficiente dessa possibilidade.

Regra geral os doentes aparecem semanalmente ou então no fim da estadia para receberem o apoio monetário a que têm direito.

Um dos elementos da Comissão questionou o Coordenador, acerca da veracidade de uma notícia, onde se afirmava que havia doentes que não recebiam de imediato aquando da apresentação dos documentos nos Serviços.

Em resposta foi dito que tal notícia não corresponde à verdade e que todo o doente que apresente a credencial de deslocação em ordem, com carimbo e data de consulta recebe, automaticamente, o valor pecuniário a que tem direito, dado que o SAD possui um fundo de maneiio para o efeito.

Outro dos problemas abordados foi o do alojamento, tendo sido reconhecido pelos Serviços, que os doentes com fracos recursos, se hospedam, por sua livre iniciativa, em Pensões detentoras de condições muito deficientes.

No sentido de obviar esta situação foram mencionadas duas hipóteses, nomeadamente a eventual criação de um Centro de Acolhimento em Regime de Pensão, ou o estabelecimento através de Concurso Público de um Protocolo de Prestação de Serviços, de modo a garantir um alojamento condigno. O Coordenador do SAD afirmou que a primeira hipótese já fora objecto de um estudo, mandado executar pelo anterior Director Regional, tendo ficado demonstrada a sua inviabilidade, por causa dos elevados encargos financeiros com a manutenção e o pessoal. Quanto à segunda hipótese, aceita que a mesma possa ser viável, desde que a Secretaria assuma o pagamento da ocupação mínima.

Da reunião ficou a ideia de que existe um sub-aproveitamento do apoio que pode ser prestado pelos Serviços aos doentes deslocados, motivado pelo facto destes disporem de pouca informação sobre o SAD.

Como solução para ultrapassar a situação, propõe-se que seja feita uma maior divulgação junto dos utentes e que se elabore um desdobrável, contendo os direitos e deveres dos utentes deste Serviço, bem como uma série de informações úteis, que lhes possam "facilitar a vida".

Horta, 19 de Janeiro de 1996.

A Relatora em Exercício, Nélia Figueiredo

Presidente: Algum Sr. Deputado pretende intervir sobre este relatório?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uma correcção de redacção.

Na 4.^a página, no ponto n.º 3, onde se diz proposta de Decreto Legislativo Regional 18/95 "Alteração às normas que regulamentam os concursos de pessoal docente dos ensinos **básico**" e não básicos.

Presidente: Feita a correcção, passemos à Comissão de Economia, Finanças e Plano. Peço ao Sr. Deputado relator o favor de apresentar o respectivo relatório.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período legislativo de Janeiro de 1996)

CAPÍTULO I

Introdução

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

- Victor Evaristo (Presidente)
- Rui Luís (Relator)
- António Almeida
- Gaspar da Rosa
- Gonçalo Botelho
- Eugénio Leal
- Manuel Brasil

Partido Socialista (PS)

- Francisco Oliveira (Secretário)
- Dionísio Sousa
- Mário Machado
- Fernando Lopes
- Manuel Serpa

Deputado Independente

- Manuel António.

CAPÍTULO II

Generalidades

1 - No decorrer deste ante-período legislativo a Comissão reuniu de 15 a 19 de Janeiro na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta e de 23 a 25 de Janeiro na Delegação da A.L.R.A., em Ponta Delgada.

2 - Nas reuniões de 15 a 19 de Janeiro, o deputado Victor Evaristo foi substituído pelo deputado Gastão Pacheco e o deputado Mário Machado faltou justificadamente.

3 - Na reunião do dia 19, os deputados Francisco Oliveira e Dionísio Sousa foram substituídos, respectivamente, pelos deputados Fernando Meneses e Rui Pedro Ávila.

4 - O deputado Independente faltou justificadamente às reuniões que se realizaram de 15 a 19 de Janeiro.

5 - Nos dias 23, 24 e 25 de Janeiro, o deputado Gastão Pacheco substituiu o deputado Gonçalo Botelho, e o deputado Mário Machado faltou.

6 - O deputado Silva Melo substituiu os deputados Manuel Serpa, no dia 23, e Francisco Oliveira no dia 25.

7 - O deputado Independente Manuel António faltou justificadamente no dia 24.

CAPÍTULO III

Trabalhos Realizados

A Comissão analisou e emitiu parecer aos seguintes diplomas:

- Propostas de Plano e Orçamento para 1996.
- Anteposta de Lei - Limite de Endividamento Externo para 1996.

- Proposta de Resolução - Limite dos Avais a conceder pela R.A.A. em 1996.
- Proposta de D.L.R. nº 12/95 - Estabelecimento de Medidas Cautelares para a Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas.
- Proposta de D.L.R. nº 8/95 - Criação de uma linha de crédito de curto prazo para a Agricultura.
- Cumprimento da Resolução da A.L.R.A. nº 2/96/A, de 3 de Janeiro - Apuramento do montante da Dívida Pública Regional (Em anexo a este relatório).

CAPÍTULO IV

Trabalhos Pendentes

- 1 - Proposta de Resolução nº 15/94 - Conta da Região Autónoma dos Açores referente a 1993.
- 2 - Anteproposta de Lei - Enquadramento do Orçamento da R.A.A..
- 3 - Proposta de Dec. Leg. Reg. nº 17/95 - Regime Jurídico do Novo Sistema de Gestão de Contabilidade e de Tesouraria, no Quadro de Reforma da Administração Financeira do Estado, que adopta, na Região, a designação de SAFIRA (Sistema Administrativo e Financeiro da RAA).
- 4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 15/95 - Alteração ao D.R. nº 18/80/A, de 21 de Agosto - Regime Jurídico do Arrendamento Rural dos Baldios.

CAPÍTULO V

Programação de Trabalhos

A Comissão reunirá de 4 a 8 de Março, em Ponta Delgada, para analisar os diplomas pendentes.

Ponta Delgada, 25 de Janeiro de 1996.

O Relator, *Rui Luís*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Victor Evaristo.*

ANEXO

Cumprimento da Resolução da A.L.R.A., n.º 2/96/A, de 3 de Janeiro - Apuramento do Montante da Dívida Pública Regional.

A Resolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.º 2/96/A, de 3 de Janeiro, incumbiu a Comissão de Economia, Finanças e Plano de proceder ao apuramento do montante da dívida do sector público da Região à data da queda do V Governo Regional e a estimativa da mesma relativamente a 31 de Dezembro de 1995.

A Comissão solicitou à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública os elementos referidos na dita resolução, que prontamente os enviou e se encontram nos quadros que anexamos neste relatório.

O quadro resumo que se apresenta de seguida pretende responder às exigências da referida resolução.

	31/Out/95	21/Dez./95	Varição
1. Dívida Consolidade	121 307 774 505\$	133 935 077 613\$	12 627 303 108\$
1.1 Dívida pública directa	88 758 665 205\$	107 541 765 000\$	18 783 099 795\$
.1.1 Dívida interna	54 912 075 750\$	73 939 076 000\$	19 027 000 250\$
1.1.2 Dívida externa	33 846 589 455\$	33 602 689 000\$	-243 900 455\$
1.2 Dívida Garantida	20 367 260 652\$	22 967 261 261\$	2 600 000 609\$
1.3 Dívida dos Fundos e Serviços Autónomos	3 566 630 952\$	3 426 051 352\$	-140 579 599\$
1.4 Saldo da conta junto do B. de Portugal	8 615 217 697\$	0\$	-8 615 217 697\$
*1.5 Dívida Administrativa	6 028 476 000\$	4 597 197 000\$	-1 431 279 000\$
1.6 Outras eventuais dívidas assumidas	0\$	0\$	0\$
			0\$
2. Dívida das E.P. e empresas participadas	50 869 352 715\$	50 688 685 004\$	-180 667 711\$
2.1 Empresas Públicas	46 639 252 715\$	47 231 550 831\$	592 298 116\$
2.1.1 Dívida de Médio e Longo Prazo	36 979 451 715\$	44 883 550 831\$	7 904 099 116\$
2.1.2 Dívida de Curto Prazo	9 659 801 000\$	2 348 000 000\$	-7 311 801 000\$
2.2 Empresas Participadas	4 230 100 000\$	3 457 134 173\$	-772 965 827\$

* A Dívida Administrativa não está incluída na dívida consolidada

** Apenas inclui SOGEO, não foi disponibilizada informação sobre participações minoritárias e participações cruzadas.

DÍVIDA PÚBLICA EFECTIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, EM 31/10/95 (em escudos)

	Tipo Moed	DATA		EMPRÉSTIMOS MONTANTE Em moeda do Empréstimo	AMORTIZAÇÃO Em Moeda do Empréstimo	SALDO ACTUAL Em Moeda do Empréstimo	TAXA CÂMBIO	MONTANTE DÍVIDA Em Escudos
		Inicial	Final					
1) DÍVIDA INTERNA								
G.R.A./89	ESC.	19/07/89	25/08/96	1 000 000 000 00	500 000 000 00	500 000 000 00	"	500 000 000 00
G.R.A./90 - 1.ª Emissão	ESC.	11/05/90	30/04/97	500 000 000 00	125 000 000 00	375 000 000 00	"	375 000 000 00
G.R.A./90 - 2.ª Emissão	ESC.	15/10/90	30/10/97	500 000 000 00	0 00	500 000 000 00	"	500 000 000 00
F.R.C.E. (I)							"	
1.ª Tranche	ESC.	09/06/82		381 750 432 00	0 00	381 750 432 00	"	381 750 432 00
2.ª Tranche	ESC.	28/10/82		648 614 400 00	0 00	648 614 400 00	"	648 614 400 00
3.ª Tranche	ESC.	28/10/82		1 155 988 500 00	0 00	1 155 988 500 00	"	1 155 988 500 00
4.ª Tranche	ESC.	16/03/83		173 902 360 50	0 00	173 902 360 50	"	173 902 360 50
5.ª Tranche	ESC.	13/09/83		76 811 088 00	0 00	76 811 088 00	"	76 811 088 00
F.R.C.E. (II)							"	
1.ª Tranche	ESC.	31/12/84		803 002 132 50	0 00	803 002 132 50	"	803 002 132 50
2.ª Tranche	ESC.	31/12/84		174 006 846 00	0 00	174 006 846 00	"	174 006 846 00
G.R.A./91 - 1.ª Emissão	ESC.	28/03/91	15/03/98	1 000 000 000 00	0 00	1 000 000 000 00	"	1 000 000 000 00
G.R.A./91 - 2.ª Emissão	ESC.	11/09/91	15/11/98	2 000 000 000 00	0 00	2 000 000 000 00	"	2 000 000 000 00
G.R.A./91 - 3.ª Emissão	ESC.	18/12/91	15/12/01	2 380 000 000 00	0 00	2 380 000 000 00	"	2 380 000 000 00
G.R.A./92	ESC.	26/03/92	30/03/05	3 000 000 000 00	0 00	3 000 000 000 00	"	3 000 000 000 00
G.R.A./93 - 1.ª Emissão	ESC.	24/09/93	24/09/05	2 400 000 000 00	0 00	2 400 000 000 00	"	2 400 000 000 00
G.R.A./93 - 2.ª Emissão	ESC.	10/12/93	10/02/04	4 000 000 000 00	0 00	4 000 000 000 00	"	4 000 000 000 00
G.R.A./93 - 3.ª Emissão	ESC.	22/12/93	22/02/04	10 000 000 000 00	0 00	10 000 000 000 00	"	10 000 000 000 00
G.R.A./94 - 1.ª Série	ESC.	31/12/94	15/04/06	7 000 000 000 00	0 00	7 000 000 000 00	"	7 000 000 000 00
G.R.A./94 - 2.ª Série	ESC.	19/09/94	19/09/06	4 900 000 000 00	0 00	4 900 000 000 00	"	4 900 000 000 00
G.R.A./94 - 2.ª Emissão	ESC.	23/12/94	28/12/06	3 443 000 000 00	0 00	3 443 000 000 00	"	3 443 000 000 00
G.R.A./95 - 1.ª Série	ESC.	13/10/95	13/10/05	10 000 000 000 00	0 00	10 000 000 000 00	"	10 000 000 000 00
TOTAL DÍVIDA INTERNA				55 537 075 759 00	625 000 000 00	54 912 075 759 00	"	54 912 075 759 00
2) DÍVIDA EXTERNA								
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	ESC.	05/08/88	25/07/03	750 000 000 00	150 000 000 00	600 000 000 00	1.0000	600 000 000 00
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	DEM	05/08/88	25/07/08	17 280 254 31	1 296 019 08	15 984 235 23	105.4420	1 685 409 731 12
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	FRF	05/08/88	25/07/08	58 269 973 83	4 370 248 04	53 899 725 79	30.3580	1 636 287 875 53
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	BEC	05/08/88	25/07/08	372 778 165 00	27 958 362 00	344 819 803 00	5.1273	1 767 994 575 92
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	XEU	11/08/89	25/07/09	1 961 836 51	73 764 05	1 888 071 46	193.5080	365 356 932 08
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	DEM	11/08/89	25/07/09	3 047 432 39	114 583 46	2 932 848 93	105.4420	309 245 456 88
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	BEC	11/08/89	25/07/09	63 783 486 00	2 398 259 00	61 385 227 00	5.1273	314 740 474 40
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	NLG	11/08/89	25/07/09	6 871 555 80	258 370 50	6 613 185 30	94.0610	622 042 822 50
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	CHF	11/08/89	25/07/09	3 497 762 46	131 515 87	3 366 246 59	130.4650	439 177 361 36
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	ESC	11/08/89	25/07/04	300 000 000 00	30 000 000 00	270 000 000 00	1.0000	270 000 000 00
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	ESC	12/12/89	10/12/05	600 000 000 00	0 00	600 000 000 00	1.0000	600 000 000 00
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	CHF	12/12/89	10/12/09	19 084 943 31	0 00	19 084 943 31	130.4650	2 489 917 128 94
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	NLG	12/12/89	10/12/09	6 544 334 66	0 00	6 544 334 66	94.0610	615 566 662 45
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	DEM	12/12/89	10/12/09	5 797 958 21	0 00	5 797 958 21	105.4420	611 348 309 58
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	XEU	12/12/89	10/12/09	2 862 049 23	0 00	2 862 049 23	193.5080	553 829 422 40
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	ESC	03/08/90	31/07/06	1 050 000 000 00	0 00	1 050 000 000 00	1.0000	1 050 000 000 00
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	XEU	03/08/90	31/07/10	5 788 167 39	0 00	5 788 167 39	193.5080	1 120 056 695 30
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	DEM	03/08/90	31/07/10	12 485 819 95	0 00	12 485 819 95	105.4420	1 316 529 827 17
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	NLG	03/08/90	31/07/10	11 497 673 89	0 00	11 497 673 89	94.0610	1 081 482 703 77
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	CHF	03/08/90	31/07/10	10 567 761 16	0 00	10 567 761 16	130.4650	1 378 722 959 74
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	JPY	03/08/90	31/07/10	1 286 702 733 00	0 00	1 286 702 733 00	1.4582	1 876 269 925 26
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	BEC	03/08/90	31/07/10	122 591 944 00	0 00	122 591 944 00	5.1273	628 565 674 47
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	ESC	13/06/91	10/06/11	390 000 000 00	0 00	390 000 000 00	1.0000	390 000 000 00
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	DEM	13/06/91	10/06/11	4 402 302 74	0 00	4 402 302 74	105.4420	464 187 605 61
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	CHF	13/06/91	10/06/11	13 873 931 56	0 00	13 873 931 56	130.4650	1 810 062 480 98
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	JPY	13/06/91	10/06/11	345 438 441 00	0 00	345 438 441 00	1.4582	503 718 334 67
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	DEM	10/11/92	10/11/12	24 767 801 86	0 00	24 767 801 86	105.4420	2 611 566 563 72
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	NLG	10/11/92	10/11/12	10 449 386 97	0 00	10 449 386 97	94.0610	982 879 787 79
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	CHF	10/11/92	10/11/12	16 779 547 26	0 00	16 779 547 26	130.4650	2 189 143 633 28
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	JPY	10/11/92	10/11/12	730 929 399 00	0 00	730 929 388 00	1.4582	1 065 841 233 58
B.E.I. TRANSP. AÇORES I	ESC	15/12/93	20/10/13	1 000 000 000 00	0 00	1 000 000 000 00	1.0000	1 000 000 000 00
C.E.F - TRANCHE 1 H.PD	XEU	21/12/94	22/12/04	5 504 300 00	0 00	5 404 300 00	193.5080	1 045 775 284 40
K.F.W.	DEM	04/12/84	30/06/03	8 000 000 00	3 724 000 00	4 276 000 00	105.4420	450 869 992 00
DÍVIDA EXTERNA								33 846 589 454 80
DÍVIDA TOTAL (1+2)								88 758 665 213 80

Ao montante de dívida falta adicionar os 12 280 000 000\$00 da C.G.d. e os 6 747 000 000\$00 correspondentes à 2.ª Série do G.R.A./95
A 31/12/95 a Dívida Directa da RAA atingira um valor na ordem dos 107. 541 765 contos

**RESPONSABILIDADES DE AVALES
DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE	RESOLUÇÃO
5/83	BNU	TERCON	30 000 000 00	12 696 000 00	67/83, J O n.º 16 - 10/5/83
4/84	BEI	EDA	2 580 540 000 00	2 042 419 344 00	7/84/A-JO n.º180 - 04/08/84
8/87	BEI	EDA	1 037 000 000 00	1 120 267 528 00	457/87-JO n.º 29 - 12/87
1/88	KFW	EDA	1 649 480 000 00	1 786 474 800 00	3/88-JO n.º 1 - 12/01/88
1/89	BEI	SATA	3 350 000 000 00	2 785 447 000 00	73/89-JO n.º 27 - 04/07/89
2/89	KEW	EDA	885 220 000 00	996 184 350 00	7/A/89-JO n.º 7 - 14/02/89
3/91	VÁRIOS	EDA	1 000 000 000 00	750 000 000 00	155/91-JO n.º 32 - 06/08/91
2/92	KFW	EDA	823 024 000 00	822 944 000 00	182/92-JO n.º 37-I- 10/09/92
1/93	BCA	SOGEO	835 312 000 00	835 312 000 00	102/93-JO n.º 39 - 20/09/93
2/93	VÁRIOS	IAMA	1 500 000 000 00	1 500 000 000 00	141/93-JO n.º 49-I- 09/12/93
3/93	BEI	EDA	2 100 000 000 00	1 000 210 420 00	69/93-JO n.º 28-I- 15/07/93
4/93	BEI	EDA	3 600 000 000 00	500 105 210 00	70/93-JO n.º 28-I- 15/07/93
1/94	ABN/AMRO	SATA	2 000 000 000 00	2 000 000 000 00	81/94-JO n.º 21-I- 26/05/94
2/95	CISF	SATA	1 000 000 000 00	1 000 000 000 00	52/95-JO n.º 16-I- 20/04/95
3/95	CISF/BCA	SATA	1 000 000 000 00	1 000 000 000 00	129/95-JO n.º 30-I- 27/07/95
4/95	DBI	SOGEO	2 215 200 000 00	2 215 200 000 00	128/95-JO n.º 30-I- 27/07/95
TOTAL			25 605 776 000 00	20 367 260 652 00	

Obs. Sujeito a alterações

**QUADRO SÍNTESE DA DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL
AO SECTOR BANCÁRIO
A
31 DE OUTUBRO DE 1995**

ENTIDADES	CURTO PRAZO	MEDIO E LONGO PRAZO	TOTAL
DÍVIDA DIRECTA - RAA	0 00	88 758 665 213 80	88 758 665 213 80
FUNDOS E SERV. AUTÓNOMOS	566 630 951 00	3 000 000 000 00	3 566 630 951 00
TOTAL 1	566 630 951 00	91 758 665 213 00	92 325 296 164 00
EMPRESAS PÚBLICAS	9 659 901 000 00	36 979 451 715 00	46 639 252 715 00
EMP. DE CAP. MAIORITÁRIAMENTE PÚBLICOS	4 230 100 000 00	0 00	4 230 100 000 00
TOTAL 2	13 889 901 000 00	36 979 451 715 00	50 869 352 715 00
TOTAL = (1+2)	14 456 531 951 00	128 738 116 928 00	143 194 648 879 80
CONTA GRATUITA B. PORTUGAL			8 615 217 697 00
DÍVIDA AVALIZADA PELA RAA*			20 367 260 652 00

85% da Dívida avalizada corresponde a financiamentos às empresas e organismos públicos.

**QUADRO SÍNTESE DA DÍVIDA DOS
FUNDOS E SERVIÇOS COM AUTONOMIA FINANCEIRA AO SECTOPR BANCÁRIO
A
31 DE OUTUBRO DE 1995**

FUNDOS E SERVIÇOS	CURTO PRAZO	MÉDIO E LONGO PRAZO	TOTAL
IACAPS	86 630 951 00	0 00	86 630 951 00
F.R. TRANSPORTES	0 00	1 500 000 000 00	1 500 000 000 00
DIR. REG. SAÚDE	380 000 000 00	0 00	380 000 000 00
IAMA	100 000 000 00	1 500 000 000 00	1 600 000 000 00
TOTAL GERAL (1+2)	566 630 951 00	3 000 000 000 00	3 566 630 951 00

**QUADRO SÍNTESE DA DÍVIDA DAS
EMPRESAS PÚBLICAS AO SECTOR BANCÁRIO
A
31 DE OUTUBRO DE 1995**

EMPRESAS	CURTO PRAZO	MÉDIO & L. PRAZO	TOTAL
EDA, EP	6 965 000 000 00	31 887 115 715 00	38 872 115 713 00
STATA, EP	2 674 801 000 00	5 002 936 000 00	7 677 737 000 00
LOTAÇOR, EP	0 00	89 400 000 00	89 400 000 00
TOTAL 1	9 659 801 000 00	36 979 451 715 00	46 639 252 715 00
SOGEO, SA	4 230 100 000 00	0 00	4 230 100 000 00
TOTAL 2	4 230 100 000 00	0 00	4 230 100 000 00
TOTAL GERAL (1+2)	13 889 901 000 00	36 979 451 715 00	50 869 352 715 00

PREVISÃO PARA

31 DE DEZEMBRO DE 1995

DÍVIDA DIRECTA - RAA	(Contos)
INTERNA	73 939 076
EXTERNA *	33 602 689
TOTAL	107 541 765
DÍVIDA GARANTIDA **	22 967 261
SALDO DA CONTA GRATUITA DO BANCO DE PORTUGAL	

* A PREVISÃO DA DÍVIDA PARA 31/12/95 FOI EFECTUADA COM BASE NO CÂMBIO DE FIM DE PERÍODO DO MÊS DE OUTUBRO, CÂMBIOS FORNECIDOS PELO BANCO DE PORTUGAL

** ESTE VALOR JÁ TEM EM CONSIDERAÇÃO OS AVALES A ATRIBUIR ATÉ AO FINAL DO ANO. AS AMORTIZAÇÕES A EFECTUAR E OS AUMENTOS DAS RESPONSABILIDADES INERENTES

**QUADRO SÍNTESE DA DÍVIDA DOS
FUNDOS E SERVIÇOS COM AUTONOMIA FINANCEIRA AO SECTOR BANCÁRIO
A
31 DE DEZEMBRO DE 1995**

FUNDOS E SERVIÇOS	CURTO PRAZO	MÉDIO & L. PRAZO	TOTAL
IACAPS	81 315 352 33	0 00	81 315 352 33
F.R.TRANSPORTES	0 00	1 500 000 000 00	1 500 000 000 00
DIR.REG.SAÚDE *	344 736 000 00	0 00	344 736 000 00
IAMA	0 00	1 500 000 000 00	1 500 000 000 00
TOTAL GERAL (1+2)	426 051 352 33	3 000 000 000 00	3 426 051 352 33

* DE ACORDO COM A INFORMAÇÃO DO SERVIÇO O VALOR AINDA É PROVISÓRIO

**QUADRO SÍNTESE DA DÍVIDA DAS
EMPRESAS PÚBLICAS AO SECTOR BANCÁRIO
A
31 DE DEZEMBRO DE 1995**

EMPRESAS	CURTO PRAZO	MÉDIO & L. PRAZO	TOTAL
EDA, EP	2 050 000 000 00	36 612 719 302 00	38 662 719 302 00
SATA. EP	298 000 000 00	8 091 256 000 00	8 389 256 000 00
LOTAÇOR, EP	0 00	179 575 529 00	179 575 529 00
TOTAL 1	2 348 000 000 00	44 883 550 831 00	47 231 550 831 00
SOGEO, SA	2 215 200 000 00	1 241 934 173 00	3 457 134 173 00
TOTAL 2	2 215 200 000 00	1 241 934 173 00	3 457 134 173 00
TOTAL GERAL (1+2)	4 563 200 000 00	46 125 485 004 00	50 688 685 004 00

PREVISÃO DOS ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

(EM CONTOS)

ANOS	CAPITAL INICIAL	ENCARGOS COM A DÍVIDA			CAPITAL EM DÍVIDA A 31/12
		JUROS	AMORTIZAÇÕES	TOTAL ENCARGOS	
1996 *	107 541 765	11 200 000	2 200 000	13 400 000	118 341 765
1997	118 341 765	9 761 641	3 125 464	12 887 105	115 216 301
1998	115 216 301	8 290 818	2 848 170	11 138 988	112 368 131
1999	112 368 131	8 061 692	2 754 731	10 816 423	109 613 400
2000	109 613 400	7 711 845	7 065 853	14 777 698	103 547 547
2001	102 547 547	8 208 396	7 187 367	15 395 763	95 360 180
2002	95 360 180	7 638 508	13 174 344	20 812 852	82 185 836
2003	82 185 836	6 477 063	17 017 637	23 494 700	65 168 199
2004	65 168 199	4 544 992	17 041 238	21 587 230	48 125 961
2005	48 125 961	3 656 028	17 764 180	21 420 208	30 361 781
2006	30 361 781	2 029 030	10 773 128	12 802 158	19 588 653

* Para 1996 prevê-se contrair um empréstimo de 13.000 cts.

- A previsão dos encargos dos empréstimos internos teve por base os indexantes e o "spread" associado a cada um dos respectivos empréstimos
- O valor utilizado por cada indexante (lisbor, TBA TD3) foi publicado pelo Boletim da Bolsa da Valores de Lisboa.
- Na previsão dos empréstimos externos utilizou-se as taxas de câmbio de fim de período relativas ao mês de Outubro do corrente ano, fornecidas pelo Banco de Portugal.

Cópia de um ofício da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, dirigido ao Sr. Deputado Rui Luís, Relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano:

Exmo. Senhor,

Em aditamento do nosso ofício nº 4457 de 13 de Dezembro, enviado para essa Assembleia Regional através do Secretário Regional da Presidência do Governo, cumpre-nos informar o seguinte:

A dívida administrativa corresponde às folhas pendentes de pagamentos nas delegações da contabilidade Pública Regional e têm a natureza dum débito circulante muito variável em função dos pagamentos e das folhas recepcionadas naquelas delegações.

A dívida administrativa reportada a 31 de Outubro era de 6.028.476 contos, sendo 3.390.010 de dívidas a fornecedores e o restante de outros pagamentos relacionados com despesas com pessoal e transferências a fornecedores.

Em 31 de Dezembro a mesma dívida era de 4.597.197 contos sendo 3.257.877 de dívidas a fornecedores.

Esta dívida não deve ser considerada no somatório do endividamento da Região porque em termos médios corresponde aos fundos circulantes da conta do Tesouro Regional.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, Raúl Raposo Brandão."

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular quer congratular-se com o anexo presente, organizado pela comissão competente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no resultado da resolução aqui aprovada, por nós sugerida e apresentada nesta Assembleia.

Parece-nos que com a documentação trazida a esta Casa pela Comissão competente, e que obviamente resultou da colaboração imediata e empenhada da Secretaria Regional das Finanças, como prevíamos na altura, era susceptível de poder ser aqui apresentada como hoje está sendo.

Parece-nos que isso corresponde a um ponto final naquilo que constituiu algum tabu para a Administração Regional e para esta Câmara, inclusivamente, perante o comportamento do Governo anterior nessa matéria.

Os dados apresentados na altura verbalmente pela Sr.^a Secretária Regional, aquando da apresentação do programa do Governo, segundo creio, completados agora com os quadros que estão à disposição dos Srs. Deputados, permitem ajuizar, objectivamente, o estado a que a Região chegou e, por conseguinte, as responsabilidades que daí advêm para o futuro.

Permitam-me apenas salientar, numa breve leitura ao documento ontem aqui apresentado que, no primeiro quadro, no que se refere à dívida consolidada da Região - como podemos ver na informação relativa a 31 de Outubro para 21 de Dezembro, alguns de nós já sabíamos, mas é importante que toda a Câmara tome consciência - passa de 121 milhões de contos para 134 milhões de contos. Portanto, não era indiferente quando se pede informação a 31 de Outubro e a 31 de Dezembro.

Também é fundamental termos presente o aumento da dívida pública directa que passa de 88,7 milhões de contos em 31 de Outubro, para 107,5 milhões de contos em 21 de Dezembro, ou seja, um acréscimo de 18,8 milhões de contos.

A dívida garantida também aumenta mais 10% entre 31 de Outubro e 21 de Dezembro.

Não está aqui em causa responsabilizar a gestão durante esse período, mas sim ter a consciência que só "depois da vindima é que se lavam os cestos" e a vindima vai até 31 de Dezembro.

Permitam-me ressaltar que para além dos 134 milhões da dívida pública consolidada, o facto das empresas públicas apresentarem uma situação de dívida de médio e longo prazo - cerca de 45 milhões de contos que na altura tinha sido dito e está aqui no mapa para todos apreciarem - aponta para um valor global de 50 milhões de contos. Se todos se lembram, este é o valor que todos debatíamos relativamente a essa matéria.

Por conseguinte, não de desculpar esta pertinência, mas para quem andou estes anos todos a fazer previsões em cima de um bloco, "nas costas de lixa" como se costuma dizer, esses valores atingiram grossomodo aquilo que fomos dizendo nesta Câmara ao longo de 91 e 92, dá-nos alguma satisfação pessoal, embora como autonomistas e como responsáveis por esta Região no nosso papel de Deputados, é com preocupação que assistimos a esses valores.

O mapa que tínhamos sugerido e que diz respeito à previsão de encargos da Dívida Pública Regional para os próximos 10 anos, julgo que deve merecer da parte de todos uma ponderada reflexão.

Como é óbvio, a Região não poderia manter no futuro esse nível de amortização que tem caracterizado a situação no passado e no presente.

É óbvio que quem deve mais de 100 milhões de contos não pode amortizar à média de 2 milhões de contos por ano.

Segundo as previsões aqui apresentadas, verifica-se que, dentro de 4 anos, os encargos com a dívida na parte respeitante às amortizações, saltam para valores na ordem dos 7 milhões de contos e mais tarde para valores significativos, ou seja, a partir de 6 ou 7 anos para a ordem dos 13 e 17 milhões de contos por ano.

Com isto quero dizer que, naturalmente, a situação futura vai trazer-nos alterações significativas ao nível da situação financeira da Região, nomeadamente o que resultar dos grupos de trabalho que estão agora em funcionamento, mas é indispensável reescalunar o serviço da Dívida Regional e isto é uma realidade que ninguém põe em causa, porque a situação torna-se insustentável, tanto mais que esta previsão está feita apenas na base do capital em dívida actualmente. Ela própria fica desactualizada com a aprovação deste orçamento que faz acrescentar ao capital em dívida pelo menos 13 milhões de contos.

Este exercício é um exercício académico, tem a utilidade que tem para a análise política, para a análise financeira, mas este quadro é um quadro que não é real, porque este ano vamos endividar em mais de 13 milhões...

Srs. Deputados peço desculpa, mas estou impedido de continuar devido a um forte ataque de tosse, mas agradeço a atenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostava de aproveitar esta oportunidade para prestar alguns esclarecimentos, obviamente gostava que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro nos pudesse ouvir.

Em primeiro lugar, gostaria de realçar a colaboração que tivemos da Secretaria das Finanças e a forma aberta e rápida com que a mesma nos enviou prontamente os dados.

Julgo que é necessário realçarmos este facto desde logo.

Em segundo lugar, gostaria de fazer alguns comentários às questões levantadas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

A primeira análise que fez sobre o aumento da dívida de 31 de Outubro para 21 de Dezembro, logicamente que está justificada com a alteração que nós fizemos em

Novembro do montante da dívida para a Caixa Geral de Depósitos. Aqueles 12 milhões que aprovámos no plenário de Novembro justificarão em parte esse grande aumento de Outubro para Dezembro.

Em relação ao quadro dos encargos da dívida para os próximos 10 anos, aí já está incluído o facto de, neste momento, se contrair um empréstimo de 12 milhões de contos.

Se repararmos na primeira linha que faz referência ao ano de 1996, temos um capital inicial de 107 milhões, temos os juros a amortizações e acabamos com um capital em dívida em 31 de Dezembro com 118 milhões, o que indica que já está aqui incluído o valor dos 13 milhões milhões de contos a contrair durante o ano de 96.

Para finalizar e falando agora em nome da Comissão, uma vez que a mesma me encarregou para isso, queria dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que a Comissão a partir do momento em que teve conhecimento no último plenário da obrigatoriedade de cumprir a resolução, sempre foi sua intenção fazê-lo o mais rapidamente possível.

Queria deixar o nosso desagrado a todos os elementos da Comissão e também pelo facto de a 29 de Dezembro de 1995, ter aparecido uma notícia no jornal, em que dizia que o Sr. Deputado iria censurar os seus colegas da Assembleia, se eles não fizessem esse trabalho até este plenário.

Apenas para deixar esta nota, porque pensamos que como colegas não merecíamos da sua parte esta referência.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Deputado por ter lembrado os 13 milhões de contos que estão aqui incluídos para este ano, porque eles vêm num asterisco e na minha primeira leitura não me tinha apercebido dessa nota. Agradeço a sua chamada de atenção.

Quanto à observação que o Sr. Deputado faz do crescimento de Outubro para Dezembro, é óbvio. Todos nós sabemos que foi assim, mas o que é preciso registrar é que em Dezembro é que se vê os montantes. Foi isso que referi.

Quanto à parte final que o Sr. Deputado referiu e ainda bem que o referiu, porque tem toda a legitimidade para o fazer, permita-me dar um esclarecimento.

A situação que aludiu de uma notícia, segundo creio, da Lusa, esta notícia não corresponde à verdade e quero dizer isto formalmente perante esta Câmara, mas vou explicar porquê, com autorização do Sr. Presidente. Inclusivamente, há um jornalista da RDP - não sei o nome dele, mas se ele me ouvir confirma - que quando me telefonou a falar sobre essa matéria, eu disse que as coisas não eram assim e ele respondeu-me "ainda bem que o Sr. disse, porque eu não vou pôr isso no ar dessa maneira", mas vou explicar o que aconteceu.

Um ilustre jornalista telefonou-me para falar sobre essa matéria e eu dei-lhe as informações que entendi que devia dar.

Em seguida perguntou-me:

" - O que é que os Srs. vão fazer se esse assunto não for apresentado no próximo plenário da Assembleia?"

Eu respondi:

" - Veremos! Não sei se ela vai estar presente ou não".

Ele continuou a insistir e perguntou-me:

" - Então se porventura derem uma justificação, como é que actua?"

" - Se eu aceitar a justificação muito bem, se não a aceitar tomarei uma posição adequada!" - respondi

" - Então quer dizer que se não apresentarem o trabalho na próxima reunião e se não justificarem cabalmente, irá censurar?" - voltou a perguntar.

"- Num caso desses admito censurar se não houver uma justificação como deve ser!".

Foi isto que eu disse pelo telefone a um ilustre profissional.

Eu desconheço como é que a notícia saíu nos diferentes órgãos de comunicação, qual o título que lhe deram e como é que jogaram com essas palavras.

Sei que a minha postura foi esta e tive a oportunidade de o dizer a um jornalista da RDP que julgo que fez um tratamento de acordo com o que referi.

Por conseguinte, compreendo que o Sr. Deputado tenha ficado indignado se porventura o meu comportamento tivesse sido outro.

À partida, eu não iria censurar o trabalho dos meus ilustres colegas que estão na Comissão sem saber primeiro se o iam fazer, ou se por acaso não apresentassem o trabalho se iam ou não dar uma justificação plausível.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a oportunidade de dar esta explicação.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas quero agradecer os esclarecimentos prestados pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e dizer em nome da Comissão que eles pecam por serem tardios.

Se as notícias saíram acho que na altura merecíamos ser esclarecidos.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à " Proposta de Plano e Orçamento para 1996".

Conforme ficou combinado na nossa conferência, a discussão será feita por tempos globais ficando atribuído os seguintes tempos:

PSD e Governo - 4 horas

PS - 3.45 horas

PP - 30 minutos

PCP - 30 minutos

Dep. Ind. - 15 minutos

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar e antes de iniciar a apresentação do Orçamento e Plano para o ano em curso, e sendo esta a primeira vez que nos reunimos em plenário em 1996, desejo a todos um bom Ano e faço votos para que o trabalho aqui realizado seja muito proficuo e orientado na defesa dos Açores e dos Açorianos.

Só assim conseguiremos o desenvolvimento e o progresso que, em consciência, todos desejamos para a nossa terra.

Surgirão com certeza, visões e opiniões divergentes dentro desta sala sobre matérias importantes, suportadas porventura por ideologias também diferentes, mas espero, convictamente, que sempre que estiverem em causa interesses de importância vital para a Autonomia e para os Açores, saibamos unir esforços na defesa desses interesses.

As questões de natureza financeira estão em minha opinião, entre as que se revestem de fundamental importância para a consolidação do nosso regime autonómico, por isso, temos de saber defender as nossas posições, as que mais interessam à Região e as que melhor dignificam a livre Administração dos Açores pelos Açorianos.

Tudo farei, na parte que me cabe, para que isso aconteça, pugnando para que o debate sobre estas questões, tenha a elevação que se impõe, a transparência que se deseja e a dignidade que esta Câmara merece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Proposta de Plano e Orçamento para o ano de 1996, apresentada pelo Governo a esta Assembleia Legislativa Regional, enquadra-se no Plano a Médio Prazo aprovado em 1992, e consubstancia os objectivos propostos no Programa do Governo, aprovado no passado Mês de Novembro por esta Assembleia.

É uma proposta realista, que tendo em conta uma conjuntura marcada pelo abrandamento da economia a partir do 2º semestre do ano transacto, precedida embora de um período de expansão (em 1994 e início de 1995), visa em última análise a não desaceleração do consumo interno, o incremento do nível da actividade produtiva e o desenvolvimento económico e social da nossa Região.

Com efeito, em 1994, registou-se a nível internacional, um crescimento positivo das principais economias industrializadas, incluindo a União Europeia.

Porém, em 1995, especialmente a partir do 3º trimestre, verificou-se na Europa uma certa desaceleração económica confirmada pelos Índices de Produção Industrial (IPI). O mercado de trabalho continuou a ser caracterizado pela manutenção de elevadas taxas de desemprego, que segundo os dados da OCDE corrigidos de efeitos sazonais,

atingiu 10,8% em Setembro e a inflação, medida pelo Índice de preços ao consumidor, foi de 3,1% no conjunto da União Europeia.

As estimativas da Comissão Europeia, divulgadas em Novembro, apontam para um crescimento, do Produto de 2,75% em 1995 para o conjunto da União Europeia, contra os 3,1% inicialmente previstos e para 1996 as expectativas de crescimento económico foram também revistas em baixa, prevendo 2,6% em vez dos 2,9% previstos em Maio.

No que se refere ao nosso País e de acordo com a conjuntura mensal de Novembro/95 do Banco de Portugal, a economia portuguesa terá também desacelerado no terceiro trimestre de 1995.

O Índice de Produção Industrial (IPI) de bens de consumo registou entre Janeiro e Setembro um crescimento menor, do que entre Janeiro e Agosto, e os resultados do inquérito de conjuntura, ao comércio a retalho, registaram uma quebra no mês de Novembro.

Neste mês, a inflação média situava-se em 4,2% e a taxa de desemprego em 6,9%, contra 5,4% e 6,8%, respectivamente, em Novembro do ano anterior.

Quanto a 1996, o último cenário do quadro macroeconómico considerado pelo Ministério das Finanças na elaboração do Orçamento do Estado, perspectiva um crescimento do Produto Interno Bruto de 2,75% a uma taxa de inflação de 3,25% .

A nível Regional, registou-se em 1995 uma ténue recuperação do nível da actividade económica, tomando como referência alguns indicadores considerados mais significativos na análise da conjuntura. Verificou-se entre Janeiro e Setembro, (relativamente a igual período do ano anterior) o crescimento das dormidas na hotelaria e dos passageiros movimentados nos Aeroportos, crescimentos na avicultura e na suinicultura, maior consumo de energia eléctrica, aumento do tráfego postal, crescimento das mercadorias carregadas nos Portos dos Açores e aumento do rendimento de pesca, apesar de uma redução do volume de pescado descarregado.

Em contrapartida, registou-se um ligeiro decréscimo das mercadorias descarregadas nos Portos e uma redução no volume de vendas de cimento na Região, indiciando uma certa estagnação no sector de construção civil e obras públicas, com reflexo directo no nível de emprego.

A taxa média de inflação em Novembro era, de 5,2% e a taxa de desemprego de 8,4%, tendo-se registado em igual período de 1994, 6,8% e 6,5%, respectivamente.

Em face do exposto e reconhecendo a importância que o investimento público tem na nossa economia, situação que não se altera no curto prazo, especialmente numa economia pequena, débil e inserida em mercados abertos e competitivos, a presente proposta de Plano e Orçamento procura garantir a estabilidade do nível da actividade económica, assumindo como grandes objectivos de desenvolvimento o fortalecimento da economia, a valorização dos recursos humanos e a melhoria das condições de vida. Pretende-se promover o crescimento da produção e do emprego através do estímulo ao investimento privado, esperando-se uma resposta efectiva do tecido empresarial regional, potenciado pelos efeitos derivados da execução do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Dá-se particular atenção às actividades tradicionais da nossa economia, com especial destaque para a agricultura, pecuária e pescas e às indústrias transformadoras a elas associadas, como forma de consolidar a base económica regional e o seu contributo para o produto regional, para o emprego e para a fixação das populações nos espaços rurais.

Procura-se uma cooperação estreita com as Autarquias Locais em áreas como a habitação, o ensino e a cobertura sanitária, dando expressão ao princípio da subsidiariedade, dinamizando as pequenas economias locais e permitindo uma maior retenção do valor acrescentado gerado na Região.

No ano em que se prevê a revisão do Tratado de Maastricht, em sede de Conferência Intergovernamental, impõe-se a afirmação dos Açores como Região Ultraperiférica, no quadro do relacionamento das regiões entre si e com as estruturas políticas e administrativas da União Europeia.

São preocupações dominantes a eficácia e o rigor na afectação dos recursos públicos, a participação dos agentes privados no processo de desenvolvimento e a optimização do aproveitamento dos fundos comunitários.

É nesta perspectiva que se apresenta um Orçamento de funcionamento que, expurgado dos encargos com o serviço da dívida e da dotação provisional, não

apresenta crescimento nominal e uma proposta de Plano de 33,4 milhões de contos, superior a 1995 em 2,7%.

Nas despesas correntes, destacam-se os encargos com pessoal e as transferências para a Saúde e para a Educação que no seu conjunto representam cerca de 78,1% do respectivo total.

Em termos de distribuição orgânica, verifica-se que são as Secretarias Regionais da Educação e Cultura, com 22,6 milhões de contos e da Saúde e Segurança Social com 21,3 milhões, de contos as que dispõem de maiores dotações Orçamentais.

Em conjunto, estes dois Departamentos Regionais dispõem de 62,5% do Orçamento corrente e representam 67% das despesas com pessoal e 97,5% das transferências correntes.

Nas despesas de capital, a verba mais significativa é a dos passivos financeiros, destinada a amortizar o stock da dívida que se vence em 1996, no valor de 2,2 milhões de contos.

No que se refere à distribuição das Despesas do Plano, a Dinamização da Actividade Económica e o Ambiente e Qualidade de Vida, são os eixos de desenvolvimento que apresentam maiores crescimentos com 5,9% e 12,3%, respectivamente.

Em termos estruturais, merece especial atenção a Dinamização da Actividade Económica, que representa 37,7% do total do investimento previsto, actuando através do apoio aos sectores produtivos e às pequenas e médias empresas, na sua qualidade de geradoras de emprego e de promotoras do crescimento económico e da estabilidade social.

Os transportes e energia, pela primeira vez, registam um decréscimo de 5,8 %, assim como o Apoio Global que se apresenta com menos 9,2%, traduzindo uma importante alteração de política, orientada no sentido de privilegiar o investimento reprodutivo em detrimento do investimento em infraestruturas.

O eixo desenvolvimento dos Recursos Humanos, regista um crescimento de 1,2 %, mantendo-se assim a preocupação que tem vindo a merecer o Ensino, a Saúde, o Emprego e a Juventude.

De entre os sectores económicos, a Agricultura e os Transportes Terrestres são os que apresentam maior dotação com 4,3 milhões de contos cada, seguindo-se o apoio aos

sectores empresariais com 3,0 milhões de contos e o turismo com 2,8 milhões de contos.

Quanto aos sectores sociais merece especial destaque a Saúde com 4,1 milhões de contos, a Habitação com 2,4 milhões de contos e as construções escolares com 2,3 milhões de contos.

Para financiamento desta proposta de Orçamento, o Governo Regional conta com as suas receitas próprias provenientes da cobrança de impostos directos e indirectos, estimados em 56,8 milhões de contos, com fundos comunitários que variando na razão directa das despesas de investimento, se calculam em 14,2 milhões de contos e ainda com as transferências do Orçamento do Estado e com o recurso a endividamento público, que no seu conjunto totalizam 33,5 milhões de contos.

A proposta apresentada ao Governo da República, de forma fundamentada e consistentemente defendida, aponta para transferências no valor de 20,5 milhões de contos e 13 milhões de contos de empréstimos bancários.

O valor da transferência do Orçamento do Estado em referência, assenta num crescimento de 5% sobre as transferências efectuadas em 1995, acrescido de 5 milhões de contos, equivalentes a 50% dos juros da dívida pública e fundamenta-se no princípio da equidade do tratamento das duas Regiões Autónomas.

Com efeito, não é aceitável que para além dos efeitos decorrentes da dispersão geográfica interna da multiplicação de investimentos e de despesas de funcionamento que isso acarreta, a Região Autónoma dos Açores tenha vindo a ser objecto de um tratamento menos favorável em termos de ajudas do Orçamento de Estado.

Por isso, entendemos que, sem prejuízo da fixação de regras claras, a definir para o futuro através da elaboração de uma lei de finanças regionais, 1996 deve traduzir já uma nova postura do Governo da República para com a Região Autónoma dos Açores que seja o advento de um relacionamento financeiro correcto, estável e justo.

As negociações levadas a efeito junto do Governo da República, através do Ministério das Finanças e que culminaram na proposta de Orçamento do Estado, ontem apresentada aos partidos políticos, animam-nos a prosseguir, porque temos a certeza de que estamos no caminho certo, que é afinal o de com a força da razão e da

coerência, prosseguir na defesa intransigente dos interesses dos Açores acima de quaisquer outros.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"O mal-estar de hoje é a consequência necessária de uma multidão de erros administrativos, de uma série infinita de heresias políticas. A caquexia financeira corresponde à desgracia do sangue nacional, e a impotência dos governantes é atributo da decadência dos costumes.

Não era preciso ser Galeno para saber que a ferida havia de gangrenar, nem ser Argus para ver que o desbragamento e as dissipações de tantos anos haviam de ter como corolário inevitável a ruína do país.

Os homens de estado pareciam atacados de mania impulsiva, despejava-se o erário como quem atira com ossos a mastins esfaimados.

A empregomania generalizou-se a par da cleptomania.

Lavrar a terra, ter um ofício, ser profissional, vender ao balcão, trabalhar, viver enfim sem estar pendurado às tetas da vaca da fazenda, chegou a ser uma humilhação, uma vergonha."

O vigor da pena e da verve de MontÁlverne de Sequeira trazido a esta Assembleia nesta discussão de Orçamento e Plano, tem o objectivo didáctico de abalar consciências e de lembrar que foi contra estas políticas, contra este desregramento que os paladinos da Autonomia levantaram a sua voz e se ergueram pedindo o auto-governo, a Autonomia!

Nas palavras de Faria e Maia, os Açorianos queriam a " Autonomia para dirigir os destinos da nossa vida local, atenuando entre nós, tanto quanto possível , a influência nociva, a repercussão de erros que de longe vêm."

Hoje como ontem, dizemos que nesses erros não tivemos colaboração alguma, não tivemos e não queremos ter solidariedade.

Não tivemos colaboração no amontoar da dívida directa que já ultrapassa os 107 milhões de contos, da dívida garantida que se aproxima dos 23 milhões de contos, da dívida das Empresas Públicas que ultrapassa os 50 milhões de contos.

Não tivemos colaboração no crescimento do défice corrente que cresceu de 6 milhões de contos em 1992 para 12.8 milhões nesta proposta de orçamento para 1996.

Não tivemos colaboração no amontoar duma dívida consolidada que hoje ultrapassa os 78% do PIB regional conforme os números corrigidos pela Secretaria das Finanças.

Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados:

Não somos solidários com as políticas que o PSD apoiou nesta legislatura que aumentaram o desemprego e nos fazem ter uma taxa de inflação superior à média do país.

Não somos solidários com as políticas do PSD que levaram ao desperdício de apoios comunitários em empresas falidas.

Não somos solidários com as políticas do PSD que têm adiado o investimento nos Matadouros Industriais de S. Miguel e da Terceira e nos fazem perder mercados externos.

Não somos solidários com as políticas do PSD que prometiam estabilidade e crescimento económico nesta legislatura e nos deram instabilidade, falências e desemprego.

Contrariamente ao que afirmavam no seu programa eleitoral de 1992, as políticas do PSD para o desenvolvimento e a modernização têm sido um enorme insucesso!

Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados:

O Plano para 1996 é de facto o último período de execução do Plano de Médio Prazo e pretende seguir os objectivos de política económica explícitos nesse documento nomeadamente:

- a) Fortalecer a economia;
- b) Valorizar os recursos humanos;
- c) Melhorar as condições de vida.

A apreciação desta proposta de Plano anual deveria ser o momento privilegiado para analisar a eficácia das decisões tomadas e dos investimentos realizados, no prosseguimento dessas metas, com o apoio incondicional do PSD e do seu Grupo Parlamentar.

Este é por exemplo o entendimento da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores que no seu parecer afirma " a apreciação deste documento não permite uma análise bem fundamentada e tecnicamente correcta sem a consulta e respectiva análise dos relatórios de execução dos Planos anteriores"

Igualmente a UGT no seu parecer afirma " que se ganharia em inteligibilidade e transparência, se na elaboração destes planos, ao menos se desse o enquadramento temporal da evolução da concretização passada dos investimentos previstos para o quadriénio".

Assim o entende o Partido Socialista que em sede de Comissão de Economia e Finanças propôs que se anexasse ao relatório de Contas da Região os relatórios de execução dos planos anuais, bem como os relatórios de aplicação de fundos comunitários.

Assim o entendeu o Partido Socialista ao votar contra os ridículos pareceres elaborados e aprovados pela maioria na Comissão de Economia e Finanças que mais não são do que cópias apressadas e toscas repetições dos textos apresentados pelo Governo. Esses pareceres não dignificam esta Assembleia nem as suas Comissões Permanentes que deveriam produzir avaliações técnica e politicamente fundamentadas que habilitassem o plenário a discutir o Plano e Orçamento.

Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados:

Dos relatórios de execução dos planos para 1993 e 1994 é evidente, em primeiro lugar, o decréscimo da taxa de execução financeira que de 86% baixa para 81% e a evolução do investimento público baixa de 15.5% para 14.8% do PIB.

As taxas de execução financeira escondem, todavia, que a maior parte da despesa realizada não traduz execução física de projectos, mas sim o pagamento de dívidas em atraso, como o reconheceram vários membros do Governo quando foram ouvidos pela Comissão de Economia e Finanças.

Este facto foi evidente na redução de actividade de obras públicas ao longo de 1993 e 1994 como o prova a redução do consumo de cimento em mais 10% e o aumento do desemprego de 3.6% em 1992 para 5% em 1993, mais de 7% em 1994 e cerca de 8.4% no terceiro trimestre de 1995.

O que nem os relatórios da Comissão de Economia e Finanças nem os relatórios de execução do Plano dizem é que o efeito despesa do investimento na Região tem um efeito multiplicador no rendimento inferior ao verificado no continente.

O que o PSD ainda não compreendeu é que o aumento da despesa tem um efeito sobre o produto regional muito reduzido, porque foi dirigido sobretudo para obras públicas realizadas por empresas continentais que tudo importam, da maquinaria à mão de obra passando pelo ferro.

Como diz Sousa Franco no seu livro de Finanças Públicas e Direito Financeiro "Tudo isto resulta de se pretender aplicar o raciocínio Keynesiano indiscriminadamente, por vezes em curiosa combinação com o esquema oitocentista de fomento pelas políticas de obras públicas sem ter em conta que as despesas a realizar devem ser em sectores que, directa ou indirectamente, possam formar capitais".

O que o PSD ainda não percebeu nem quer perceber é que não basta aumentar a despesa pública para se obter crescimento, a experiência de dez anos tem revelado exactamente o contrário. Como é reconhecido no estudo da Ernst & Young encomendado pela Secretaria das Finanças o Produto Interno Bruto per capita dos Açores baixou de 68% do PIB per capita português em 1980, para 55% em 1994 e continua a crescer.

A economia açoriana está a afastar-se cada vez mais da economia continental e só nos três primeiros anos deste Plano a Médio Prazo estimamos que tenha perdido mais 2.6 pontos percentuais. Ou seja, de acordo com os valores fornecidos pela Secretaria das Finanças e Plano, em 1994 o rendimento per capita de um continental era de cerca de 1500 contos, enquanto nos Açores esse valor rondava os 824 contos.

Contra estes factos, o PSD continua a adoptar a posição da avestruz, apregoando taxas de execução financeira como demonstração de sucesso na execução da sua política económica.

Para o PSD os meios tornaram-se em objectivos, a utilização dos fundos comunitários passou a ser um objectivo em si, medido pelas taxas de execução financeira, e não um meio para atingir a convergência de rendimentos entre a RAA e a Europa.

O êxito para o PSD mede-se pelo volume da despesa, não pelo crescimento do produto regional e do rendimento dos Açorianos.

Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados:

Estes critérios e esta orientação inadequada é evidente, por exemplo, na execução da política agrícola onde se tem verificado uma autêntica paralização de investimentos em projectos públicos estruturantes, como os Matadouros Industriais ou mesmo nos projectos de investimento privados submetidos à Secretaria. Que o digam a mais de centena e meia de jovens agricultores que vêem os seus projectos progressivamente adiados. Esperemos que sejam resolvidos a breve trecho.

Ou no sector da pesca, como o podem confirmar os pescadores que ainda continuam à espera da decisão sobre os projectos apresentados em 1995 quando pela primeira vez a SRAP abriu as candidaturas.

Ou no Ensino, que o digam os pais e os alunos que aguardam há anos uma Escola Secundária na Lagoa, ou os pais dos alunos do concelho de Ponta Delgada que vêem os seus filhos frequentarem escolas superlotadas sem cantinas a funcionar decentemente.

Que o digam os alunos e professores da Universidade dos Açores que nunca tiveram acesso ao PRODEP, por decisão política do PSD, e se vêem privados duma biblioteca digna e de condições de trabalho semelhantes às dos seus colegas continentais.

Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados:

E este Plano e Orçamento para 1996?

Este Plano e Orçamento no que ao PSD diz respeito é roupa velha mal cosida!

Quando da discussão do Programa de Governo, alertámos para a necessidade de rigor na orçamentação e de eficácia na utilização dos dinheiros públicos, tendo em vista a melhoria da situação das empresas, a geração de emprego e um bom nível de rendibilidade do investimento público!

No que ao rigor diz respeito, começemos pelos indicadores de equilíbrio e de autonomia financeira.

O défice corrente deste orçamento atinge os 12.8 milhões de contos, cometendo a proeza de crescer 109% relativamente ao défice corrente verificado em 1992.

O nível de despesa pública atinge valores próximos dos 66% do PIB, quando o nível de investimento público relativamente ao PIB se situa abaixo dos 15%, mantendo-se nos últimos anos praticamente estagnados. As necessidades de financiamento por entidades externas que em 1995 eram de 44 milhões de contos, sobem para 48 milhões de contos.

Os impostos directos entrados nos cofres da Região, foram em 1992 de 15.4 milhões de contos, 14.8 milhões em 1993 e previa-se 16 milhões no orçamento de 1995.

Neste orçamento prevê-se 18.4 milhões de contos, um crescimento de mais de 15% relativamente à dotação de 1995 e tudo isto quando se acabou de afirmar nesta Casa que se está a assistir a nível europeu e ao nível do país, a uma contracção da actividade económica, ou seja, quanto às expectativas não se esperam tão positivas quanto eram no fim do ano passado. De IRS cobrou-se em 1992, 13.670 milhares de contos descendo para 12.917 milhares de contos em 1993 e 12.406 milhares de contos em 1994, efeitos de crise porventura.

Em 1996 prevê-se um crescimento de 15.3%.

No que se refere ao IRC prevê-se uma cobrança de 2.350 milhares de contos, ou seja, um crescimento de 17.5% relativamente à dotação de 1995, quando o valor máximo cobrado na década de 90 foi de 1997 milhares de contos em 1990.

Nos impostos indirectos, verifica-se igualmente uma previsão de crescimento generosa se comparada com as receitas efectivamente entradas nos cofres da Região, que cresceram 2% em 1993, 3% em 1994 e neste orçamento apresentam um crescimento de 5.8%, quase o dobro do verificado na última Conta apresentada nesta Assembleia.

As previsões de receitas fiscais apresentam taxas de crescimento claramente generosas para uma economia que ainda não saiu da recessão dos últimos três anos. O crescimento das receitas correntes relativamente à última Conta apresentada é de mais 25%

Relativamente às transferências dos fundos comunitários, adoptou-se igualmente um previsão claramente optimista e extremamente generosa com uma dotação de 14.242 milhares de contos, quando a maior verba entrada nos cofres regionais durante a década de 90, foi de 11.7 milhões de contos em 1991, diminuindo para 9.8 milhões de contos em 1992, para 7.3 milhões de contos em 1993, recuperando para 10.7 milhões em 1994 e descendo no primeiro semestre de 1995 cerca de 89% relativamente a período homólogo do ano anterior.

A novidade Srs Deputados, neste Plano e Orçamento, é a atitude do Governo do Engº Guterres ao cumprir os compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista, no que às transferências do Orçamento de Estado diz respeito e excedendo-os ao assumir igualmente o pagamento de 50% dos juros da dívida pública regional.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O diálogo havido na Comissão de Acompanhamento do Governo do Partido Socialista, reafirmou a orientação política de não penalizar os Açorianos com os custos das erradas políticas do PSD.

Conforme afirmou o Engº Guterres na campanha para as legislativas, o Governo da República criará igualmente as condições para a apresentação duma lei das finanças regionais que permite viabilizar a autonomia e promover o desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sras e Srs Deputados:

A vitória da Nova Maioria significa o início duma nova era no relacionamento entre as Regiões Autónomas e o Governo da República, como afirmámos ontem no voto de congratulação que apresentámos aqui nesta Assembleia e que o PSD rejeitou.

O Partido Socialista continuará nesta atitude construtiva e de humildade democrática a trabalhar, para viabilizar uma NOVA AUTONOMIA, mas não prescinde de afirmar as suas posições de princípio e de dizer claramente que neste Orçamento e neste Plano o PSD não alterou as suas políticas despesistas e arrogantes.

Arrogância demonstrada nesta Assembleia, quando se recusa a reconhecer a generosidade solidária do Governo Socialista e se afirma merecedor da solidariedade nacional e incapaz de demonstrar solidariedade com o legítimo Governo de Portugal.

Este Plano e este Orçamento não são o nosso Plano e Orçamento porque não privilegia o investimento capaz de gerar produto mais eficazmente e muito menos o investimento em melhores escolas para os nossos jovens, e revela uma completa falta de rigor na orçamentação da Receita e da Despesa .

O Partido Socialista não pretende meramente somar mais projectos aos que o PSD apresenta, mas sim apresentar uma orientação nova para a despesa e o investimento público.

O PS não tem como modelo um plano do PSD, mais uns projectos, mas sim definir prioridades diferentes para o investimento público.

O Partido Socialista tem valores e objectivos próprios para os Açores e não se revê neste velho Plano e Orçamento apresentado por uma maioria velha que insiste na sua obsessão "em despejar o erário público", como panaceia universal.

O Partido Socialista sabe que a riqueza dos Açores não são os milhões do Tesouro, mas sim o trabalho honesto de quem lavra a terra, de quem tem um ofício, de quem vende ao balcão, de quem vive sem estar pendurado às tetas da fazenda pública.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Felizmente, os Açores de hoje são bem diferentes, para melhor, do que eram as ilhas destinatárias da luta das gerações autonomistas que estamos a evocar. Nestes 20 anos, fizemos - digo bem, fizemos todos! - muito mais e melhor do que aquilo que nos deixaram fazer no passado." - citei Carlos César aquando da Sessão Comemorativa dos 100 Anos de Autonomia.

Sr. Deputado Fernando Lopes:

V. Exa. vem para aqui dizer que o PS não é solidário com os erros do PSD, que as políticas do Governo do PSD têm sido um total insucesso, quando o seu líder há um ano atrás fez um grande elogio ao PSD, querendo colocar o PS junto de tudo aquilo que foi de bem feito nos Açores?!

Deputado Fernando Fonte PS): Nem sempre!

O Orador: Este, Sr. Deputado Fernando Lopes, foi o primeiro esclarecimento.

Em seguida, gostaria de dizer que sinto-me pessoalmente tocado pela forma como V. Exa. fez referência aos pareceres das diversas Comissões desta Assembleia, relativamente aos planos e orçamentos.

O Sr. disse que esses pareceres eram "toscas repetições" dos documentos do Governo.

O Sr. sabe muito bem as conversas que temos tido, a título particular, sobre diferentes formas que isto poderia tomar quer em termos de trabalhos em Comissões, quer em termos do reflexo dos seus pareceres.

O Sr. sabe que temos tido essas conversas a título particular, porque temos, em termos do passado, um relacionamento diferente e que se situa a um outro nível.

Não admito que o Sr. Deputado transponha para aqui esta questão, porque - deixe-me que lhe diga - se as Comissões não fazem trabalhos mais técnicos, V. Exa. teria uma grande responsabilidade nesta mudança, já que como docente universitário, principalmente na área económica, teria um grande papel pedagógico a implementar junto dos seus colegas.

Digo-lhe que cada um dá de si o melhor que tem e o melhor que sabe, ou então, o melhor que lhe ensinam. Quanto ao mim, tenho a consciência tranquila daquilo que tenho feito.

Também queria referir mais duas questões, porque depois temos muito tempo para falar noutras coisas.

O Sr. diz que as necessidades dos açorianos que este plano contempla são "roupa velha mal cosida!".

O Sr. Deputado está a minorar as necessidades que os açorianos têm e que estão espelhadas neste plano e cujas verbas respondem a muitas dessas necessidades que vão de Santa Maria ao Corvo.

Ainda gostaria de fazer uma breve referência quando fala no rigor que este orçamento não tem.

Só uma pequena justificação para demonstrar que este orçamento tem rigor. Se não tivesse rigor, não acredito que o actual Ministro das Finanças tivesse contemplado os Açores com as transferências que contemplou...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso é música!

O Orador: ... e com o pagamento dos 50 % de juros.

Se não tivéssemos rigor nesse orçamento que ele tem conhecimento, ele com certeza que não daria todas as transferências que está a dar!

Portanto, Sr. Deputado, se está a criticar o rigor deste orçamento, está a pôr em causa um Ministro de um Governo que o Sr. apoia!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para um esclarecimento muito rápido.

Já várias vezes, o Sr. Deputado Fernando Lopes, refere-se, nesta Casa, ao trabalho da Comissão. Talvez por essa razão, eu também por várias vezes tenho respondido ao Sr. Deputado sobre esse assunto e julgo que esta vai ser a última vez.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: O Sr. Deputado não esteja preocupado com a minha vida, preocupe-se com a sua!

Sr. Deputado Fernando Lopes:

V. Exa. diga o que quiser sobre a proposta do Plano e Orçamento, porque está no seu pleno direito, como deputado, de o fazer. Pode até dizer as maiores barbaridades que quiser porque felizmente o estatuto dos deputados permite-lhe isso.

"Os Deputados não respondem civil, criminal, disciplinarmente pelas opiniões que digam no exercício das suas funções."

Pode dizer tudo o que quiser! Tudo bem!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Agora, o que Sr. não pode é vir trazer para aqui os trabalhos de uma comissão onde o Sr. participa.

Isto é extremamente desagradável, Sr. Deputado!

Eu só lhe chamo atenção por isto, não é por mais nada. Não o quero censurar de maneira nenhuma!

O que quero dizer é que o Sr. Deputado participa nas reuniões da Comissão, o que não é o caso de outros Srs. Deputados que poucas vezes lá vão. É extremamente desagradável para os outros colegas que estão na Comissão ouvir isto!

O Sr. disse, por exemplo, que a Comissão deveria fazer entre outras coisas - o Sr. Deputado Rui Luís já referiu - avaliações técnicas.

Eu peço-lhe imensa desculpa, mas tanto quanto eu sei, o que a Comissão de Economia, Finanças e Plano tem é que cumprir o artigo 182.º do Regimento que diz que a esta Comissão compete elaborar o parecer final sobre as propostas de orçamento e plano.

Portanto, a Comissão tem que coligir todos os pareceres que vêm das outras comissões e elaborar o seu parecer final.

É evidente que a Comissão não se pode pronunciar sobre o que não está lá.

Nós temos que nos pronunciar sobre o que vem lá. Agora, se é bom ou mau, o Sr. Deputado é perfeitamente livre de não concordar. Eu também posso não concordar, mas isso é outra questão.

O que discordo é da maneira como V. Exa., mais uma vez, se refere ao trabalho da Comissão, porque nós trabalhamos em Comissão em plena equipa de trabalho. Se o Sr. Deputado, efectivamente, discorda da maneira como se trabalha na Comissão, terá a franqueza de o dizer.

Por outro lado e termino já, o Sr. fez uma série de críticas a várias coisas e, nomeadamente ao próprio plano e orçamento.

Devo-lhe dizer, porque a memória das pessoas é curta, que a declaração de voto que foi entregue a esta Comissão e que está subscrita apenas pelo Sr. Deputado, limitou-se a dizer que votaram contra - os deputados do Partido Socialista por acaso também não assinaram, mas já sabemos que votam todos contra, não havia razão nenhuma

para votarem a favor - o relatório e o parecer, por entenderem que sendo o ano de 1996 o último do quadriénio de 93/96, verifica-se que os objectivos propostos no PMP e aprovados por esta Assembleia não foram atingidos.

Se V. Exa.^a quiser, pedia-lhe com a maior franqueza que me explicasse isto, porque eu não consegui perceber o que está aqui, mas isso é outra questão e devo ser eu que devo estar diminuído mentalmente.

Quanto à segunda questão, o Sr. Deputado diz que também votou contra, porque a proposta de orçamento para 96 apresenta uma previsão de receitas fiscais claramente desajustada dos valores registados em anos anteriores de receitas fiscais cobradas.

Muito obrigado, Sr. Deputado, por esta informação, mas se foram só estas as razões que o Sr. Deputado aponta, para além da proposta de Orçamento incluir no seu articulado o montante dos recursos críticos - mas a gente já viu essa questão - isto que está aqui na declaração de voto não corresponde minimamente, às críticas formuladas por V. Exa. sobre o Plano e Orçamento. Seria bom que o Sr. Deputado fizesse, em sede de comissão, essas mesmas críticas ou que as colocasse aqui.

Mas que fique muito claro, eu não venho aqui impedir que o Sr. Deputado faça as críticas que quiser sobre o plano e orçamento.

Peço-lhe porém, por uma questão de coerência e de lealdade para com as pessoas que fazem parte da Comissão, que não venha dizer que a Comissão trabalhou bem ou trabalhou mal, porque o Sr. Deputado também é membro da Comissão e assim está a atingir-se a si próprio.

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas do PS e PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, queria pegar nas palavras do Sr. Deputado Rui Luís e afirmar nesta Câmara que me foi apreciado de forma muito favorável pela Secretária Geral do

Orçamento, o rigor do nosso Orçamento. Apesar de isso já estar na minha informação, eu volto a repetir.

Retirando o acréscimo dos encargos com a dívida e a dotação provisional para acréscimos salariais da função pública, o orçamento não apresenta crescimentos nominais - não é reais, é **nominais**.

Posso até dizer, rubrica por rubrica, o que é que se mantem e o que é que decresce tal como fiz na reunião que fiz com a Secretária Geral do Orçamento e que foi por ela, amplamente, elogiado o rigor. E acontece que o nosso orçamento tem, conforme palavras dela, uma linha de orientação que foi imprimida em todo o País. Isto foi dito em reuniões que eu tive com a Secretária de Estado e Orçamento.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Isto custa a ouvir!

O Orador: Sr. Deputado, se o Sr. entender que deve acreditar acredite, se entender que não deve acreditar não acredite, mas sinto-me na obrigação de transmitir aquilo que me foi dito e confirmar se quiserem com os dados que aqui tenho, porque é fácil pegar no mapa da despesa e ver o que é que cresce e o que é que se mantem.

Mas voltando às questões postas pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, eu dir-lhe-ia, em relação às receitas para 96 - o Sr. compara as receitas de 94 - que estas foram estimadas com base na execução do primeiro semestre de 1995, que apresentava para os impostos directos crescimentos de 16,2 % e nós imprimimos-lhe um crescimento provisional de 15,3 - eu já lhe disse isso na Comissão, mas volto-lhe a repetir - e os impostos indirectos que têm crescimentos em Junho de 95 de 26,7%, nós imprimimos um crescimento de 5,9 %.

Mas para não entrarmos nestes pormenores, eu digo-lhe que os crescimentos das receitas fiscais são, em termos reais, 3,6 %. Os crescimentos reais da receita do Orçamento de Estado são de 3,75%.

Em relação às despesas e repito um pouco aquilo que disse há pouco, estas crescem apenas o necessário para fazer face aos encargos com a dívida e para fazer face aos acréscimos salariais.

Com certeza que ninguém nesta Sala queria que não houvesse aumentos dos funcionários públicos, nem queria com certeza que não honrássemos os nossos

compromissos com a Dívida Pública Regional, com os nossos financiadores. É exclusivamente esses crescimentos que estão nas despesas correntes.

Isso explica o crescimento do défice corrente.

Qualquer pessoa olha e vê que os encargos com o serviço da dívida crescem quase 40% e crescem, porque no final do ano esta Assembleia aprovou o empréstimo para regularizar a dívida com a Caixa Geral de Depósitos, porque de outra forma não poderia ser.

O que quero dizer é que não se pode aqui de forma demagógica dizer que cresce a despesa corrente, sem explicar porque é que cresce. Cresce, porque os encargos financeiros crescem 40% e isto é que tem que ser dito.

Depois fala em que o despesismo é grande, mas que ao mesmo tempo se deve investir em escolas, etc.. Eu também concordo, por isso é que não há crescimentos nas despesas correntes e há, apesar de tudo, um crescimento de 2,7 % no investimento. Todos concordamos com isso!

É óbvio que é preciso canalizar a despesa para o investimento preferencialmente, o que não podemos é deixar de honrar os nossos compromissos e é isso que está nas despesas correntes com os funcionários públicos e com as entidades financiadoras.

Ao mesmo tempo que se entende que se tem um orçamento despesista, ao mesmo tempo que se entende que se deve investir mais em escolas e ao mesmo tempo que se verifica que só se cresce o suficiente para fazer face a encargos inadiáveis, eu pergunto, qual a solução?

Se é que se o Sr. já pensou nisso, se tem solução?

Em relação à última parte, em que diz que o que é preciso é criar riqueza, nós estamos de acordo, mas não pense o Sr. Deputado que é criando riqueza que se viabiliza uma região autónoma. A propósito disso e para não nos alongarmos muito, vou ler um texto do Prof. Sousa Franco, proferido na Universidade Católica em 1992 e que diz o seguinte:

"As receitas próprias das Regiões, têm generalizadamente um pequeno papel relativamente às receitas do Estado quer afectas às suas despesas próprias, quer afectas ao financiamento de despesas nacionais entre as receitas próprias, a fiscalidade própria tem um menor lugar, seguido da participação em receitas do

Estado e sendo as mais importantes os empréstimos regionais, expressão naturalmente do respectivo défice. Mas a receita predominante na generalidade das regiões da Europa, são as transferências do Estado para as regiões, transferência em bloco ou transferências específicas, transferências consignadas a determinadas aplicações ou transferências não consignadas e com destino dependente da decisão orçamental da Região, transferências obrigatórias por virtude da lei ou decisão orçamental, transferências facultativas, transferências unilaterais ou transferências negociadas. De todo o modo, este conjunto de transferências constitui na generalidade das regiões da Europa a grande fonte de financiamento".

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que respeita ao comportamento das despesas e à classificação que fiz aqui de falta de rigor, que aliás é a continuação de questões que levantei aqui aquando da discussão do programa do Governo, eu quero apenas referir que pegando na classificação funcional das despesas públicas que consta dos documentos entregues aqui e de planos e orçamentos anteriores, as despesas dos serviços gerais da administração representavam 8% do PIB em 1990.

Em 1992 representava 10 % do PIB. Em 1996 e, admitindo que o crescimento do PIB regional é igual ao crescimento previsto pelo Ministério das Finanças para o produto nacional bruto, estes serviços gerais de administração representam 14,9, 15% do PIB, ou seja, Sra. Secretária, o que há efectivamente ao longo de todo este período, seja no período desta legislatura de 92 a 96 ou pegando no período de 90 a 96 para falarmos só na década de 90, há de facto um crescimento muito grande das despesas com serviços gerais da administração.

A Sra. Secretária pergunta se neste estado de contenção, o que cresce são sobretudo os encargos da dívida. Pois crescem Sra. Secretária, mas crescem devido às políticas erradas que o PSD tomou no passado.

É por isso que eu afirmei aqui que nós não somos solidários com os erros do passado.

Também afirmo aqui que não queremos fazer os açorianos pagarem pelos erros dessa política e é por isso que, generosamente, o Governo da República assume o compromisso de pagar 50 % dos juros da dívida pública.

Deputado Francisco Sousa (PS): Generosamente!

(Apartes inaudíveis da Bancada do PSD)

O Orador: Generosamente, porque da parte dessa maioria não houve solidariedade com o conjunto da nação, não houve solidariedade com os cortes que, neste momento, o Ministro Sousa Franco está imprimindo à maior parte dos Ministérios da República.

Por outro lado, também quero dizer que se as despesas com os serviços gerais da administração cresceram nesta ordem, o mesmo não se passa com os investimentos produtivos.

Eu cito, por exemplo, o caso da agricultura, silvicultura e pecuária. Os investimentos, a despesa pública na agricultura, silvicultura e pecuária eram, no início da década de 90, de 4% do produto interno bruto. Neste plano são 4,8 % Sra. Secretária, ou seja, não há crescimento significativo.

Por outro lado, se formos pegar, não em termos sectoriais mas em termos globais, no rácio investimento do plano PIB, em 92 esse rácio era de 15%, em 93 era de 15,5 %, em 94 de 14,8% e em 95, segundo os valores orçamentados, era de 15% .

Espero que com a execução deste ano se mantenha os 15 %, ou seja, nós continuamos a investir, exactamente a mesma proporção que investíamos em 92 tendo descido em 94 abaixo desse valor.

Pelo contrário, o rácio/despesa/pública PIB cresceu de 62% em 92, para 66,4%, segundo as previsões desse orçamento.

Contrariamente ao que a Sra. Secretária diz, a despesa pública representa hoje uma maior percentagem do produto interno bruto do que representava em 92 e representa hoje uma maior percentagem do produto interno bruto do que representava em 90 e do que representava em 1980. Ou seja, não houve ao longo de todos estes anos de políticas do PSD políticas de rigor, houve sim, um aumento da despesa em proporção

com o Produto Interno Bruto e isto, porque como a Sra. Secretária aqui defende, se incorre na concepção que basta aumentar a despesa para que o produto cresça.

Os factos vêm demonstrar exactamente o contrário e os estudos encomendados pela sua Secretaria quando à frente estava o Eng. Bastos e Silva, também provam exactamente o contrário.

Não é lícito a Sra. Secretária vir aqui dizer que não baixou a despesa, porque isso teria efeitos muito negativos no crescimento do produto. Os factos demonstram exactamente o contrário, Sra. Secretária.

Para terminar esta intervenção, gostaria de referir quanto aos comentários que fiz aos trabalhos da Comissão de Economia e Finanças, nomeadamente aos seus relatórios, que as críticas que faço em público nesta Assembleia já as fiz directamente, face a face, com as pessoas que aqui estão sentadas.

Eu não ando nos corredores desta Assembleia a dizer mal de A ou de B!

Nesta Casa, nunca acusei A ou B!

Eu critiquei políticas e critico comportamentos em termos políticos de determinados órgãos, ou seja, o que eu critico aqui não é o deputado A ou B, mas sim a eficácia dos trabalhos de uma comissão da qual eu participo!

Lembro a esta Assembleia e ao Sr. Presidente da Comissão que, por exemplo, a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, entregou na nossa Comissão um conjunto de documentação sobre o Regime Económico e Financeiro, pedindo uma audição expressa. Foi designada uma subcomissão para proceder a trabalhos e eu próprio sugeri que nos deslocássemos às Canárias, a outras regiões autónomas, fizessemos trabalhos válidos e a Comissão até agora não deu um passo nesses trabalhos preparatórios que podiam ser extremamente úteis na discussão da Lei de Finanças Regionais e podiam ser extremamente úteis nos próximos quatro meses. Mas agora é tarde de mais só se trabalhássemos 24 horas por dia.

Disse.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voltando à questão das despesas, julgo que é útil esclarecer isto, porque acho que se entra aqui numa contradição.

Ao mesmo tempo que o Sr. Deputado Fernando Lopes fala que se deve conter a despesa, acha ao mesmo tempo que deve crescer o investimento e depois diz que isso não tem reflexos no PIB.

Eu não percebo se o contrário é verdadeiro, ou seja, se a gente reduzir a despesa não há redução no PIB.

Gostaria que o Sr. Deputado me explicasse isto, porque tenho grandes dúvidas.

Que o PIB não cresce proporcionalmente à despesa, todos sabemos. Mas também todos sabemos a razões, isto é, porque vivemos numa economia aberta e o valor gerado na Região nem sempre fica cá.

Porém, o contrário é muito grave, porque não investir, não injectar despesa pública na economia, então sim, terá reflexos muito negativos, sabe muito bem disso e é por isso que defende o crescimento das despesas de investimento.

Há aqui uma contradição que é preciso esclarecer: ou defende-se crescimento das despesas de investimento para isso acarretar consigo o crescimento do PIB, ou não se defende e então temos que assumir a recessão.

Voltando à questão das despesas correntes, - eu volto a repetir - as despesas com aquisição de bens e serviços devem ser menos 1%; os encargos com a dívida crescem 36,7%; as transferências correntes crescem 0,1; os subsídios decrescem menos 3,7% e a dotação provisional corresponde aos acréscimos de 6% da massa salarial.

Perante despesas correntes, não há nada a fazer.

Se houve ou não houve despesismo em termos de despesas correntes anteriores, isso pouco importa para a análise do orçamento actual.

O que lhe posso dizer e digo já, é que o total das despesas de funcionamento per capita no Continente, são de 607 contos por pessoa e as despesas de funcionamento

per capita nos Açores são de 269. Portanto, metade das despesas de funcionamento per capita nos Açores.

Em contrapartida, as despesas de investimento nos Açores são 3 vezes superiores às despesas de investimento nacionais. Contra factos não há argumentos.

Pode haver empolamento, depende das perspectivas de cada um. Agora, que estes números não desmentem que a nossa administração regional é uma administração de contenção comparada com a administração pública nacional, essa é que é verdade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para mais esclarecimentos.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que o Sr. Presidente do Governo, que está ali sentado, deu um exemplo de contenção.

Este ano, pela primeira vez, as verbas do seu gabinete decresceram em relação ao ano passado, talvez porque não tenha ao serviço do Gabinete da Presidência um determinado número de assessores ou de secretários que são dispensáveis. Eu elogio a atitude do Sr. Presidente do Governo.

Eu gostaria de ver esta atitude repetida por outros Srs. Secretários em outras Secretarias.

É possível e o Governo da República está dando disso exemplo, isto é, cortar na despesa supérflua. É preciso fazer essa acção, porque só assim poderemos pedir mais solidariedade. Para pedir mais solidariedade é preciso também sermos solidários.

No que respeita à confusão que é feita pela Sra. Secretária e não só, aliás é um argumento comumente expresso pelo PSD, o PS critica o plano e orçamento, mas por outro lado, avança com mais projectos.

Sra. Secretária, V. Exa. não esteve com atenção ao meu discurso.

Eu disse e volto a citar, "o Partido Socialista não pretende meramente somar mais projectos aos que o PSD apresenta, mas sim apresentar uma orientação nova para a despesa e o investimento, o PS não tem como modelo um plano PSD mais uns projectos, mas sim definir prioridades diferentes para o investimento público". Portanto, está dada aqui a resposta.

Mesmo com contenção, é possível investir mais nos sítios certos. Mas, é preciso redefinir essas prioridades, como por exemplo, investir nos matadouros industriais de São Miguel e na Terceira, porque esse investimento é um investimento produtivo e é um investimento que contribui para criar emprego. Mas outro tipo de investimentos e o seu adiamento causam prejuízos à Região.

Também disse aqui que o Partido Socialista sabe que a riqueza dos Açores não são os milhões do tesouro, mas sim o trabalho honesto.

Não é meramente uma figura de retórica, significa que nós temos uma concepção de que a riqueza não vem de mais uns milhões que são transferidos do orçamento do estado.

Aí não está solução nenhuma para os problemas desta autonomia.

Aí está o paliatismo momentâneo quando não se tomam medidas de fundo no âmbito da Lei das Finanças Regionais. Mesmo assim, essas soluções encontradas no âmbito da Lei das Finanças Regionais não produzirão efeito se não houver uma redefinição de política económica nova.

Já tive a ocasião durante esta legislatura, por diversas vezes, de apontar directrizes para uma política económica alternativa à política económica defendida pelo PSD. Isto está no diário das sessões desta Assembleia, basta ler.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Deduzo que não se trata de contenção, trata-se de reorientação, é natural, cada um tem as suas políticas, cada um tem as prioridades.

Com certeza que o plano e o orçamento dos Srs. Deputados Socialistas não seria o plano e orçamento do PSD, é óbvio. Isso não seria de esperar, nem eu esperava, nem os Srs. esperavam. Quanto a isso estamos explicados.

Não se trata de contenção e isso é que é importante.

Conter mais do que aqui foi feito, é que é difícil e isso era o que eu gostava de ver explicado pelo Sr. Deputado.

Até aí estamos de acordo com certeza dentro daquilo que existe de reorientar e adoptar outras prioridades.

Isto é uma questão ideológica, é uma questão partidária e cada um resolve como acha que deve resolver.

Voltando à última questão que o Sr. Deputado referiu, julgo que nesse caso o Sr. é que não esteve atento ao estrato que li da exposição e da conferência que o Sr. Prof. Sousa Franco fez.

Por mais que se rentabilize, por mais criação de riqueza que se tenha e, concordo em absoluto que se caminhe nesse sentido se for possível, porque nós temos que compreender que somos uma Região muito pequena, com um tecido empresarial muito frágil e não basta a gente dizer que quer para aparecerem empresários e projectos - é bom que se saiba isto -, mesmo que isso acontecesse, não é com essa riqueza, nem com a contenção que faz referência e como exemplificou muito bem nalgumas despesas de funcionamento de alguns gabinetes, não é com isso que se resolve o problema das finanças regionais.

O problema das finanças regionais resolve-se da forma como se está a resolver. Resolve-se com as transferências do estado como acontece em todas as Regiões da Europa e por isso li este estrato.

Isto não é uma questão de opinião, é o que se passa por toda a Europa, constatado e confirmado por uma autoridade na matéria.

É isto que se passa quer com este Governo quer com outro Governo, quer com este plano quer com outro plano, quer com este orçamento ou com outro orçamento. Serão sempre as transferências do Estado a principal parcela das receitas das Regiões, porque estas nunca terão capacidade numa economia aberta em que a receita fiscal tanto pode ser paga na Região como em qualquer parte do país, de resolver o problema da autonomia financeira das regiões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para prestar esclarecimentos.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já expliquei aqui e penso também que já o fiz em declarações públicas, qual a minha concepção de rigor. Aliás, eu fiz a comparação entre rigor e austeridade.

Eu disse que defendia rigor quando defendo que, se se orçamenta uma verba, essa verba tem que ser gasta exactamente naquilo para que está regulamentada e não em qualquer coisa diferente. Nós sabemos que isso não se tem passado e há registos de projectos em que isso se verificou.

Por outro lado, quando falo de rigor, associo à palavra rigor e associei quando dei o exemplo do gabinete do Sr. Presidente do Governo, a palavra **solidariedade**.

Quando pedimos solidariedade também temos que ser solidários. O caso que citei foi um exemplo moralizador, pode ter pouco significado quantitativo, mas qualitativamente tem um grande significado e tem um grande peso e foi por isso que elogiei a atitude do Sr. Presidente do Governo e elogiarei aqui todas as que ele tomar nesse sentido. Mas também critiquei aqui, como já critiquei neste discurso, todas as atitudes que vão no sentido contrário. Como disse no meu discurso, o que estamos a defender aqui são posições de princípio e orientações que são diferentes.

Nós não queremos um plano e orçamento com mais uns projectositos adicionados aos projectos apresentados pelo PSD.

Nós queremos projectos diferentes e já dissemos e repetimos por várias vezes nesta Casa, por exemplo, nas palavras do Grupo Parlamentar do PS, quais as orientações.

A 26 de Maio de 1993, eu disse aqui e nalguns pontos isto ainda é actual, que "a política económica alternativa e o acordo social para o desenvolvimento aqui proposto - na altura era o que eu defendia - tem como orientações principais:

1- Um programa de estabilização de curto prazo - o Secretário das Finanças na altura depois comentou isto;

2 - Uma política orçamental que assegure através de mecanismos automáticos um orçamento disciplinar - ainda ninguém comentou isto;

3 - Uma política industrial de investimento que aposte em projectos estratégicos que garanta uma competitividade na economia açoriana."

É por isso que repito aqui o exemplo dos matadouros, porque considero que os matadouros são casos típicos de investimentos em projectos estratégicos que têm efeitos muito vastos sobre o produto, têm efeitos estruturantes sobre a economia.

Por tudo isto, eu já critiquei várias vezes o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas em Comissão e publicamente e ele pode testemunhar que eu o tenho feito repetidas vezes, porque tenho uma concepção diferente da dele no que respeita à política agrícola.

Ele considera que é fundamental garantir rendimentos, independentemente da rentabilidade de modo a assegurar uma saída de activos no sector agrícola, mas eu considero que isso não basta se não se investir em projectos que criem riqueza para o futuro e que garantam o sector agrícola competitivo.

Eu já afirmei nesta Assembleia que a principal discordância é que não faço a equivalência entre despesa/investimento.

O que se está a fazer na maior parte dos casos é despesa pública e não investimento.

Também já defendi e volto a citar, "uma política que privilegie a economia real, a melhoria da situação financeira das empresas, a defesa de quotas de mercado e a redução do risco, uma política de apoio às empresas exportadoras".

Tudo isto para citar várias intervenções minhas, nesta Assembleia, desde que me sentei aqui como Deputado e continuarei a fazê-las, Sra. Secretária.

Disse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Quanto à nossa questão, ficámos esclarecidos relativamente ao que pensamos sobre os pareceres e sobre aquilo que já conversámos em plenário da Comissão.

Apenas quero deixar aqui uma achega relativamente ao vosso pensamento sobre reorientação da despesa ao vosso rigor e àquilo que apresentariam caso fossem governo.

Pela forma como correram os trabalhos da Comissão de Economia e pelas propostas que lá estavam subentendidas por vários deputados do PS, nós hoje estaríamos aqui a ter um orçamento em que, em vez de termos transferências de 20,5 e um endividamento de 13 milhões, teríamos apenas transferências de 15,5 e um endividamento de 18 milhões.

Seria este o rigor que queriam implementar.

Isto é só um exemplo, porque V. Exas. achavam que não devíamos estar a pedir 20,5 milhões ao Governo da República, apenas 15,5 e devíamo-nos endividar ainda mais. Foi bom que o Governo Regional e o PSD fizessem compreender ao Governo da República aquilo que queríamos e ele percebeu, nós tínhamos razão. Felizmente, hoje estamos aqui com transferências de 20,5 e apenas teremos que nos endividar 13 milhões.

Disse.

Presidente: Para prestar mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a Câmara e os Srs. Deputados que de facto não são só 20,5, é muito mais Srs. Deputados.

Diz-se no artigo 12.^a da proposta de Orçamento do Estado:

"Comparticipação extraordinária dos juros da dívida da Regiões Autónomas.

O Orçamento do Estado suporta a despesa correspondente à participação extraordinária de 50% dos juros com vencimento em 96 da dívida regional para os Açores e a Madeira nos termos estabelecidos contratualmente."

Se aplicarem 50% aos 11,2 milhões de contos de juros, dá mais do que os tais 5 milhões que a Sra. Secretária falou.

Por outro lado, o artigo 13.^o diz:

"Financiamento das Universidades das Regiões Autónomas.

1 - As verbas necessárias ao funcionamento da Universidade dos Açores e da Universidade da Madeira, serão inscritas no Orçamento do Ministério da Educação, ficando sujeitas aos princípios de financiamento e a toda restante legislação aplicável às instituições do ensino superior público.

2 - A acção social respeitante aos alunos das Universidades referidas no número anterior, será suportada pelo orçamento do Ministério da Educação nos termos e condições estabelecidas para os alunos das Universidade de Portugal Continental."

Há muito mais que poderia ser dito como por exemplo o PIDAC.

Srs. Deputados:

Eu penso que os Srs. ainda acreditam no Pai Natal.

Ainda acreditam que de repente, pela vossa **linda cara**, cairão aqui as benesses, milhões que ninguém trabalhou por eles, que os deputados que estão nesta Assembleia na direcção deste Grupo Parlamentar não andam a trabalhar há meses, que não colaboraram na redacção de um programa do Governo, que continuam a não colaborar com o Governo da República!

É evidente, até porque já nos acusaram de sermos mensageiros, que por dever institucional, a Sra. Secretária do Estado do Orçamento tem a obrigação - e fê-lo correctamente - de pedir esclarecimentos à Sra. Secretária das Finanças e de a informar, como fez, sobre o que estava inscrito na proposta de orçamento, **informar** Srs. Deputados.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Como é que o Sr. sabe que fui informada?!

O Orador: Foi informada, tal como nós propomos que este Governo também informe esta Assembleia e os outros órgãos sobre outras medidas que tomam.

Já era tempo de se apresentar, nesta Assembleia, os relatórios da execução do II Quadro Comunitário de Apoio que por obrigação comunitária, são enviados para o Ministério do Planeamento e depois enviados para Bruxelas, mas esta Assembleia nunca teve conhecimento. Também aqui, mais uma vez, penso que estamos dando o exemplo.

Muito obrigado Srs. Deputados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Lopes:

V. Exa. só veio confirmar o que eu tinha dito.

No início os Srs. Deputados do Partido Socialista não acreditavam que o Governo da República ia transferir os 20.5. Quando as notícias vieram a público que indicavam que seriam apenas 15,5, os Srs. apressaram-se logo a defender e a dizer que nós éramos hipócritas, porque pensávamos que eles iam transferir 20,5. E agora vêm dizer que trabalharam para essa quantia!

Eu não acredito no Pai Natal, Sr. Deputado, mas acredito no esforço que uma Mãe Natal, a nossa Secretária das Finanças, fez para justificar perante o Governo da República que nós necessitávamos desse valor.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que o Sr. Deputado Fernando Lopes por vezes se entusiasma e no entusiasmo do debate, entra em algumas contradições e também diz coisas que creio que, a frio, não diria.

O Governo apresentou, na altura própria, ao Ministério das Finanças, um quadro com as suas necessidades de financiamento e a partir desse quadro foi enviando, com todo o rigor e rapidez possível, os elementos que iam sendo solicitados.

Não mantemos com nenhum ministério, com nenhum organismo ou instituição do Governo da República, conversas secretas, nem conversas particulares. Pedimos audiências, fomos recebidos, telefonámos, foram-nos pedidos elementos e fizemos isso com toda a clareza e rigor e não nos achamos nada perturbados por causa disso.

Efectivamente, o que resulta de tudo isto é que os nossos pontos de vista tinham alguma justeza e rigor, tanto é que o Ministro das Finanças na sua proposta de Orçamento que submeteu naturalmente ao Conselho de Ministros e depois apresentou à Assembleia da República, assim o achou e transferiu para a Região somas em dinheiro, assumindo uma percentagem dos juros da dívida pública, como já foi dito pela Sra. Secretária das Finanças, e também como está consignado no próprio artigo - o Sr. Deputado não o leu - o limite da dívida pública regional.

Por um lado, nem é generosidade nem são benesses.

Apresentámos um orçamento e não queríamos voltar atrás para um espécie de posição, como antigamente verificávamos aí no estilo das "mães portuguesas reconhecidas a Salazar".

A Região tem as suas necessidades de investimento, colocou-as, fazemos parte de um País, achamos que temos direito a isto, não nos fazem nenhum favor!

Nunca aqui ouviram que o PSD e o Governo estivessem contentes com as transferências...

Deputado Ricardo Barros (PS): Ingrato!

O Orador: Eu não sou ingrato, Sr. Deputado!

Deputado Ricardo Barros (PS): Não, o Cavaco é que era ingrato!

O Orador: Eu não estou a justificar, nunca me ouviram justificar, nem ninguém nesta Sala poderá ter-me visto defender que as transferências que eram feitas para a Região eram as necessárias, eram benesses ou eram generosas!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito Bem!*

O Orador: O que disse foi que inclusivamente entrávamos no endividamento, porque não tínhamos a compensação ao nível das transferências do Estado para receitas que tinham saído da Região e que por elas sempre lutámos.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que nos últimos dias do ano passado, reunimo-nos para aprovar uma situação - e continuamos a achar que é injusta - de dívida com a Caixa Geral de Depósitos, para resolver um problema que afectava muitas famílias açorianas, mas que não deixamos de reconhecer que temos razão no nosso ponto de vista.

Quem deveria suportar os encargos com a bonificação a jovens que querem construir a sua habitação ou adquiri-la, deveria ser o Orçamento Geral do Estado.

Daqui não arredámos! Somos mais fracos, mas por este facto não se significa que também tenhamos que encontrar para todas as coisas o "generosamente".

Aceitamos isto com naturalidade, vamos utilizar as verbas que nos são concedidas para pôr em movimento o Plano que é o do PSD, Sr. Deputado Fernando Lopes.

Nunca quisemos aqui apresentar o programa do PS. Ao longo de 20 anos que é assim.

O Sr. procura utilizar na sua argumentação dois planos distintos: o plano da apreciação pura e simples dos rácios da economia, das macro e das micros e de todas aquelas que o Sr. quer utilizar e, por outro lado, quer fazer apreciações a esse nível, quer tirar ilações de umas para as outras, para questões que são de política económica.

O PSD tem os caminhos que sucessivamente apresentou ao eleitorado, o Governo tem vindo a executar no seu programa do Governo e nos planos de médio prazo e no plano anual desta Assembleia que tem vindo aqui a colocar e portanto estamos no seguimento desses programas e planos.

Não nos envergonhamos disto, não temos pela frente a noção de que sempre tudo tem sido bem feito, não temos a noção de que somos os únicos possuidores da verdade e também não temos a noção miserabilista, um pouco como o Sr. Deputado apresenta, de que tudo está mal e errado.

Esta Região - e muito bem afirmou o Sr. Deputado Carlos César no discurso de 2 de Março deste ano - tem progredido!

Até disse mais, o Sr. Deputado Carlos César, antes do dia 1 de Outubro já se associou ao PSD: "Juntos construimos!"

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sim Sr.! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, ninguém retira o mérito que o Partido Socialista possa ter no diálogo com o Governo da República! Metam isso na cabeça!

Não é preciso evocar essa situação privilegiada.

Naturalmente que os membros que estão sentados nessa bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista conhecem melhor do que eu os militantes do seu partido.

O Sr. Deputado quis vir insinuar que ao fim e ao cabo aquilo que o Governo mandou não foi o que era necessário, o que o Governo mandou não foi a base de trabalho, foi sim o trabalho esforçado do Grupo Parlamentar e da Direcção do Partido Socialista.

Eu não vou aqui invocar algumas frases que foram ditas antes de saber o montante dos números, do tipo "eles o que queriam era 20 milhões", até várias outras coisas que foram ditas Sr. Deputado, é preciso saber qual o nosso nível de autonomia, o que é que nós queremos para os Açores, quais as nossas necessidades, o que é que o nosso povo quer?

Mais Sr. Deputado:

Eu não vou citar o Sr. MontÁlverne Sequeira, mas prezo-me Sr. Deputado, de não ter necessidade de andar agarrado, como aqui V. Exa. insinuou, à Mesa do Orçamento.

Nesta Casa estão 51 deputados e no Governo estão 8 membros!

Vozes das bancadas do PSD e do Governo:*Muito bem! Muito Bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

(Apartes inaudíveis entre o Deputado Carlos César e o Presidente do Governo Regional dos Açores)

Presidente: Sr. Deputado Carlos César, agradecia que interviesse para ficar no diário das sessões.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*): Se me der licença, Sr. Presidente...

Presidente: Tem a palavra Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Fernando Lopes citou Montalverne Sequeira insinuando...

Deputado Fernando Lopes (*PS*): Eu não insinuei nada!

O Orador: Sr. Deputado, as citações fazem-se com um motivo, não são elementos decorativos num texto e o Sr. sabe-o bem, porque as utiliza quando bem quer e entende!

As citações fazem-se quando se quer!

Mas continuando com a minha intervenção, insinuou-se que haveria aqui pessoas que estariam à Mesa do Orçamento.

Quero-lhe lembrar que nesta Sala estão 51 Deputados e todos ganham pelo Orçamento Regional e os 8 membros do Governo também ganham pelo mesmo orçamento.

Tem sido uma situação que já vem referida pelo Sr. Montalverne Sequeira e foi dita ali pelo Sr. Deputado Fernando Lopes e que não tem cabimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aproveito a ocasião para dizer que percebi a observação do Sr. Presidente do Governo, oportunamente clarificada.

Queria dizer com muita benigna, em relação à citação que me foi feita e a qual foi corroborada com o Sr. Presidente do Governo, que essa frase tem o mesmo valor simbólico que teria se tivesse vivido nos Açores na década de 30 ou na década de 40. Sem fazer o elogio a Salazar, eu diria que as nossas escolas estavam muito melhor depois do plano dos centários.

É o que se passa antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril, quando não havia autonomia e agora há.

O que é necessário é que os Governos não evoquem para si, abusivamente, as virtudes daquilo que é regime de todos e é nisso que me senti participante com a obra que se faz nos Açores.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu entendi claramente a intervenção do Sr. Deputado Carlos César e até o sentido do que disse no próprio discurso de 2 de Março, pelo santo amor de Deus!

Por outro lado eu não tenho qualquer exclusividade, não quero ter e julgo que não se deve ter em relação à autonomia.

A autonomia é de todos, é um património nacional que se construiu a partir de 25 de Abril. Porém, o que precisamos saber é qual a perspectiva que dela temos sem lhe pôr adjectivos, qual o patamar em que a colocamos e, sobretudo, aquilo que estamos dispostos a lutar para a colocar sempre acima de todos os interesses. Esta é que é a questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Pedi a palavra para dizer que concordo com o Sr. Presidente do Governo e também para dizer-lhe que há poucos dias eu, modestamente, disse que como açoriano, quanto mais recursos forem possíveis obter para a minha terra, mais satisfeito eu fico, independentemente da forma como eles forem usados ou da opinião que tenho sobre como o Governo os aplica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um breve esclarecimento ao Sr. Presidente do Governo.

Com todo o respeito que o Sr. merece, eu quero afirmar que não tenho a atitude de dizer que tudo está mau e, há pouco, acabei de demonstrar elogiando a sua atitude.

Já elogiei quem antes se sentou nessa cadeira desempenhando as mesmas funções e já elogiei secretários individualmente.

Eu não considero que tudo está mau. Não está, Sr. Presidente do Governo.

O facto de eu não considerar que tudo está mau, não me retira o direito democrático exercido nesta Assembleia de contribuir para esta autonomia.

É a nossa autonomia, é a autonomia de todos aqueles que vivem nestas ilhas e é um bem nacional, mas não me retira nenhum direito de exercer democraticamente todos os direitos para que fui eleito, todos os privilégios de, nesta Casa, criticar aquilo que não concordo.

Também gostaria de lhe dizer que eu não insinuo. Eu digo abertamente tudo aquilo que penso e normalmente digo sem afrontar pessoas, porque isso, do meu ponto de vista ético, é a maneira de eu estar na política.

Eu não afronto pessoas, eu critico políticas e é evidente que nós, neste lado da bancada, temos valores tão válidos como os que estão sentados no outro lado e temos tanta validade e direito em apresentar as nossas críticas como esse lado tem.

Ninguém está aqui investido na verdade total, mas estamos a exercer livremente os direitos que a democracia nos concede para ajudar a construir melhor esta autonomia que é de todos. E como disse o Sr. Deputado Carlos César, não há ninguém nesta bancada, como também penso que não há ninguém nessa bancada e no Governo, que

queira menos para os Açores quando se pode querer mais. Não há ninguém aqui que possa afirmar isso!

No que respeita a outros pormenores sobre comparar rácios e daí tirar ilações políticas, permita-me discordar, Sr. Presidente.

De facto, é preciso analisarmos com cuidado técnico e é para isso que utilizo esses rácios e os números.

Profissionalmente fui treinado para o fazer assim e exerço o melhor que posso e o melhor que sei esta minha profissão dentro desta Assembleia, para daí retirar conselhos e eventualmente orientações de política.

Foi assim que me ensinaram que se devia fazer política económica e não meramente política partidária "tout cour".

O que pretendo fazer aqui não é política partidária "tout cour", mas sim política com "P" grande.

Muito obrigado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes e, efectivamente, o Sr. faz algumas aproximações diferentes daquilo que há pouco proferiu.

Foram feitas críticas,- não digo demolidoras, mas críticas acesas às políticas do Governo, às políticas do PSD e nunca ninguém retirou esse direito a V. Exa., longe de mim tal.

O Sr. estará no seu direito de o fazer e a argumentação que procura animar-se para as fazer comprovar é aquela que acha por bem.

Da minha parte, julgo que alguns dos indicadores que o Sr. Deputado procura utilizar, há pouco se provou e ficou comprovado, de que nas apreciações sobre a receita e sobre o rigor da receita o Sr. utiliza valores que são de há 2 anos, quando a aproximação feita pela Sra. Secretária resulta da apreciação de um documento que já foi distribuído e que diz respeito ao cumprimento do plano e orçamento julgo que do primeiro trimestre ou do primeiro semestre.

De qualquer forma, a Sra. Secretária utilizou esses números que são mais rigorosos e são aqueles que se utilizam noutras situações.

Na altura própria, comparou-os com os crescimentos de nível nacional e o Sr. Deputado não fez qualquer comentário, nem positivo, nem negativo. Espero que tenha percebido que a sua aportação nesta matéria não estava correcta.

É isso que julgo que é necessário tomar atenção, para que não fique a impressão de que tivemos aqui num debate em que o Sr. apresentou alguns elementos e a Sra. Secretária apresentou outros e que os seus é que estariam certos.

O que se veio a comprovar foi que os indicadores apresentados pela Sra. Secretária e os seus argumentos, são aqueles que tem valimento e se arrimam nos factos e nos números que estão distribuídos que são os números oficiais.

De resto Sr. Deputado Fernando Lopes, eu não faço política partidária. Pertença a um partido, sempre lhe pertenci, tenho valores, já os tinha antes de pertencer a este partido.

Reconheço os meus principais valores, tenho colaborado ao longo destes anos na elaboração dos seus programas eleitorais e nos seus programas de Governo e quando as coisas se acabam, quando o ardor das lutas eleitorais se acaba nós temos outra conversa.

Se o Sr. Deputado faz política com "P" grande...

Deputado Fernando Lopes (PS): Não faço, tento fazer! Mas por vezes não consigo!

O Orador: ... quero-lhe garantir que sempre tenho procurado fazer. Pelo menos, não fazer política com "p" pequeno.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para um esclarecimento final a este diálogo que aqui tivemos.

Sr. Presidente, não é lícito no debate que aqui tivemos, dizer que os números e a análise que a Sra. Secretária fez sejam válidos.

A Sra. Secretária fez uma comparação meramente de curto prazo entre receitas e despesas nos últimos dois anos.

Para além dessa análise de curto prazo de receitas e despesas, eu fiz uma análise mais vasta do comportamento ao longo desta legislatura e fiz também uma análise dos impactos sobre a economia real desta Região.

Foi por isso que critiquei, vivamente, e continuo a criticar, a proposta de plano e orçamento aqui apresentada, na certeza de que poderemos eventualmente vir a chegar à definição de melhores políticas e melhores orçamentos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço a palavra para dizer mais uma vez que o crescimento da receita fiscal é, em termos reais, idêntico ao crescimento que se dá a nível nacional. Isso dá-nos o conforto de uma projecção realista.

Para além do mais, queria também dizer que foi deste rigor - e não confundo rigor com contenção, há pouco estávamos a falar de contenção - da previsão da receita, foi deste rigor da previsão da despesa que conseguimos negociar o nível das transferências. Caso contrário, não era possível defender transferências com receitas sub ou sobre avaliadas.

Foi necessário fundamentar muito bem, quer as receitas quer as despesas, para conseguirmos esta negociação final que nos apraz registar e que vem ao encontro das nossas posições desde o princípio.

Também durante a discussão na Comissão, nós falámos nesta questão, quer sobre a receita, quer sobre a despesa, quer sobre as transferências e tivemos opiniões diferentes.

O que é certo é que veio a prevalecer quer as transferências, quer a receita e espero bem que a despesa também.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo. Recomeçamos às 18.15 horas.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Srs. Deputados das Representações Parlamentares para nos encontrarmos às 18.00 horas na Sala da Mesa.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 17.35 horas.

Presidente: Srs. Deputados agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18.20 horas.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A grande envolvente deste plano e orçamento para 1996, situou-se, quer queiram quer não, no nível das transferências do estado para a Região.

Quer o Governo Regional quer o Partido Socialista, deram imagem pública da sua grande satisfação, relativamente ao nível dessas transferências e de que elas seriam suficientes, ou dariam à Região os bens suficientes, para esta poder prosseguir o seu desenvolvimento.

Desde logo, o Partido Popular quer neste processo de debate do plano e orçamento, manifestar a sua discordância relativamente à posição do Governo e relativamente a todos aqueles que se congratularam com este nível de transferências.

Em primeiro lugar, gostaríamos de reflectir sobre as razões que levaram o Governo Regional a apresentar o pedido de transferência da ordem dos 20,5 milhões com a componente que nós conhecemos.

É interessante ter presente que em Outubro do ano passado, ainda no âmbito da presidência do Dr. João Bosco Mota Amaral, o Governo Regional dos Açores apresentou uma previsão dos agregados principais do orçamento da Região, relativamente a 96.

Essa previsão apontava para um nível de transferências do estado da ordem dos 17 milhões de contos.

É facto que o actual Governo alterou essa previsão, essa política e situou-a nos 20,5 milhões.

Nós entendemos - e como veremos - que, embora reconhecendo que há um aumento e presumo que seja na ordem dos 39 ou 40% do nível de transferências, em termos estruturais a situação do orçamento regional não é substancialmente alterada, isto é, podemos ver que mesmo aumentando em 40 % as transferências do Orçamento do Estado, o endividamento da Região apenas se reduz em 20%.

Portanto, não há uma significativa repercussão na situação de desequilíbrio e de necessidade de recurso ao endividamento.

Por outras palavras, é insustentável que a Região mantenha esta política nos próximos anos.

Também poderíamos perguntar qual a diferença em relação aos anos anteriores?

Para a estrutura desta Região, para a situação a que se chegou, será que há diferença entre endividarmo-nos em 13 milhões ou em 16,5 milhões, como previa o Dr. Mota Amaral em Outubro?

Ou em 18,5 milhões como previa o Governo de Madrugada da Costa, se porventura Lisboa não tivesse aumentado em 5,5 milhões o nível das transferências?

Para nós, Partido Popular, estamos aqui a tratar de farelos quando é indispensável que esta Região passe a ter uma solução, uma estrutura que lhe permita uma solução duradoura.

96 não é o ano correspondente a esse desejo e eu também não percebo porque é que é o primeiro passo?

Como primeiro passo não traduz alteração estrutural. Fica-nos a esperança dos tais grupos de trabalho.

Fala-se muito na Lei das Finanças Regionais.

Nós apostamos nela, de longa data, julgo que todos nós ao cabo e ao resto...

Deputado Carlos César (PS): Menos o PSD!

O Orador: ... uns mais cedo do que outros, até a Juventude Social Democrata já apostou porque vi na televisão ontem que há um ano atrás eles também tinham referido algo sobre este assunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Arranjem a forma que arranjam, chamem-lhe Lei de Finanças Regionais, chamem-lhe protocolo, chamem-lhe o que lhe chamarem, mas o que lá está em jogo é "dinheirinho".

Ou a República ou o estado abrem mãos e aumentam as transferências significativamente para a Região Autónoma dos Açores, ou caso contrário vamos aqui discutir se o endividamento é de 10 milhões, ou de 14 ou 15, porque se a nossa capacidade de endividamento está praticamente atingida, se não podemos continuar ao ritmo deste ano, qual a alternativa? Baixarmos para níveis de endividamento? 3 milhões? 4 milhões?

Para isso acontecer, se considerarmos a necessidade de haver maiores cortes nas despesas correntes, - e lá chegaremos - maior racionalização do investimento, mas tem que ter níveis aceitáveis, isto apontará para transferências na ordem no mínimo dos 30 milhões de contos.

É sobre essas matérias que vamos ver se Governo da República e quero tratá-lo de forma institucional, como órgão da soberania - digo aos meus ilustres colegas do Partido Socialista que quero olhar para eles como os conhecia antes do Governo de Guterres, não queria passar a ter o problema de olhar para eles vendo o Guterres à frente, porque isto seria traumatizante para todos nós - percebe a situação da região e no caso concreto não é só percebê-la, mas sim ter consciência que isso é inadiável.

Os governos anteriores não perceberam e adiaram, mas este tem que perceber e se por acaso não perceber não pode adiar.

Sob o ponto vista da análise macro deste orçamento, o Partido Popular gostaria de se fixar nesses grandes princípios, porque tem sido com essas preocupações que ao longo desses anos temos apreciado estes orçamentos - e compreendam com alguma debilitação física que tenho neste momento e com algum cansaço de ser o meu 21.º Orçamento, segundo creio - às vezes desanimamos um bocadinho, mas a Região não

pode deixar de ter direito a uma situação de viabilidade que, neste momento, não apresenta.

Queria também daí tirar a conclusão da minha discordância relativamente ao Governo Regional.

Se o Governo se satisfizesse em pedir 20,5 milhões, então é responsável por esses 13 milhões de empréstimo e admite aos açorianos que isso é viável.

Na nossa opinião não é viável.

Se o Dr. Mota Amaral tinha feito uma previsão de 17 milhões - e é isto que quero referir - quando o Governo de Madrugada da Costa pede 20,5, pensa que está pedindo algo que será dificilmente concretizado.

Acho que houve aqui um erro de avaliação por parte do Governo de Madrugada da Costa, porque já pede mais 3,5 milhões de contos do que Mota Amaral queria pedir e acaba por ter a satisfação do Governo da República, o que quer dizer que se o Governo Regional dos Açores tivesse sido mais ambicioso, se tivesse feito de 96 o ano 0 (zero) da nova era, se tivesse percebido que, pelo facto do Dr. Mota Amaral ter saído da cena, as coisas iam ser diferentes e pelo facto do Governo da República também estar lá em "lua de mel"...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ... conjugando isso, nós acreditamos que a Região pudesse dar um salto maior, porque se o Governo da República deu tão facilmente 20,5 milhões, talvez desse 23 ou 24 milhões, mais a custo, mas talvez desse. Aí estaria de acordo com algumas coisas que aqui foram ditas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este orçamento não é estruturalmente diferente dos outros.

Tem alguns indicadores que até são piores, mas sobre essa matéria julgo que a Sra. Secretária e o Sr. Deputado Fernando Lopes já trocaram muitas impressões.

No fundo, temos que ser muito objectivos, ou seja, o défice corrente agravou-se e todos nós sabemos porquê.

O que nós dissemos nesta Casa durante muitos anos e por diversas vezes, é que ele ia agravar-se e isso é que é grave.

Quando nós dizíamos que o défice corrente se ia agravar, havia Srs. aqui dentro que não percebiam ou não queriam ver, inclusivamente alguns membros do Governo.

De facto agravou-se e a Sra. Secretária já explicou de forma inequívoca e todos já perceberam. Ou seja, o próprio encargo da dívida contribui para isso mesmo. Nunca ninguém disse que o problema não era do encargo da dívida, mas sim que era do encargo da dívida e de um outro conjunto de situações.

Apesar de se dar a ideia aos açorianos de que agora conseguimos um aumento de 40 % nas transferências do Estado, o défice corrente passa para 13,4 quando em 95 a previsão foi de 10,9, embora em 94 julgo que andou nos 14,9 ou perto dos 15 milhões, mas talvez seja o segundo mais grave de sempre em previsão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente aos critérios para as estimativas do orçamento da receita, eu quero lembrar que no espaço de 3 meses (2 meses e pouco), entre o Governo de Mota Amaral e o actual Governo, houve alterações na previsão. Isto não é bom nem é mau, mas é um facto.

Curiosamente as previsões aumentam.

Em relação aos impostos directos, houve um aumento de meio milhão de contos na previsão do actual Governo, comparado com os documentos que o Dr. Mota Amaral deixou.

Nos impostos indirectos houve um aumento de 200 mil contos no actual Governo, comparado com os documentos dos anterior Governo, nas transferências - isto está tudo alterado na parte da verba do Orçamento do Estado - há um pormenor engraçado, isto é, este Governo apresenta muito maior optimismo relativamente aos fundos da Comunidade.

Enquanto que o Governo do Dr. Mota Amaral apontava para receitas na ordem dos 12 milhões de contos - é preciso ter presente que em 95 o que estavam inscritos, segundo creio, eram 13,5 milhões de contos - o V Governo Regional previa para 96 uma quebra, situando em 12 milhões de contos as transferências da Comunidade Europeia e o actual Governo aponta para 14,6 milhões de contos.

Há aqui um aumento de 2,5 milhões de contos em relação às previsões feitas pelo anterior Governo em Outubro.

Acho que isso é bom para a Região se tiver fundamento, agora se não tiver fundamento não vai ser nada agradável quando formos fechar as contas no fim do ano.

Eu não tenho mais elementos que não seja o cotejo entre as previsões de um e outro. Em relação à despesa, para 96 o actual orçamento também prevê mais 1,7 milhões de contos do que estava previsto em Outubro passado. Em pessoal aumenta mais meio milhão de contos e o resto são encargos da dívida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que respeita ao crescimento das despesas correntes, eu queria dar conta de uma situação que nós reconhecemos que foi um esforço formado pelo actual Governo de ao nível das despesas correntes manter as dotações que vinham do ano anterior. Acho que isso é um elemento óbvio que ressalta da análise comparativa das dotações dos diferentes gabinetes e direcções regionais.

A esse nível, julgamos que para quem não tem objectivos de reforma, para quem não visa alterações de fundo, parece-me que vem ao encontro daquilo que tinham dito.

Na óptica do Partido Popular é pouco, é insuficiente, porque entendemos que esta administração regional está sobre dimensionada relativamente à Região que somos.

Sempre o dissemos e sempre vamos continuar a dizê-lo.

Entendemos que é possível emagrecer essa administração.

Este Governo está de acordo com aquilo que nós vínhamos a dizer ao longo de anos, nomeadamente quando agora propõe extinção de alguns institutos, quando propõe racionalizar algumas coisas.

Julgo que não vai mais fundo e este orçamento traduz que não vai mais fundo, porque se fosse isso teria mais repercussões eventualmente nas despesas de alguns gabinetes ou de algumas direcções regionais.

O Partido Popular entende que há direcções regionais que estão mal estruturadas. O Partido Popular entende que não se justifica que haja chefes de divisão de si próprios. E entendemos que é possível racionalizar, reorganizar alguns serviços da nossa administração.

A prova disso é que mesmo sem ir ao fundo das questões, este orçamento, inclusivamente para os dois sectores, que são os dois "monstros" da administração regional, isto é, para os serviços da saúde e da educação, este Governo apresenta um orçamento de crescimento nominal 0 (zero).

Então meus senhores, só este ano é que é possível apresentar isso?! Nos anos anteriores não foi possível?

Estes são sectores muito sensíveis, mas outros há em que entendemos que é possível fazer-se alterações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há uma expressão que a Sra. Secretária utilizou que me parece que pode ser motivo de reflexão.

Se houve ou não despesismos ou excesso de dotações no passado, pouco importa agora para 96.

Eu percebo isso, mas ao nível do orçamento não, porque se havia essa política o orçamento traduzia essa largueza, esse à vontade.

Portanto, quando se quer corrigir em 96 os excessos e os exageros que eventualmente existiam nos anos anteriores, isso teria que se traduzir em decréscimos, porque nalguns casos, crescimento 0 (zero) se de trás a situação for folgada pode dar situações de injustiça e os Srs. Secretários sabem isso muito bem.

Sob esse ponto de vista, julgo que é muito importante saber-se como é que se estava gerindo no passado, para ter presente no futuro que as correcções são indispensáveis introduzir.

Quanto à parte do investimento gostaria de fazer algumas observações.

Eu julgo que é muito difícil falar-se do plano do Governo Regional dos Açores com rigor, com alguma seriedade, porque se houve instrumento nesta Região que foi de todo desacreditado, na nossa opinião, foi os planos regionais. Ao contrário dos orçamentos que são instrumentos técnicos e que com maior ou menor rigor, com maior ou menor contenção, com situações que nos deixam perplexos como por exemplo, quando a Secretaria Regional do Turismo financia as Sanjoaninhas de Angra e a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social financia as Sanjoaninhas da Praia ou as festas concelhias da Praia, isto é um regabofe...

(Risos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado, tal como pediu, informo-o que já atingiu os 20 minutos.

O Orador: ... isto não é rigor, isto não é nada!

Isto nem nos clubes de futebol de que ainda esta manhã falámos.

Não há tesoureiro num clube de futebol que deixe passar uma coisa destas e na nossa Região isto passou-se há poucos meses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mas a matéria do orçamento é uma questão que está mais resguardada.

O plano não. O plano anda aí pela rua da amargura!

As pessoas já passaram a ler o plano, já perceberam o que é o plano, todas as entidades dão pareceres sobre o mesmo, - basta o que se ouviu em relação a este que anda por aí - ninguém o respeita, ninguém o acata, nem os membros do partido, nem os autarcas, nem as associações agrícolas, nem associações patronais, nem sindicatos, nem professores, ninguém acata este documento, porque ninguém acredita nele.

Ele perdeu todo o seu papel, porque aquilo é a fotocópia que todos os anos se inscreve. Vai-se pedindo as verbas mais ou menos consoante as necessidades que é preciso ir contemplando aqui e acolá. Quando se aprova aqui já se sabe que as obras não vão ser executadas. Mesmo quando os deputados da maioria conseguem com grande esforço, com noitadas, com telefonemas, com idas à missa, eles conseguem uma pequena alteração para um reforço de uma obra, não serve de nada, porque passado um ano vê-se que nada foi feito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com todo o respeito, como diz o meu líder nacional, este plano não merece nenhum crédito, porque os outros já não mereceram.

Eu acho que isto não é mal deste Governo, nem é mal de quem o elaborou.

Além disto, este é um plano para 7 meses e que para além de fazer alguns concursos e de fazer algumas coisas que vêm de trás, e apesar do esforço muito grande porque vêm aí as eleições, coitado de quem tiver que arrumar isto em Outubro do próximo ano!

Fico só com uma esperança e com um apelo, ou seja, temos fé de que este Governo politicamente é mais consciencioso que o Governo de 92, temos fé. E estamos crenes que a opinião pública, este Parlamento, o Tribunal de Contas, a Comunicação Social também não vão permitir que se faça em 96 o que se fez em 92.

A actual situação financeira também não o permite a alguns empreiteiros que são homens avisados também não vão fazer em 96 o que fizeram em 92.

Por estas razões todas Sr. Presidente, acho que fizemos uma síntese das razões porque estamos um bocadinho descontentes (enfim, bastante descontentes), pela forma como acabámos por ter que analisar este plano e orçamento com a esperança de que a partir de 96 possa haver uma nova política e uma nova situação que dê ânimo a quem cá estiver para apreciar documentos tão importantes como estes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Registo com agrado algumas referências positivas que fez aos documentos em análise. No entanto, queria prestar alguns esclarecimentos.

Relativamente à insuficiência das transferências, queria dizer-lhe que apesar de toda a contestação que mereceu os 20,5 - e até chegou a ser considerada de imoral - eu acho que os problemas não se resolvem num ano só. Problemas acumulados de vários anos, não se resolvem num ano só e as propostas só são sérias quando são fundamentadas.

Procurei nestes 20,5 fundamentar, criteriosamente, o pedido e foi nessa base que o fiz e julgo também que foi nessa base que ele foi aceite.

Julgo que pedir para resolver o problema financeiro da Região que se acumula ao longo de todos estes anos, não seria da minha parte uma proposta séria e foi por isso que não o fiz.

Na minha opinião, estas transferências não sendo eventualmente aquilo que seria desejável, na medida em que não resolvem todos os problemas acumulados, darão um folgo financeiro suficiente para entrarmos numa negociação séria, para resolvermos o

problema de fundo e a longo prazo, porque também não vai ser no próximo ano de 97 que se vai resolver. Será com certeza num plano escalonado durante alguns anos que se poderá resolver o problema das finanças regionais.

Julgo que estas transferências consagraram aqui um princípio muito importante, ou seja, o pagamento de 50 % de juros da dívida, coisa que a nossa Região não tinha. Mas a Região Autónoma da Madeira tinha e tinha na base um protocolo que nós não tivemos sequer necessidade de assinar.

Portanto, não só consagra o princípio como também consagra o rigor com que as coisas têm sido conduzidas apesar das dificuldades, porque as dificuldades não advêm de falta de rigor. As dificuldades advêm, como todos conhecem - eu não estava cá - de um conjunto de situações que se foram acumulando desde do desaparecimento da receita da Base das Lajes, até a um chamado sistema retributivo da função pública, até a um conjunto de alterações que se fizeram na saúde e na educação e que nós temos acompanhado por força de políticas nacionais que temos que cumprir na Região. Sendo assim, dificilmente as receitas próprias puderam acompanhar.

É em função disto que a situação agrava-se, acumula-se e não é compreensível, nem sequer era de esperar, que se resolvesse num ano só.

Quando refere que este é o segundo défice corrente mais grave de sempre, eu já expliquei isso há pouco.

Nós consolidámos a dívida da Caixa Geral de Depósitos, que não foi uma dívida de 95, foi uma dívida que vem desde 1980. Portanto, foi daí que veio o grande crescimento das receitas correntes.

Quanto aos fundos comunitários, a comparação que fez com alguns elementos que o Dr. Mota Amaral terá deixado aqui ou noutra sítio qualquer relativamente à previsão próxima de 95, eu julgo que esses números por um lado, não deveriam estar suficientemente afinados, digamos que serão os grandes números e os contornos de um orçamento para 96.

Por outro lado, devo dizer que o investimento foi acrescido e como os fundos comunitários variam na razão directa do investimento, nós assistimos aí a uma participação inferior a 50%.

Julgo que os fundos comunitários estão perfeitamente razoáveis, quando se sabe que o II Quadro Comunitário de Apoio apoia projectos até 85%, mas como nem todos são comparticipados, a média fica por volta dos 50 %, aliás, ainda é um pouco inferior. Portanto, há muita prudência na questão dos fundos comunitários.

Quando diz que nas receitas correntes não há crescimento, mas que se teria que ir mais longe, também aqui não se faz tudo de uma vez só.

Julgo que foram dados sinais claros, quer na extinção de alguns institutos, de alguns serviços, quer na criação de um grupo de trabalho para analisar serviços susceptíveis de serem passados para a iniciativa privada e isso não produz efeitos imediatos.

O Sr. disse e muito bem que nós temos 10 meses de orçamento, não é uma questão de governo é de orçamento.

Portanto, não é de esperar que em 10 meses se consiga reduzir significativamente as receitas correntes como consequência do trabalho destas acções que foram tomadas.

Acho que não crescer já é reduzir, uma vez que em termos reais é assim que se passa.

Não se pode conseguir tudo num ano e estamos em crer que as medidas que este ano venham a ser tomadas terão com certeza reflexos nos anos que se vão seguir e aí sim, se não encontrarmos crescimentos, poderemos manter, o que significará sempre reduzir. Manter é de facto decréscimo real.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao iniciarmos a nossa participação neste debate queremos dar relevância a duas questões que reputamos de muito importantes.

A primeira, de carácter mais geral porquanto envolve as opções políticas fundamentais do Governo do PSD/A, é a de que o Plano que nos é presente, tal como os anteriores da actual legislatura, não constituem um verdadeiro e adequado instrumento para o desenvolvimento.

Por essa razão consideramos que 1996 será novamente **um ano zero** no processo de desenvolvimento regional.

Repare-se que, analisando o Plano em detalhe, não ficam nem garantias de que o investimento público seja reprodutivo, nem garantias de que as opções existentes apontem para mais justos equilíbrios sociais.

Sairá daqui um instrumento - o Plano - dotado com cerca de 33,5 milhões de contos, classificados como meios de investimento e distribuídos por 30 programas, que contemplam as nove ilhas directamente com 77% das verbas e que incluem cerca de 23% da verba não desagregada.

No entanto, se é verdade que sai esse Plano, é também verdade, que saímos todos nós daqui sem uma ideia aproximada, do investimento que, em termos mais reais, irá ser mesmo feito.

A nossa muito legítima dúvida resulta de vários factores, de entre os quais sublinhamos:

- a) Detectamos várias verbas importantes incluídas em projectos constantes de Programas do Plano de 96, mas que na realidade correspondem a obras já executadas pelo que agora apenas será incluído o seu pagamento.
- b) Temos sérias dúvidas sobre a correcção da classificação como investimento de muitas verbas que correspondem, na realidade, a meras conservações em manutenções, ou acções de natureza corrente.
- c) Temos a certeza de que muito do que é apontado para realizar em 96, não o será, quer porque o ano orçamental no que respeita ao Plano começa tarde e acaba, na prática, cedo, devido às eleições, quer porque, tal como vem acontecendo, haverá posteriores alterações que modificarão profundamente o perfil das acções de cada programa.

O actual Governo Regional, da responsabilidade do mesmo partido, o PSD, mas com outra constituição e principalmente com a preocupação evidente de adoptar estilos aparentemente novos, não teve a coragem política de avaliar de novo e em profundidade quais são os recursos verdadeiramente existentes, qual é a capacidade real de execução instalada e quais seriam as verdadeiras prioridades a ter em conta este ano, contando com esses recursos e com essa capacidade de execução.

Este Governo, em termos de Plano, limitou-se a fazer o mesmo que os anteriores Governos do PSD ou seja:

- a) Inscreveu muitas acções que não são para realizar.
- b) Institui macro-programas que dão a possibilidade aos Secretários Regionais definirem as prioridades que entenderem.
- c) Criou uma aparência de operatividade que, cada vez mais, os indicadores económicos e sociais desmentem.

Podemos dizer, com grande à vontade, que na próxima 6ª feira teremos um Plano aprovado, mas que apesar disso e para além disso, não teremos certamente uma verdadeira planificação da utilização, em 96, das verbas que são destinadas a investimento público.

Com opções mal definidas, com as prioridades a serem determinadas ao sabor dos despachos dos Senhores Secretários, com o imediatismo próprio de quem não quer, nunca, assumir compromissos sérios, nada há a esperar, realmente, de concreto da política deste Governo, que este Plano nem sequer define com clareza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A segunda questão que queríamos aflorar neste momento, diz respeito à transferência de verbas do Orçamento de Estado para o Orçamento da Região, assunto importante já aqui, anteriormente referido, mas que pela sua natureza merece, obrigatoriamente ser aprofundado.

Antes de mais, há que dizer que o PCP/Açores sempre concordou e manifestou-se nesse sentido, com o conteúdo da proposta que o Governo Regional incluiu, a esse respeito, na proposta de Orçamento Regional.

A nossa concordância derivou do facto do aumento sugerido para as contrapartidas resultantes dos custos da insularidade ser adequado e pelo facto do principal segmento novo (que ultrapassará os 5 milhões de contos) destinado a cobrir 50% dos juros da dívida, corresponder a um critério, para nós indiscutível, de igualdade entre as duas Regiões Autónomas.

Conforme consta da proposta de Lei do Orçamento do Estado, o Governo da República também assim o compreendeu, o que é, desde logo, um acto de justiça.

Há, porém, que referir não ser para nós compreensível ter havido responsáveis políticos regionais, certamente mal informados a respeito das intenções do Governo da República, pese embora o facto de serem da mesma área partidária, que tenham

elaborado teoria e justificação política para defenderem um critério de crescimento das transferências que, para além de insuficiente, seria profundamente injusto.

A nossa dificuldade em compreender este episódio, e por isso o levantamos agora, prende-se não só com razões da actualidade, mas prende-se fundamentalmente com razões que têm a ver com o futuro.

Repare-se que é extremamente importante e positivo que no momento em que vão arrancar os estudos preparatórios do novo relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, a instituir proximamente, seja explicitamente assumida pelo Governo da República, como foi, a necessidade e a justeza do aumento substancial da comparticipação do Orçamento do Estado para o Orçamento da Região.

Caso o Governo da República tivesse ficado apenas por um aumento de 5% referido à contrapartida do ano de 1995 seria, certamente, mau sinal quanto à possibilidade de um entendimento favorável à Região, no que respeita às novas regras.

Sempre entendemos a política como um conjunto de actuações coerentes que visam o futuro e que, assim, têm que encarar o presente como o ponto de partida para o que se quer atingir. Assim sendo, não temos qualquer espécie de complexo político em dizer, alto e claro, que concordámos com a proposta de transferência proposta pelo Governo Regional, que concordamos com a decisão do Governo da República de aceitar essa proposta e que discordaremos de todos os que defendem ou defenderam valores de transferência mais baixo do que esses.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Apoiado!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente para os Açores, a solução dos nossos enormes problemas não fica assegurada com esta positiva alteração nas transferências do Orçamento de Estado.

Este ano orçamental, que é o ano primeiro depois da confissão pública do PSD de que as suas políticas não servem o desenvolvimento regional, teria que ser um ano em que o Orçamento e o Plano reflectissem, nas suas verbas, nas suas formulações e nos seus programas, um certo sentido de correcção, ou pelo menos, de não agravamento da situação.

É óbvio que não é assim e é óbvio que na política governamental nada há, em termos de fundo, que seja novo.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Portugal, ao longo da sua história, tem procurado relacionar-se com outros povos, outras culturas, outras regiões, abrindo-se ao mundo, levando até aos outros os seus valores, a sua maneira de ser e de estar no mundo, ao mesmo tempo que se foi enriquecendo com o que foi beber a outras fontes, fazendo jús àquilo que podemos chamar a vocação universalista da nossa cultura, sem contudo perder a sua identidade, o que vai, sem dúvida, ao encontro do tão propalado sentido da globalização, imagem de marca mundial dos nossos dias.

Atendendo a que a construção do nosso futuro, como nação, como povo, que deu novos mundos ao mundo, passa pelo fortalecimento dos elos que nos ligam ao passado, sem que isso, forçosamente, retarde ou funcione como entrave ao progresso e à modernidade, acho muito oportuno, neste debate parlamentar, destacar com relevo, a inclusão no eixo "**Ambiente e Qualidade de Vida**" da proposta do PMP/96, em análise, das acções referentes ao "**Estudo e Dinamização de Angra do Heroísmo - Património Mundial**" e à sua respectiva "**Protecção e Valorização**", constantes do Programa 23, projecto 1, Acções 13 e 14, respectivamente. Não me refiro, como é óbvio, aos seus montantes financeiros, que são demasiado exíguos para tão grande intenção! Pretendo, sim, salientar quão meritórias e necessárias são as medidas, em questão. Mais, quero "separar águas" em relação àquilo que tem sido o posicionamento da **RAA, do seu Governo, da SREC**, por oposição àquilo que vem sendo o comportamento da **República**, em matéria de tão premente interesse e responsabilidade como é esta da defesa e valorização do nosso património cultural.

Sras. e Srs. Deputados:

Não me reporto ao elementar dever público e cívico do empenhamento que as autoridades e cada um de nós, cidadãos de pleno direito, temos de assumir perante tal matéria, em geral, por muito vital que seja! Aponto, sim a obrigação inalienável, que a todos nós incumbe, de não descurarmos, de maneira alguma, o que se espera de nós em relação aos bens que, sendo em primeira linha nossos, foram e são, actualmente,

classificados como **Património da Humanidade**, galardão ambicionado por tantos países para tanta coisa boa, bela e com significado, que existe por este mundo fora!

Honra e mérito vão, decerto, para quem consegue, mercê do valor inquestionável e intrínseco do bem, em si, e da forma como é apresentado e proposto, no respectivo "Dossier", "arrancar", é o termo certo, dada a dificuldade e avareza subjacentes e aliás mais do que justificadas, à análise e decisão sobre as candidaturas a tal categorização, o citado e tão cobiçado galardão, ao comité intergovernamental da Unesco para a protecção do património mundial cultural e natural.

Mas não podemos ficar só por aí! A seguir à alegria do atingir do objectivo há que reunir e criar as condições mínimas indispensáveis à sua manutenção, valorização e divulgação.

Sras. e Srs. Deputados.

Angra do Heroísmo passou a fazer parte deste "clube de elite" que é a "lista do património mundial" do "ICOMOS" (International Council on Monuments and Sites) em **Dezembro de 1983**. Ou melhor, a sua zona central foi inscrita como um "conjunto de valor universal excepcional" na dita listagem, com base não só na sua autenticidade, mas também por um lado, oferecer "um exemplo eminente de um tipo de estrutura que ilustra uma situação histórica significativa", e, por outro, "estar directa e materialmente associada a movimentos ou a ideias ou crenças com um significado histórico universal", como sejam um porto de escala obrigatória para as frotas que, no quadro das explorações marítimas levou ao intercâmbio entre as grandes civilizações do planeta.

Tal como **Sintra**, muito recentemente, **Angra** veio, então, juntar-se a **Évora** e aos monumentos nacionais, património da humanidade que são os **Jerónimos/Torre de Belém, o Mosteiro da Batalha, a Abadia cisterciense de Alcobaça e o Convento de Cristo, em Tomar**.

Tal como **Sintra** foi preparado um processo muito complexo e minucioso que foi proposto ao **Governo da República** que, por sua vez, o apresentou à **Unesco**. Foi grande o júbilo aquando da respectiva inscrição. E depois?

O que é que foi feito, passada a euforia inicial, celebrada com ou sem muito fogo de artifício?

No caso de **Angra o Governo Regional** cumpriu e continua a pôr em prática o necessário para que não se ficasse só por aí! Esta Câmara aprovou o **Decreto Legislativo Regional 15/84/A, de 13 de Abril**, que classificou a cidade, em apreço, como monumento regional, procedendo à delimitação da zona classificada e criando os mecanismos legais à sua salvaguarda, numa clara assunção de uma competência delegada, à luz da nossa Autonomia Política e Administrativa, por parte de quem tem a responsabilidade última, perante a comunidade internacional, que é o **Governo da República**.

O **Decreto Regulamentar Regional 26/87/A, de 26 de Agosto**, veio depois regulamentar o exercício das atribuições do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo (**GZCAH**), criado no capítulo VI do diploma anteriormente citado.

Mas não se ficou só por aí! O **Decreto Regulamentar Regional N.º 29/91/A, de 27 de Setembro**, surgiu depois a estabelecer um sistema de apoios à recuperação e conservação do património arquitectónico de toda a **RAA**, a aplicar à zona classificada de Angra, até que estivessem reunidas as condições para a aprovação de um sistema de apoios próprios, no tocante aos seus imóveis classificados e respectivas áreas de protecção, o que veio a concretizar-se em **10 de Outubro de 1995**, com a aprovação e o dar à estampa do **Decreto Regulamentar Regional 20/95/A** que visou criar o tal conjunto de medidas incentivos, sob a forma de concessão de apoio técnico e/ou de subsídios a fundo perdido, aliás à semelhança do já criado, igualmente pelo Governo Regional, para os conjuntos protegidos de **Santa Cruz da Graciosa e de Vila do Porto**, que motivassem os seus habitantes, ao cumprimento cabal das obrigações previstas na lei, despoletando a sua colaboração, o que é absolutamente indispensável para se atingir o objectivo enunciado.

E eis-nos chegados à Proposta mais recente, já referida, da inclusão de verbas específicas na **SREC/GZCAH**, na **Proposta do PMP/96**, para a protecção, valorização, estudo e dinamização da Cidade Património da humanidade que despoletou esta minha tomada de posição e chamada de atenção, para mais incentivada que foi pela posição assumida pelo actual Governo da República, após a recentíssima elevação de **Sintra** a igual categoria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É que mal se tinha acabado de "embandeirar em arco" com a vitória da inscrição, já se apressava o Governo socialista da República com o apoio do respectivo partido, a atribuir à respectiva autarquia "rosa" uns quantos milhões, a fazer fé no que foi amplamente noticiado, para fazer face a obrigações dela decorrentes.

E os outros? Há quantos anos é que esperam para que o Estado assuma verdadeiramente as suas responsabilidades para com os mesmos, dando-lhes possibilidade de actuarem com instrumentos e meios legais e financeiros, no respectivo âmbito e no das suas zonas de protecção?

Onde é que está a tal coerência, a tal igualdade de tratamento, a tal transparência e diálogo cuja falta era tanto imputada aos anteriores governos sociais-democratas?

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Pasmai, Oh gentes! É que não se procurou, em primeiro lugar, em nome dos valores, em questão, colmatar a lacuna gravíssima da não transposição para a legislação interna do país do reconhecimento internacional de que foram alvo os bens nacionais inscritos, cuja única excepção é Angra do Heroísmo, única a ser classificada por legislação interna portuguesa, como conjunto classificado, honra seja feita, graças à tal assunção por parte do Governo Regional Social Democrata daquilo que era necessário e urgente fazer à cabeça, antes de se dar os tais milhões! É que não se resolve o problema dando só dinheiro! O dinheiro é importante mas não é tudo! Muito menos quando não há um enquadramento legislativo clarificador para a respectiva aplicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É que fora os bens património mundial, que já antes eram monumentos nacionais, excepção feita, como vimos, a Angra do Heroísmo, o que é que são **Évora** e agora **Sintra**?

Atente-se que nada tenho contra **Sintra** cantada e descrita, ao longo dos séculos, por vultos das letras e artes, nacionais e estrangeiros, esse "Glorious Eden" referido por

Lord Byron ou enaltecido por **Gil Vicente, Camões, Eça, Garret, George Borrow** ou **Saramago** de entre tantos que por ela se deixaram encantar!

Até, se calhar, para não dizer de certeza, que o dinheiro, atribuído à luz do "Recria" ou qualquer outro mecanismo ou instrumento legalíssimo e de há muito previsto, à Câmara socialista, não foi muito! Bom proveito lhe faça! Decerto será bem empregue! Não é isso que está em causa!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os outros não terem tido nada é que não está bem! É que dá a impressão de que, embora igualmente património da humanidade, há uns quantos mais iguais do que os outros.

À colação acaba de vir a Edilidade comunista de **Évora**, e muito bem, não lhe caia nenhuma no chão, queixando-se da falta da tal legislação que lhe permita actuar sobre os proprietários que tem edifícios em ruína e de ter os cofres cheios de nada, que não sejam as parcas receitas municipais, que de longe, não lhe permitem garantir a manutenção de tão rico acervo arquitectónico.

É que, igualmente, não vem nenhum "ecú", futuro "euro", dos parques recursos do Fundo do Património Mundial. **A Unesco** tem-se limitado a prestar apoio técnico e a mais não chega também por falta de recursos.

Cabe, pois, aos estados aderentes à convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural providenciarem no sentido de proverem às respectivas necessidades dos bens inscritos, sob pena de poderem vir a ver serem excluídos da lista aqueles bens que não cumpram com as obrigações devidas e assumidas por quem de direito, na altura apropriada.

Aqui fica, em suma, expresso o mais veemente protesto contra quem tanto prometeu e, afinal, a tão breve trecho, já começa a fazer aquilo que os governos anteriores nunca ousaram levar a cabo.

Não à incoerência!

Não à desigualdade de tratamento!

Não à omissão numa área onde é tão importante definir quem manda, em quê, como, quando, onde e por que razão!

Sim à classificação de Sintra e Évora como conjuntos de interesse público, como Angra já é.

Sim à implementação de uma forma transparente e clara de intervenção como tem vindo a ser implementado, nos Açores, em Angra do Heroísmo, em Santa Cruz da Graciosa ou em Vila do Porto, em matéria, que não está encerrada, precisando sempre de mais alguns acertos em correcções.

Sim a um esclarecimento maior e mais actuante junto das populações alvo, conducente ao assumir, por parte de todos os abrangidos directamente e de cada um de nós, desta difícil mas extremamente gratificante tarefa colectiva que é a salvaguarda do nosso património cultural, da nossa identidade, dessa herança que nos foi legada e que terá de ser passada aos vindouros e que só se for compreendida, acarinhada, respeitada e amada é que pode, verdadeiramente ser defendida.

Tenho dito.

Vozes das bancadas do PSD e Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente não apetece ter qualquer reacção perante tamanho descaramento, mas há que tê-lo, porque senão seria viabilizar o descaramento.

Gostaria de perguntar onde é que andava o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca quando Évora foi designada Cidade Património Mundial ou quando Angra foi escolhida para Cidade Património Mundial?

O que é o Governo de então fez nessa altura?

O de hoje terá feito isso que, segundo os jornais, veio cá referir como grande escândalo. Mas que fez quando Angra foi eleita para património mundial?

O que fez nessa altura em relação a dar dinheiro e o que fez nesses anos todos em dar cumprimento às disposições previstas para as cidades património mundial?

O que fez também o Sr. Deputado, então com outras responsabilidades, sobre chamar a atenção, repudiar e protestar em relação ao Governo da República de então?

O não ter feito o que por obrigação de governante teria de fazer, retira toda a credibilidade ao seu protesto e ao seu repúdio, agora que não sendo governante, não tem responsabilidades nenhuma em relação a Sintra!

As responsabilidades que se demitiu em relação a Angra tiram-lhe qualquer razão, qualquer credibilidade a esse seu repúdio ou protesto. Mais lhe valia ter guardado na gaveta o que aqui mostrou!

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podia guardar na gaveta por uma razão muito simples, ou seja, nós nunca descurámos, desde a criação de Angra como Cidade Património Mundial, o pedido insistente junto dos órgãos da República no sentido de vermos contemplada de alguma forma esta situação.

O Sr. Deputado precisa de ser informado - e tenho muito gosto em dizê-lo nesta Câmara - que depois de um esclarecimento, depois de um constante bater na mesma tecla, o ano passado, o anterior Governo, finalmente, não ao abrigo de nenhum mecanismo de património mundial, mas ao abrigo de algo que existe para todo o país, contemplou o Castelo de São João Baptista e a sua Igreja e o Castelo de São Sebastião, com cerca de 300 mil contos que, neste momento, estão em execução.

Essa sua ilação não é verdade, isto é, que nunca se fez nada e nunca se conseguiu nada. Isso não é verdade Sr. Deputado, até se conseguiu.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso não tem nada a ver com património mundial!

O Orador: Tínhamos esperança que quem prometeu tanto, prometeu mudar tanta coisa, não começasse logo à partida a fazer aquilo que aqui denunciarei. Isso é que é grave e não seria de forma alguma de esperar por parte de quem tantas promessas pôs cá fora!

Deputado Manuel Serpa (PS): E os outros não prometeram?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para acentuar que ficou demonstrado que o anterior Governo da República nada tinha feito pela Angra, Cidade Património Mundial!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não, Sr. Deputado, não é correcto!

O anterior Governo da República após as insistências, fez e as obras que estão em curso em Angra são a mais clara prova de que atendeu a essa longa reivindicação.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a discutir as Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 1996. Trata-se de dois instrumentos que depois de aprovados por esta Assembleia, vão orientar a actuação do Governo, no decurso deste ano, que como se sabe será ano de eleições regionais.

Para trás ficaram muitas promessas por cumprir e esperanças perdidas, feitas e/ou alimentadas pelos Governos chefiados pelo Ex-Presidente do P.S.D.

Como estamos a apreciar as Propostas do Plano e Orçamento para 1996 e esta é a última oportunidade que tiveram para corresponderem às promessas feitas aos Jorgenses, que pelos vistos já não serão cumpridas, abaixo apresento o respectivo rol com os comentários que julgo oportuno fazer:

AGRICULTURA

- Neste capítulo não faltaram promessas, para São Jorge, que se prendiam com o rompimento de caminhos de acesso a explorações agrícolas e nesta derradeira oportunidade, as propostas em análise apresentam-se com a exígua verba de 37 000 contos para caminhos rurais.

É este o grande contributo que querem dar ao sector de maior peso na economia de São Jorge?

- Quantas vezes se falou no abastecimento de água às explorações agrícolas? Apesar de até agora pouco se ter feito a este nível, confrontamo-nos com a irrisória verba de 17 500 contos.

- O que é que se fez, até agora, ao nível da electrificação agrícola? Que se saiba nada se fez e 1996 terá o mesmo destino.

- Já o Plano de Médio Prazo 88/92 prometia um Centro de Formação Agrícola para São Jorge que infelizmente se eclipsou e na Proposta em análise continua na sombra. Nem tão pouco aparecem verbas para formação agrícola!

- Que passos se deram ao nível do serviço de classificação do leite, na única Ilha onde existe um queijo de marca registada?

- Ao nível das arroteias da Serra do Topo, nada está feito e é assunto de que já não se fala, até porque a proposta do Plano para 1996 tem zero escudos para São Jorge, no capítulo "arroteias melhoramento de pastagens e abertura de caminhos"

- Quem beneficiou do Sistema de Incentivos à compra de terra por rendeiros que esteve previsto no recém extinto Decreto Legislativo Regional n.º 1/91/A?

Que eu saiba, não há um único caso contemplado nesta Região e simplesmente pelo facto do Governo não ter disponibilizado verbas para este fim.

- Que aconteceu ao longo de todos estes anos ao tão falado fundo de maneiio às cooperativas que permitiria que estas pudessem pagar o leite atempadamente aos seus fornecedores?

Pergunto aos Srs. Membros do Governo, se uma Ilha economicamente dependente do sector agropecuário, considerada zona demarcada, com a produção de um produto genuíno e de marca registada, fabricado com leite crú, não merece maiores cuidados por forma a suportar, de forma sustentada, a agressividade dos mercados?

Julgo que este sector está a ser tratado com alguma imprudência.

A verdadeira aposta deverá estar voltada para a qualidade, alicerçada no serviço de classificação do leite, no fornecimento de água e energia eléctrica às explorações agrícolas, na abertura de mais caminhos de penetração e na garantia de uma alimentação tradicional aos animais produtores de leite.

Com a sensibilização de uma grande franja dos consumidores para os produtos naturais, e com a introdução no mercado nacional de carnes trabalhadas à base de anabolizantes, é pena não se ter ainda avançado para um trabalho de marketing televisivo que promova a carne açoriana com imagens do pastoreio

dos nossos bovinos nas ricas e verdejantes pastagens ladeadas com lidíssimos bardos de hortênsias. Os belos prados e o ambiente puro utilizado pelos animais, certamente, garantiriam melhores condições de colocação dos nossos produtos

PESCAS

- Que trabalhos realizaram ao nível da rampa de varagem do Cais da Calheta, e que desassoreamento fizeram na respectiva baía, obras vezes sem conta prometidas?

- Quantas promessas para o melhoramento desta estrutura portuária e o Plano só contempla 10 000 contos.

Senhores Governantes: sei que Roma e Pavia não se fizeram num só dia mas este problema já se arrasta há vários anos e a verba atrás referidas só tem o mero objectivo de iludir os eleitores.

- Obras no Porto do Topo foi conversa passada.

- E as promessas de beneficiação do Porto do Norte Grande referidas em planos anteriores ?

- Onde está o edifício prometido para a lota do Norte Grande?

- E a promessa da construção do edifício da Lota no Porto da Urzelina?

- Já se esqueceram das promessas feitas à população da Fajã dos Vimes quanto a uma solução para o seu cais?

CONSTRUÇÕES ESCOLARES

- Quem é que prometeu (e por diversas vezes) a tão necessária construção da Escola do 1º ciclo do ensino básico das Velas ?

- Esqueceram-se também que já constou num dos planos regionais a construção de uma escola no lugar da Boa Hora?

- Já se varreram da vossa memória as obras de ampliação da Escola EB2,3/S das Velas?

Aproveitando para falar de construções escolares, assistimos a um vazio de verbas para a ampliação das escolas EB2,3/S de Calheta e Velas, quando sabemos que esta última só funciona porque a Câmara de Velas avançou com a compra de dois pré-fabricados e a da Calheta já no próximo ano não tem capacidade para receber os alunos.

Finalmente, tudo aponta para que no decurso deste ano, se executem as obras de grandes reparações no parque escolar do 1º ciclo do ensino básico, preocupação tantas vezes trazida por mim a esta Casa.

TRANSPORTES TERRESTRES

-A pavimentação da E.R.n.º 1-2.ª entre Velas, Nortes e ramal para a Vila da Calheta constou do Programa Nacional de Interesse Comunitário e esteve em vários planos anuais, desde 1991. Verifico que está incluído mais uma vez no plano de 1996, mas faço o reparo de que o orçamento só contempla a verba de 175.000 contos para este investimento, quando sabemos que a obra foi adjudicada à Firma TECNOVIA por uma importância superior a 300 000 contos. Quer isto dizer que foi uma promessa tantas vezes feita e ainda este ano não será completamente executada.

- Quantas vezes foi prometida a pavimentação da estrada n.º 2-2ª entre Ribeira e Topo? Será só agora, em vésperas de eleições, concluída esta obra?

Falando ainda de transportes terrestres, finalmente, aparece uma verba de 10.000 contos para pagar as parcelas de terreno adquiridas pelo Governo para a execução da variante entre Manadas e Urzelina, obra já executada em 1992. Isto quer dizer que entraram na propriedade privada e só seis anos depois é que se preparam para pagar aos respectivos proprietários.

Que belo exemplo para quem não perdoa o atraso no pagamento de impostos!

- Recordam-se de quantas vezes foi prometida a construção de Gares para passageiros nos dois portos de São Jorge? Agora à pressa tenta-se remediar a situação da das Velas com a instalação de um pré-fabricado.

AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

- Onde está a regulamentação do Decreto Legislativo Regional n.º 13/84/A, de 20 de Fevereiro que deveria criar as regras (no prazo de 30 dias e já lá vão mais de 4000 mil dias!) que se prendem com a utilização do Ilhéu do Topo, facto que por força da lei, impossibilita os Jorgenses de beneficiarem desta maravilha da natureza, para ser repasto de intrusos de outras Ilhas que lá se deslocam em embarcações rápidas à captura de marisco sem a possibilidade de serem interceptados por uma fiscalização que, por falta de meios, só funciona de terra.

- Nasceu o Decreto Legislativo Regional n.º 12/83/A, que visava apoiar a protecção dos moinhos de água e de vento que são típicos da nossa paisagem e dão um reconhecido contributo à beleza dos Açores, nunca foi regulamentado nem foram definidos os apoios financeiros a conceder aos eventuais interessados e por conseguinte, já desapareceu, nestes 13 anos, parte deste nosso património.

Espera-se que, finalmente, este ano se avance com esta regulamentação.

- Ouviram-se boas intenções para a protecção da orla marítima da Fajã dos Vimes, mas nada se fez e as populações desta localidade vivem situações aflitivas, sobretudo depois da passagem da tempestade tropical Tânia, que agravou a vulnerabilidade de algumas moradias e por esse facto os seus ocupantes estão expostos a situações de risco.

- Tanto se tem dito e prometido para a Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo e é com constrangimento que assistimos à constante diminuição desta lagoa, mercê da pouca atenção dos sucessivos Governos Regionais.

Já o ilustre etnógrafo e historiador padre Manuel Azevedo da Cunha dizia, há mais de um século, (quando, possivelmente a máquina de combustão não lhe era conhecida) que a igreja tinha um saldo notável e deviam os Caldeirenses promover qualquer obra de defesa contra as ondas, no sentido de proteger esta zona.

Infelizmente, a tecnologia e outros meios hoje existentes, não deram alento a quem tem governado estes Açores para os trabalhos de protecção desta maravilhosa lagoa.

Até agora o que se tem feito é comer ameijoas e produzir legislação contraditória.

Mas nesta minha passagem pelas Propostas do Plano e Orçamento verifico com tristeza as exíguas verbas de 1200 contos e de 2500 contos, respectivamente, para apoio a jovens empresários e apoio à habitação para jovens. Que grande motivação para fixar jovens à terra que lhes serviu de berço!

Aqui fica a prova provada de que os Governos do P.S.D. foram os campeões das promessas não cumpridas.

Muito mais poderia trazer a este debate das Propostas do Plano e Orçamento para este ano. Contudo, antes de terminar queria destacar mais uma vez o preocupante problema da Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo. Lanço daqui um S.O.S. a quem de direito e a todas as pessoas de

boa vontade para que seja recuperada e preservada uma das belezas mais destacadas da nossa Região.

Disse.

Muito obrigado

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

Deputado Fernando Meneses (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por razões ponderosas relacionadas com o trabalho do Grupo Parlamentar, eu queria pedir um intervalo regimental de meia hora.

Pode parecer estranho, mas de facto há questões que têm que ser resolvidas.

Presidente: Então nesta sequência damos por encerrados os trabalhos de hoje.

Recomeçaríamos amanhã às 10.00 horas.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 19.30 horas.

(Deputados que entraram durante a Sessão.: PS - António Silva Melo, Carlos César, Duarte Pires, Fernando Fonte; PP - Alvarino Pinheiro).

(Deputado que faltou à Sessão: PS - Mário Machado).

A Redactora de 2.^a Classe: Maria da Conceição Fraga Branco